

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

KAREN PEREIRA DA SILVA

**NARRAR O TRIÂNGULO ROSA: MEMÓRIA DA PERSEGUIÇÃO NAZISTA AOS
HOMOSSEXUAIS NA CONSTITUIÇÃO DE MOVIMENTOS GAYS NO BRASIL E
NO CANADÁ**

Porto Alegre

2023

KAREN PEREIRA DA SILVA

NARRAR O TRIÂNGULO ROSA: MEMÓRIA DA PERSEGUIÇÃO NAZISTA AOS
HOMOSSEXUAIS NA CONSTITUIÇÃO DE MOVIMENTOS GAYS NO BRASIL E NO
CANADÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jocelito Zalla

Coorientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Karen Pereira da

Narrar o Triângulo Rosa: memórias da perseguição nazista aos homossexuais na constituição de movimentos gays no Brasil e no Canadá / Karen Pereira da Silva.

-- 2023.

146 f.

Orientador: Jocelito Zalla.

Coorientador: Benito Bisso Schmidt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. História LGBTQIAP+. 2. Triângulo Rosa. 3. Usos do passado. 4. Canadá. 5. Holocausto. I. Zalla, Jocelito, orient. II. Bisso Schmidt, Benito, coorient. III. Título.

Karen Pereira da Silva

NARRAR O TRIÂNGULO ROSA: MEMÓRIA DA PERSEGUIÇÃO NAZISTA AOS
HOMOSSEXUAIS NA CONSTITUIÇÃO DE MOVIMENTOS GAYS NO BRASIL E NO
CANADÁ

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jocelito Zalla

Coorientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

Linha de pesquisa: Teoria da História e Historiografia.

Porto Alegre, 26 de maio de 2023.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jocelito Zalla (Orientador — PPGH - UFRGS)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Coorientador — PPGH/UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Seffner (PPGEDU/UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi (PPGH/UFRGS)

*Para a minha mãe, Cristina, que infelizmente
não pôde ver sua filha com o título de
Mestra.*

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no PPGH-UFRGS no início de 2020 para finalmente realizar meu sonho de fazer mestrado, sabia que seria uma jornada desafiadora, mas não fazia ideia do quanto. Afinal, não é fácil conciliar os estudos de pós-graduação com um trabalho assalariado (visto a pouquíssima oferta de bolsas na área de Ciências Humanas no Brasil), trabalho esse que ajuda a trazer o sustento da minha casa, cujos custos são divididos com meu pai, também um trabalhador que, infelizmente, não teve a oportunidade de terminar seus estudos.

Porém, uma pandemia global chegou logo depois, e meu pai, que trabalha em um hospital, foi um dos primeiros infectados — e não foi assintomático. Cuidando dele e assumindo sozinha as responsabilidades da minha casa, acabei contraindo o vírus também. Felizmente, apesar de todos os fortes sintomas que teve, meu pai sobreviveu. Mas eu ainda tinha minha mãe com quem me preocupar, que vivia sozinha em outra cidade e acabou ficando desempregada na pandemia. Em meio às preocupações em mantê-la com todas as suas necessidades básicas atendidas, ela optou por nos deixar precocemente em maio de 2021. A partida da minha mãe, de quem eu era muito unida e próxima, foi um baque fortíssimo que eu ainda tento assimilar, embora não transpareça isso aos outros. Não era nesse cenário de caos, perdas e tristezas que eu me imaginava fazendo um mestrado. Mas felizmente, apesar de tudo, pude contar com pessoas e animais que estão sempre me apoiando pro que eu precisar.

Primeiramente, agradeço à minha família, que é composta por apenas uma pessoa: meu pai. Obrigada por me apoiar em todos os meus projetos de vida, obrigada por me aceitar e me amar como sou, obrigada por tornar a vida mais leve, obrigada por se permitir ser um ser humano melhor, dar a volta por cima, matando um leão por dia, mas sempre firme aos propósitos de uma vida limpa e sóbria. Só por hoje, pai. Tenho muito orgulho de ti e te amo demais.

Obrigada ao Jesús Hernández Martínez, por ser meu “fã número 1” (nas palavras do próprio). Não sei o que teria sido da minha vida se não tivéssemos nos conhecido. Nenhuma pessoa de quem sou tão diferente eu sou tão próxima quanto de ti, e muito do que sou hoje é graças a você. Eu não estaria aqui se não fosse por ti. Era pra ser, estava escrito. Te amo.

À pessoa que foi minha psicóloga e terapeuta em parte do tempo da escrita da dissertação, Viviane Schaarschmidt, por ter me acolhido em um momento de extrema vulnerabilidade, por ter me estendido a mão e os braços quando mais precisei. Mesmo à distância, você me pegou no colo, secou minhas lágrimas e me mostrou perspectivas em um momento onde eu não via mais nenhuma. Serei eternamente grata a ti por tudo.

À minha melhor amiga, confidente e parceira (de crimes) Bruna Mattos, uma das únicas pessoas que eu posso dizer com propriedade que é minha amiga de verdade — e também a única ariana da minha vida. Gratidão por todos os momentos compartilhados juntas (os de ontem, hoje e amanhã), obrigada por me acolher em teu lar, em tua família e em teu coração, sempre que preciso. Ainda nos imagino com 80 anos nas cadeiras de balanço fofocando, enquanto tu tricota algumas meias pra mim. Te amo.

Aos meus amigos e irmãos de voluntariado na ONG Pé de Chulé (que é mais que uma causa, é uma missão de vida), saibam que eu os amo e sou muito grata por tudo nessa caminhada que já trilhamos juntos há sete anos em minha trajetória. Minha vida adquire um sentido quando todos juntos salvamos e transformamos vidas que são invisíveis para os outros, mas que ganham uma nova chance conosco. Gratidão aos nossos Mestres e ao Universo por tudo que temos hoje e pelo que ainda teremos.

Aos meus antigos vizinhos que foram mais que vizinhos (pois além de tudo que relatei anteriormente, também tive de me mudar no meio do processo de escrita dessa pesquisa), grandes amigos e parceiros com quem podemos contar em diversas ocasiões (principalmente nos perrengues, haha) Vivian Bernsmüller e César Pulgati, agradeço por serem tão presentes em nossas vidas. Gratidão por tudo.

À minha grande amiga e professora de inglês, Ivana Ribeiro Cunha, esse ser humano maravilhoso e diferenciado que entrou em minha vida e já chegou ocupando um lugar imenso dentro do meu coração. Você me ajudou muito enquanto profissional, ao aperfeiçoar meus conhecimentos em inglês, e também enquanto pessoa, com teu jeito amoroso e cativante. Amo você.

Agradeço aos meus professores e orientadores por toda a compreensão comigo nessa caminhada que foi longa, tortuosa, mas que recompensou a todos nós. Ao meu orientador, Jocelito Zalla, que eu tive o prazer de conhecer nessa etapa e que hoje tenho a alegria de dizer que se tornou mais que um orientador, mas também um grande parceiro com quem pude contar em diversos momentos (até mesmo naqueles que não tinham nada a ver com o mestrado). Gratidão por toda a paciência, atenção e compreensão comigo, até mesmo nos momentos em que eu não estava bem e não fui a pessoa mais legal contigo.

Ao meu co-orientador, Benito Schmidt, por sempre se mostrar disponível e atencioso quando precisei, por me receber em sua casa e ser sempre tão acolhedor e amigável. Aos meus primeiros orientadores, aqueles que me ensinaram tudo que sei, Fernando Nicolazzi e Caroline Bauer, que eu sempre, sempre, sempre serei muito grata por estarem presentes em todos os momentos que precisei. Saibam que eu os adoro demais e os admiro muito, e apesar

da distância que a pandemia e a rotina nos impõem, sempre estou pensando com muito carinho em vocês dois. Ao professor Fernando Seffner, a quem já tive o prazer de receber em visita à minha antiga casa em Guaíba e que teve o prazer de conhecer minha mãe (que o adorava e sempre perguntava de ti). Sou muito grata por estar sempre disponível e atencioso pra tudo que precisei; receba sempre o meu carinho e minha admiração por ti enquanto profissional e ser humano. Gratidão por tudo.

Uma menção e agradecimento especial ao querido Mateus Henrique Siqueira Gonçalves, da Universidade de Brasília, também é necessária. Tive a sorte e o prazer de conhecê-lo (de momento, apenas virtualmente) por ter citado extensamente meu trabalho de conclusão de curso em sua dissertação de mestrado, que também teve como tema os triângulos rosa. Importantes trocas de conhecimento acadêmico (e memes) ocorreram desde então, e a ele sou muito agradecida por ter sempre me ajudado e auxiliado em todos os momentos que precisei.

Ao colega e amigo Bruno Corrales Pereira, que chegou na “finaleira”, mas que somou demais e foi extremamente importante para um exitoso resultado final nessa pesquisa. Não fosse pelo teu excelente trabalho em revisar a dissertação, eu certamente teria enlouquecido. Sou muito grata a ti enquanto profissional e ser humano.

Também é muito importante mencionar uma pessoa que eu conheci na reta final desse trabalho, quando o mesmo já estava praticamente concluído, faltando apenas a banca de defesa. Ao finalizar meu mestrado, eu estava em um período de transição profissional, ganhando uma importante oportunidade de crescimento no mercado do trabalho. Eu só não imaginava que, ao chegar nesse novo local, estaria ganhando mais do que um bom emprego, mas também conhecendo o amor da minha vida. João Alfredo, tu coloriste a tela cinza da minha vida com as cores mais lindas que existem. Muito obrigada por ser meu amigo, companheiro, parceiro, namorado e pessoa preferida no mundo. Você me dá sorte, meu amor. Te amo.

Por último, mas não menos importante, aos meus animais (todos adotados das ruas), minha fonte inesgotável de amor, carinho, compreensão, entendimento e evolução. Obrigada pela oportunidade de tê-los em minha vida e em meu coração — e por me deixarem viver de favor na casa de vocês, hehe. Aos que me escolheram nesta Terra como mãe e tutora, saibam que eu os amo imensamente e expesso isso a cada um de vocês todos os dias. Aos meus gatos, Filho (que também me deixou nessa pandemia, outro baque fortíssimo que tive), Nuyan, Sushi e Bibi, muito obrigada por tudo. Amo vocês e espero que permaneçam comigo por muito tempo ainda.

RESUMO

Essa dissertação de mestrado tem, como objeto de estudo, diferentes momentos do movimento gay organizado — que hoje conhecemos pela sigla LGBTQIAP+ — em perspectiva comparada. Aborda, inicialmente, o florescimento do movimento homossexual no Império Alemão do século XIX, passando pela ascensão do Estado totalitário nazista, que teve nos gays um dos principais grupos visados ao extermínio. Na sequência, avança em algumas décadas, fora do continente europeu, analisando como a memória traumática da perseguição nazista foi apropriada e representada no Brasil e no Canadá por um movimento que buscava se (re)estruturar em contextos de repressão interna. Tendo a imprensa alternativa como fonte, mais especificamente o jornal *Lampião da Esquina* e a revista *The Body Politic*, estuda a conjuntura específica de cada país e a apropriação local das memórias gays do Holocausto. Tal processo fica ainda mais evidenciado no quarto e último capítulo, em que são apresentados diferentes usos políticos do símbolo do triângulo rosa — que servia para identificar os prisioneiros homossexuais nos campos de concentração e/ou extermínio nazistas — demonstrando a persistência de uma memória que, para os ativistas e militantes da causa, não ficou restrita ao passado, mas, infelizmente, ecoa no presente de discriminação e de cidadania LGBTQIAP+ ainda limitada.

Palavras-chave: Triângulo rosa. Homossexuais. Usos do passado. *The Body Politic*. *Lampião da Esquina*.

ABSTRACT

This master's thesis has as object of study different moments of the organized gay movement — which today we know by the acronym LGBTQIAP+ — in a comparative perspective. Initially, it addresses the flowering of the homosexual movement in the German Empire in the 19th century, passing through the rise of the Nazi totalitarian state, which had gays as one of the main groups targeted for extermination. Afterwards, it advances to a few decades later, outside the European continent, analyzing how the traumatic memory of the Nazi persecution was appropriated and represented in Brazil and Canada by a movement that sought to (re)structure itself in contexts of internal repression. Having the alternative press as a source, more specifically the *Lampião da Esquina* newspaper and *The Body Politic* magazine, it studies the specific situation of each country and the local appropriation of gay memories of the Holocaust. This process is even more evident in the fourth and final chapter, which presents different political uses of the pink triangle symbol - which served to identify homosexual prisoners in the Nazi concentration and/or extermination camps - demonstrating the persistence of a memory that, for the activists and militants of the cause, it was not restricted to the past, but unfortunately, it echoes in the present of discrimination and still limited LGBTQIAP+ citizenship.

Keywords: Pink triangle. Homosexuals. Uses of the past. *The Body Politic*. *Lampião da Esquina*.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| IMAGEM 1 – Charge política retratando o ativismo de Magnus Hirschfeld | 36 |
| IMAGEM 2 – Nazistas invadem o Instituto para Estudo da Sexualidade, em 1933..... | 39 |
| IMAGEM 3 – Boate Eldorado antes e depois da ascensão do nazismo, em Berlim..... | 35 |
| IMAGEM 4 – Charge antinazista satiriza a sexualidade de Röhm | 41 |
| IMAGEM 5 – Da esquerda para a direita: Josef Kohout, Pierre Seel e Rudolf Brazda..... | 46 |
| IMAGEM 6 – Capa da primeira edição experimental de número zero de <i>Lampião</i> , de 1978 | 54 |
| IMAGEM 7 – Capa da primeira edição de <i>The Body Politic</i> | 61 |
| IMAGEM 8 – <i>TBP</i> pede ajuda aos leitores contra as acusações enfrentadas pelos editores .. | 70 |
| IMAGEM 9 – <i>Lampião</i> usou estratégia parecida para mobilizar apoio..... | 71 |
| IMAGEM 10 – Protesto da Comunidade Gay contra a repressão policial em Toronto, em 1981 | 73 |
| IMAGEM 11 – Edição de fevereiro de 1979 de <i>TBP</i> denunciando a perseguição policial em locais privados | 72 |
| IMAGEM 12 – Ocasões em que o Brasil e <i>Lampião</i> foram destaques em <i>TBP</i> - 1/4 | 76 |
| IMAGEM 13 – Ocasões em que o Brasil e <i>Lampião</i> foram destaques em <i>TBP</i> - 2/4 | 76 |
| IMAGEM 14 – Ocasões em que o Brasil e <i>Lampião</i> foram destaques em <i>TBP</i> - 3/4 | 77 |
| IMAGEM 15 – Ocasões em que o Brasil e <i>Lampião</i> foram destaques em <i>TBP</i> - 4/4; ao lado, matéria que <i>Lampião</i> publicou sobre a revista canadense..... | 77 |
| IMAGEM 16 – A perseguição nazista aos homossexuais é citada na estreia de <i>Lampião</i> | 81 |
| IMAGEM 17 – Jean Le Bitoux tem sua entrada negada na cerimônia pública em memória às vítimas do Holocausto, em Paris, 2005. | 82 |
| IMAGEM 18 – <i>TBP</i> noticia sobre a recusa da Associação de Sobreviventes do Campo de Concentração de Dachau na instalação de uma placa em memória aos homossexuais que foram deportados..... | 83 |
| IMAGEM 19 – <i>TBP</i> destaca protesto contra a exclusão de vítimas homossexuais em memorial do Holocausto..... | 83 |
| IMAGEM 20 – Capas de <i>O Pasquim</i> e <i>O Pasquim Do Sul</i> | 85 |
| IMAGEM 21 – <i>Lampião</i> dá destaque na capa para artigo sobre a perseguição nazista aos homossexuais..... | 87 |
| IMAGEM 22 – Edições de <i>TBP</i> falando sobre os homossexuais durante o Terceiro Reich .. | 88 |
| IMAGEM 23 – Manifestaçãode grupos gays contra o fascismo na Europa | 95 |

| | |
|---|-----|
| IMAGEM 24 – Governo Austríaco nega indenização para ex-prisioneiro deportado por homossexualidade..... | 95 |
| IMAGEM 25 – Associações do movimento gay participam dos eventos de memória..... | 96 |
| IMAGEM 26 – notas sobre o <i>Remembrance Day</i> e o <i>United States Holocaust Memorial</i> | 98 |
| IMAGEM 27 – Entrevistas com G. Blömer e H. Rusche | 99 |
| IMAGEM 28 – Matérias sobre a peça <i>Bent</i> em <i>Lampião</i> | 102 |
| IMAGEM 29 – Adaptação original da peça <i>Bent</i> é destaque em <i>TBP</i> | 103 |
| IMAGEM 30 – Crítica às adaptações canadenses da peça <i>Bent</i> | 104 |
| IMAGEM 31 – Artigo de Michael Lynch em <i>TBP</i> sobre a peça <i>Bent</i> | 106 |
| IMAGEM 32 – <i>Silence = Death</i> , campanha de maior expressão da <i>ACT UP</i> | 112 |
| IMAGEM 33 – Pôster do filme <i>120 Batimentos Por Minuto</i> | 115 |
| IMAGEM 34 – Cheddar Gorgeous lembra a luta da <i>ACT UP</i> no combate à AIDS | 116 |
| IMAGEM 35 – Filtro que associa o triângulo rosa às perseguições aos homossexuais na Chechênia | 119 |
| IMAGEM 36 – Dois tênis da coleção <i>Betrue</i> da Nike com o triângulo rosa | 121 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – Quadro comparativo entre Brasil e Canadá (1970-1980). | 63 |
| TABELA 2 – Quadro comparativo entre os periódicos <i>Lampião Da Esquina</i> e <i>The Body Politic</i> | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| AIDS | <i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i> (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) |
| ACT UP | <i>AIDS Coalition To Unleash Power</i> |
| APEC | Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e Organização dos Estados Americanos |
| BDSM | Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo |
| BNDE | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| DOPS | Departamento de Ordem Política e Social |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| G7 | Grupo dos Sete |
| G20 | Grupo dos 20 |
| GMHC | <i>Gay Men's Health Crisis</i> |
| HIV | <i>Human Immunodeficiency Virus</i> (Vírus da Imunodeficiência Humana) |
| LAMPIÃO | <i>Lampião</i> (fase experimental) |
| LDE | <i>Lampião da Esquina</i> |
| LGBTQIAP+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e outros. |
| LUPPA | Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado |
| MPB | Música Popular Brasileira |
| OAC | <i>Ontario Arts Council</i> |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| ROTA | Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar |
| SA | <i>Sturmabteilung</i> (Tropa de Assalto) |
| SS | <i>Schutzstaffel</i> (Tropa de Proteção) |
| TBP | <i>The Body Politic</i> |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 CAPÍTULO UM: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO GAY NA ALEMANHA E A PERSEGUIÇÃO AOS HOMOSSEXUAIS PELO NAZISMO | 33 |
| 1.1 O “mito fundador” de Stonewall e o florescimento do movimento gay alemão no século XIX | 33 |
| 1.2 O assassinato de Ernst Röhm e a institucionalização da perseguição nazista aos homossexuais | 39 |
| 2 CAPÍTULO DOIS: <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> E <i>THE BODY POLITIC</i>: EMPODERAMENTO E MILITÂNCIA NAS BASES DO MOVIMENTO GAY ORGANIZADO | 51 |
| 2.1 <i>Lampião da Esquina</i> — iluminando os homossexuais que viviam nas sombras | 51 |
| 2.2 <i>The Body Politic</i> : um marco na história gay canadense em meio a polêmicas..... | 59 |
| 2.3 Os <i>crossovers</i> entre <i>Lampião da Esquina</i> e <i>The Body Politic</i> | 74 |
| 3 CAPÍTULO TRÊS:A PERSEGUIÇÃO NAZISTA AOS HOMOSSEXUAIS VISTA POR DOIS PERIÓDICOS DE IMPRENSA ALTERNATIVA NOS ANOS 1970 E 1980 | 80 |
| 4 CAPÍTULO QUATRO: USOS, RECUSAS E RESSIGNIFICAÇÕES DO TRIÂNGULO ROSA PELO MOVIMENTO GAY ORGANIZADO | 109 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 125 |
| FONTES | 130 |
| REFERÊNCIAS | 135 |

INTRODUÇÃO

—Então precisamos de uma bandeira que nos una.
 —Nós já temos o triângulo rosa.
 —Com licença? O triângulo rosa foi criado por nazistas no Holocausto! Sabe o que tem de errado com o triângulo rosa? Hitler!
 —Ele tem razão.
 —Eu sei que tenho! Precisamos de algo natural, provocante, político!¹
 (WHEN, 2017)

Lembro que os homossexuais já tinham um símbolo, o triângulo rosa. Mas ele era depreciativo, porque foi a forma que os nazistas usaram para ‘marcar’ homossexuais nos campos de concentração. Por mais que o triângulo rosa figurasse como o fortalecimento da luta homossexual pós nazismo, ainda assim relembra o trágico acontecimento (PARKINSON, 2016, n.p.).

Os dois excertos anteriores provêm de situações diversas, mas dizem respeito ao mesmo contexto histórico: um momento de reestruturação do movimento gay organizado — que hoje é conhecido como LGBTQIAP+²— nos Estados Unidos na década de 1970, após a Revolta de Stonewall (1969). O primeiro trecho é a reprodução de um diálogo do terceiro episódio da minissérie de TV estadunidense *When We Rise*, que foi ao ar nos Estados Unidos pelo canal ABC em 2017, e reproduzido no Brasil pelo canal Sony no mesmo ano. A minissérie, baseada em fatos reais, acompanha a reorganização do movimento gay na Califórnia através da ótica de Cleve Jones, um jovem que trabalhou como assessor de Harvey Milk.³O segundo excerto é uma citação extraída de uma entrevista dada por Gilbert Baker, o criador da bandeira do arco-íris, tido como o maior símbolo do atual movimento

¹ Diálogo reproduzido da minissérie de TV estadunidense *When We Rise*, do canal ABC, e ocorreu no terceiro episódio da produção, de nome *S01EP03:Night III: Parts IV and V*, na minutagem de 19min30seg. a 19min50seg. (WHEN, 2017).

² O termo começou a ser utilizado nos Estados Unidos em 1988 e desde então teve diversas variações e atualizações. No contexto brasileiro, o uso vem se atualizando desde o “GLS” (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), que era muito popular nos anos 90, até o atual LGBTQIAP+, utilizada hoje em dia para abarcar pessoas intersexo, assexuais, arromânticas e *queer*. Segundo o cientista político Cleyton Feitosa (2017, p. 21): “Após um processo de discussão na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais sob o tema ‘Direitos Humanos e Políticas Públicas: O Caminho para Garantir a Cidadania GLBT’ em 2008, membros do governo e da sociedade civil aprovaram a referida sigla como representativa desse público. De lá para cá, uma série de produções teóricas, organizações e ativistas tem problematizado o formato da sigla, as hierarquias contidas nela, a correlação de forças entre as identidades contempladas e a ausência de outros sujeitos ainda não evocados por ela como a população intersexual, por exemplo (FACCHINI, 2005; SIMÕES E FACCHINI, 2009; COLLING, 2013; MELLO et al, 2012d)”. Naquele momento, o autor optou por utilizar a sigla “LGBT” em sua obra *Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil*, pontuando que “a contradição é um elemento presente também nas organizações ativistas, mas que os movimentos sociais desenvolvem seus próprios saberes, tão legítimos quanto o conhecimento produzido na ciência, e possuem também suas estratégias políticas que respondem a tempos e contextos específicos” (FEITOSA, 2017, p. 21). De minha parte, no momento de escrita dessa dissertação, optei por utilizar a sigla LGBTQIAP+, por abarcar mais identidades e indivíduos que fazem parte desse movimento, mas com a plena ciência (conforme já anteriormente descrito por Cleyton Feitosa) de que não há um consenso geral sobre qual termo seria o “correto” e de que há discussões e atualizações recorrentes acerca de tal questão.

³ Harvey Milk foi o primeiro político abertamente homossexual a ser eleito para um cargo público nos Estados Unidos, em 1978. Foi assassinado no mesmo ano por Dan White, um ex-policial que era seu colega como supervisor da cidade de San Francisco.

LGBTQIAP+. O que ambos possuem em comum, além do contexto similar em que ocorreram? A negação⁴ do triângulo rosa, símbolo criado pelos nazistas para demarcar os homossexuais nos campos de concentração e extermínio durante o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, tendo sido utilizado, em seu lugar, outro símbolo, a bandeira do arco-íris, tido como de maior similaridade ao movimento.

Porém, na contramão da recusa desse símbolo considerado, até então, como representante de uma memória traumática e indizível — para nos valermos do conceito utilizado pelo sociólogo Michael Pollak —, outro movimento de expressão homossexual iria utilizar o triângulo rosa abertamente, de maneira polêmica e agressiva, para abordar a questão da pandemia de HIV/AIDS que acometia o mundo nos anos 1980. A *ACT UP* (na sigla em inglês: *AIDS Coalition To Unleash Power*) foi fundada em 1987 na cidade de Nova York pelo ativista Larry Kramer, com o objetivo de realizar uma abordagem mais combativa e radical acerca da disseminação da doença, que era tratada com estigma e preconceito extremamente explícitos à época.

A campanha mais popular da *ACT UP* foi “*Silence = death*”, um cartaz preto com o triângulo rosa ao centro, seguido da icônica frase, que associava de maneira direta o extermínio de homossexuais pelos nazistas com a epidemia de HIV/AIDS. E essa não foi a única ocasião em que a *ACT UP* associou diretamente os dois acontecimentos: Kramer publicaria, em 1989, o livro *Reports from the Holocaust: The Making of an AIDS Activist*; em outras ocasiões, o ativista fez declarações polêmicas como, por exemplo, associar organizações do movimento gay, como o GMHC (na sigla em inglês: *Gay Men’s Health Crisis*), ao *Judenrat*, conselhos judaicos impostos pelos nazistas que existiam nos guetos pela Europa ocupada, por “não serem militantes o suficiente na luta pelo combate à epidemia” (AIDS-HOLOCAUST..., 2022). Kramer também comparou Anthony Fauci, líder do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas dos Estados Unidos da época, ao criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann (KRAMER, 1989, p. 197). A abordagem radical e sem pudores da *ACT UP* fez com que muitas organizações gays rompessem e rivalizassem diretamente com ela, inclusive à qual Cleve Jones, citado no começo deste trabalho, fazia parte, em San Francisco.

A união pela raiva (“*United In Anger*”), conforme dita o lema da *ACT UP*, que segue ativa e atuante até os dias de hoje, apesar de polêmica e controversa, parece ter funcionado, visto a expansão que a organização teve, surgindo centenas de filiais pelos Estados Unidos e

⁴ Note-se que não se trata de um **esquecimento** do trauma, mas sim de uma **negação** do seu símbolo, estando as pessoas conscientes do que havia ocorrido no passado e a que episódio histórico o triângulo remetia.

Europa — especialmente na França. É importante frisar que, mesmo tendo utilizado o triângulo rosa para abordar um tema sensível do presente, a organização tocava também em um tema sensível do passado que, durante os anos 1980, ainda era considerado um assunto tabu, visto que na Europa seguiam em vigor leis como o Parágrafo 175,⁵ que impediam que vítimas homossexuais do Holocausto trouxessem seus testemunhos à tona, pois poderiam ser indiciados perante a lei discriminatória.

Essa breve exposição mostra apenas alguns exemplos de como diferentes setores do movimento gay podem se apropriar de um símbolo de memória traumática de maneiras diversas. Conforme relatado anteriormente, a perseguição nazista aos homossexuais e suas consequentes deportações para os campos de concentração e extermínio durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ainda era um assunto pouquíssimo debatido entre as décadas de 1960 a 1980. Isso ocorria tanto pelo estigma social que o assunto trazia quanto pelo fato de a homossexualidade ainda ser crime em diversos países da Europa, como a Alemanha e a França:

A memória homossexual apenas agora começa a exprimir-se publicamente. Durante décadas, as associações que representavam os homossexuais deportados para os campos de concentração nazis foram expulsas na militância das celebrações oficiais como portadoras de uma recordação vergonhosa e inominável. As leis que tinham permitido a sua deportação — o parágrafo 175 do código penal da República de Weimar — foram abolidas bem tardiamente no pós-guerra, quando um grande número de ex-deportados já tinha sido indenizado (TRAVERSO, 2012, p. 72-73).

A atuação do movimento gay organizado, que vinha se reestruturando em diversos países após o conflito mundial, foi essencial para que relatos e testemunhos do que havia ocorrido com os “triângulos rosa” viessem à tona no espaço público. Note-se que, com a ausência de documentações oficiais (visto que os próprios nazistas destruíram boa parte dos documentos ao fim da guerra), os próprios testemunhos dos sobreviventes eram utilizados como prova de seu sofrimento. No entanto, não foi uma tarefa fácil ter acesso a tais relatos, por muitos fatores, inclusive, devido ao próprio processo de construção e consolidação da memória do Holocausto como um todo. Em minha monografia de conclusão de curso em História, tive a oportunidade de trabalhar com os testemunhos de três homens cisgêneros gays

⁵O Parágrafo 175, que condenava relações entre pessoas do mesmo sexo, esteve presente no Código Criminal Germânico desde a unificação do país em 1871. Em 1933, foi endurecido pelos nazistas, que deportaram para campos de concentração e extermínio todos aqueles que eram fichados por “sodomia”. No pós-guerra, seguiu em vigor, sendo que o texto dos anos 1950 e 1960 era o mesmo dos nazistas, que foi mantido pelas Alemanhas Oriental e Ocidental. Nos anos 1970, a rigidez da lei foi atenuada, porém só foi totalmente revogada em 1994. Em 2002, o Parlamento Alemão anulou todas as condenações do período nazista, mas somente em 2017, anulou todas as condenações pelo parágrafo, incluindo as do pós-guerra. No mesmo ano, finalmente foi estabelecida uma indenização para todos os condenados pela lei. Contudo, infelizmente era tarde demais para boa parte das vítimas, que faleceram sem ter qualquer tipo de reconhecimento ou pedido oficial de desculpas por parte do Estado Alemão (DONCEL, 2017).

deportados para campos de concentração por conta de sua homossexualidade (SILVA, 2018). São eles (em ordem de publicação de seus relatos): Josef Kohout (à época utilizando o pseudônimo de Heinz Heger), austríaco; Pierre Seel, francês; e Rudolf Brazda, alemão de ascendência tcheca.⁶ Essas pessoas, por virem de diferentes contextos socioculturais e terem tido experiências concentracionárias diversas entre si, tiveram diferentes percepções e opiniões acerca do que viveram, como suas perseguições e deportações, ao contrário do que muitos acreditaram.⁷ Por isso trabalhei com o conceito de **diversidade memorial** ao analisar mais detalhadamente seus relatos (SILVA, 2018).

Segundo Michael Pollak e Nathalie Heinich (2006), a diversidade memorial refere-se à maneira como cada ex-prisioneiro vivenciou sua experiência traumática e o quanto esta influenciou em seu testemunho — ou em sua decisão pelo silêncio. Segundo os autores, a decisão dos sobreviventes em relatar ou recusar-se a tal são influenciadas pelas “condições sociais que tornam comunicável, condições que evoluem com o tempo e que variam de um país para outro” (POLLAK, HEINICH, 2006, p. 56). Cita-se o exemplo:

Essa contradição se expressa na entrevista de uma sobrevivente do campo de Auschwitz-Birkenau que diz com alguns minutos de diferença: “no campo, dizíamos que era necessário registrar tudo e relatar tudo em nosso regresso” logo evocando seu retorno: “a única coisa em que pensei foi em esquecer tudo e refazer minha vida”. Outro exemplo desta tensão constitutiva de muitos relatos de deportados: “creio verdadeiramente que é muito difícil relatar a deportação porque cada pessoa viveu uma coisa diferente, tão particular que é impossível transmiti-la” (POLLAK, HEINICH, 2006, p. 55).

Tal problemática é bem visível nos testemunhos anteriormente citados: Josef Kohout foi o primeiro a publicar suas memórias, nos anos 1970, sob pseudônimo; Pierre Seel tinha decidido esquecer tudo e viver uma vida heteronormativa até os anos 1980, quando tornou pública sua experiência traumática; e, por fim, o último deles, Rudolf Brazda, que acompanhou a publicação dos testemunhos anteriores, mas só sentiu necessidade de contar sua história no fim de sua vida, em 2008. Todas essas histórias são perpassadas por muita luta

⁶As edições que utilizei para o estudo constam na bibliografia desta dissertação (HEGER, 2016; SCHWAB, BRAZDA, 2011; SEEL, BITOUX, 2017).

⁷Primo Levi, em sua obra *É Isto um Homem?* (1988), ao descrever quais prisioneiros possuíam as maiores chances de sobrevivência, cita os triângulos rosa em os “homossexuais jovens e atraentes” (LEVI, 1988, p. 131), deixando implícito o motivo da sobrevivência destes. Para Arosa e Penna (2017, p. 16), no trecho de Levi descrito anteriormente, “o homossexual não é citado como parte de um grupo de vítimas do campo de extermínio-concentração, é mencionado apenas de forma no mínimo irônica, ao se ler que homossexuais belos e jovens [...] se utilizaram e se aproveitaram de seus corpos como moeda de troca.” Primo Levi não percebe a diversidade de experiências dos “triângulos rosa”, onde poderiam existir, sim, prisioneiros que conseguiram valer-se de artifícios do gênero visando sua sobrevivência, mas também outros que, assim como ele próprio, se sentiram completamente anulados enquanto seres humanos na rotina de um campo de concentração, incapazes de sentir qualquer desejo ou sentimento de cunho amoroso e/ou sexual, conforme pude constatar em minha já citada monografia. Percebe-se também que Primo Levi somente cita os prisioneiros homossexuais neste momento em especial, durante toda sua obra. No restante de sua literatura, elenca como prisioneiros dos campos somente os judeus, os políticos e os infratores criminais, majoritariamente.

por reconhecimento, justiça e reparação, visto que o pós-guerra foi um momento conturbado para aqueles que sofreram com a perseguição nazista.

A questão da construção da memória do Holocausto, hoje tão presente em nossa cultura e em nosso imaginário — seja em *blockbusters* estadunidenses ou em romances históricos — foi um processo longo e sensível, que demorou a se consolidar, segundo demonstrou o historiador italiano e estudioso do tema, Enzo Traverso (2010). Para ele, a primeira aparição pública da memória do Holocausto a nível mundial se deu nos anos 1960, com o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém. A partir daí, com Israel travando sucessivos conflitos com os países árabes, como a Guerra dos Seis Dias (1967), o Holocausto começou a ser utilizado, por parte da comunidade judaica, de maneira aberta e política, como fator legitimador para a expansão e manutenção do Estado Israelense (TRAVERSO, 2010).

Contudo, o autor identifica que a consolidação na cultura popular ocorreu de fato no fim dos anos 1970, quando foi ao ar a minissérie estadunidense *Holocaust*, do canal NBC, lançada em 1978. Apesar das inúmeras críticas feitas acerca da falta de veracidade e rigor histórico, nada impediu que a produção fosse um sucesso absoluto de audiência nos Estados Unidos e na Europa. Segundo Traverso:

A memória do genocídio conhece então [...] um processo de **americanização**, ou seja, entra na consciência histórica dos Estados Unidos, de **sacralização**, até se tornar numa espécie de ‘religião civil’, com os seus dogmas (o seu carácter único e incomparável) e os seus ‘santos seculares’ (os sobreviventes transformados em ícones vivos) (TRAVERSO, 2012, p. 77; grifos do original).

Apesar de concordar com o historiador italiano, apenas lamento que ele deixa de citar uma importante obra que se popularizou por volta da mesma época da série de TV e que também ajudou a tornar o Holocausto um evento mundialmente conhecido entre pessoas de todas as idades (inclusive eu mesma): *O Diário de Anne Frank*.⁸ Outra importante obra que ajudou a divulgar este evento traumático foi o filme *Shoah* (1985), de Claude Lanzmann.

⁸Anne Frank foi uma jovem judia e alemã que emigrou com sua família para os Países Baixos devido à ascensão do nazismo em seu país, em 1933. Com a invasão alemã, em 1940, os Frank se viram obrigados a irem para um esconderijo em Amsterdã, visto que a irmã de Anne, Margot, havia recebido uma ordem de deportação dos ocupantes. No “Anexo Secreto”, Anne escreveu um diário que, após o final da guerra, ficou mundialmente conhecido por relatar o cotidiano, as limitações, tensões, conflitos e todos os sentimentos vividos naquela situação. Todos foram descobertos pelos nazistas e deportados para campos de extermínio, onde morreram. Otto Frank, pai de Anne, infelizmente foi o único sobrevivente dentre os que habitaram o esconderijo. Em 1947, ao retornar para Amsterdã, recebeu da amiga Miep Gies, as folhas do diário de Anne, preservadas por ela. Transformado em livro, o diário foi publicado e traduzido para mais de 70 idiomas, com adaptações para o cinema, o teatro e a TV. O sucesso do mesmo possibilitou que se transformasse o prédio onde se localizava o “Anexo Secreto” no memorial hoje conhecido como “Casa de Anne Frank”, além de estabelecer, na Suíça, a “Fundação Anne Frank”, ambos os espaços destinados a preservar a memória de Anne e das vítimas do Holocausto em geral.

Até então, os sobreviventes judeus do Holocausto estavam numa espécie de penumbra, ainda não haviam trazido seu sofrimento à tona. Conforme salientado também por Enzo Traverso, a vitória aliada no fim da Segunda Guerra foi para derrotar o nazismo, não para salvar os judeus (TRAVERSO, 2010, p. 73-74). Após o fim desta, todas as atenções estavam concentradas na tensão constante da polarização do mundo vivida sob a Guerra Fria (1947-1991). Michael Pollak também salientou esse mesmo processo de silêncios em torno da memória do Holocausto:

Um motivo como a participação na Resistência era mais fácil de valorizar depois da guerra do que, por exemplo, ter sido preso numa *blitz* por ser judeu. Ou ainda, ter sido deportado por condenação de delito penal, por ter atuado no mercado negro. Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tornam difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflito entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, a priori, por terem elemento constitutivo comum em suas vidas, deveriam sentir-se como presentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória (POLLAK, 1992, p. 205).

Após a consolidação da memória do Holocausto, — em relação à qual alguns autores consideram ter havido uma completa saturação de produções acerca do tema, principalmente vindas dos Estados Unidos, com suas películas cinematográficas e obras literárias — vimos esse processo de disputa em torno da memória desse evento traumático se concentrar majoritariamente nas vítimas judias. Memoriais e museus ao redor de todo o mundo foram, durante muito tempo, extremamente seletivos com as vítimas por eles representadas: “a escolha final de um memorial do Holocausto (e não de todas as vítimas do nazismo) expõe-se ao risco que ameaça toda e qualquer ‘memória forte’: o de esmagar as memórias mais ‘fracas’” (TRAVERSO, 2010, p. 83). Somente a partir dos anos 2000 é que tem havido um processo de “abertura” da memória do Holocausto, tendo produções acadêmicas e culturais diversas — como livros, filmes, peças de teatro e até mesmo museus e locais de memória — abordando as *outras* vítimas do nazismo: homossexuais, testemunhas de Jeová, ciganos, pessoas com deficiência, etc.⁹ Segundo Michael Pollak:

⁹É importante citar que não existe um consenso acadêmico de que o Holocausto diz respeito a um evento traumático exclusivo de vítimas judias ou de que outros grupos diversos, como os homossexuais e ciganos (apenas para citar dois exemplos), também tenham sido vítimas da mesma situação-limite de sobrevivência. Não é minha intenção nem meu desejo desenvolver esse debate historiográfico aqui (que é longo), mas minha posição enquanto historiadora que pesquisa o tema é de que os homossexuais também foram tão vítimas quanto qualquer outro deportado, assim como outras minorias que também sofreram em campos de concentração e extermínio. Ainda assim, pesquisadores que não concordam com essa visão preferem o termo “vítimas do nazismo” ao invés de “vítimas do Holocausto” para referir-se aos homossexuais que sofreram com a deportação, alegando que a perseguição a esses diferentes grupos por parte dos nazistas ocorreu de formas diferentes (portanto, não seriam vítimas do mesmo trauma, segundo tal raciocínio); a sistematização da criminalização de cada categoria de deportados pelo nazismo foi diversa; nenhuma minoria foi deportada pelas mesmas razões e motivos, mas o evento traumático do qual acabaram sendo vítimas (o Holocausto) foi o mesmo, em minha percepção. Repito que este não é um consenso entre os pesquisadores do tema. Para citar

Uma pesquisa de história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de um contrato de locação. Compreende-se por que certas vítimas da máquina de repressão do Estado-SS— os criminosos, as prostitutas, os "associais", os vagabundos, os ciganos **e os homossexuais - tenham sido conscienciosamente evitadas na maioria das "memórias enquadradas"** e não tenham praticamente tido voz na historiografia. Pelo fato de a repressão de que são objeto ser aceita há muito tempo, a história oficial evitou também durante muito tempo submeter a intensificação assassina de sua repressão sob o nazismo a uma análise científica (POLLAK, 1989, p. 13-14; grifos meus).

Infelizmente, tal conquista e reconhecimento não se deu sem tensões, que ocorrem até hoje. O espaço destinado aos homossexuais nos museus e memoriais do Holocausto mundo afora geralmente se restringe a uma pequena vitrine. Por muitas vezes, até mesmo os monumentos em homenagem à memória dos homossexuais são separados dos monumentos de lembrança das vítimas judias.¹⁰

Conforme anteriormente descrito, os militantes do movimento gay foram essenciais para criar as bases e viabilizar que os sobreviventes pudessem falar sobre o que tinham sofrido e reclamar seus direitos enquanto vítimas do nazismo. No caso dos três homens deportados por homossexualidade que tive a oportunidade de pesquisar, todos eles contaram com a ajuda de ativistas que os auxiliaram em todo o processo de publicação de seus testemunhos e de reivindicações para o Estado Alemão, visando as indenizações que lhes cabiam (não tive acesso a nenhum registro ou documento que comprove que algum deles recebeu qualquer tipo de compreensão, muito pelo contrário, todos tiveram seus primeiros pedidos desse gênero negados).¹¹ Esse processo foi descrito por Mateus Henrique Siqueira Gonçalves, focando no caso específico do francês Pierre Seel, cuja dinâmica foi semelhante a dos outros “triângulos rosa” que pesquisei:

São os homossexuais da segunda geração imediata do pós-guerra que se preocupam, ouvem e escrevem sobre os deportados por homossexualidade. São esses sujeitos que se interessam por alavancar publicamente as histórias de vítimas homossexuais [...]. Por conta dos sujeitos ligados ao ativismo homossexual do período ao qual Pierre Seel conseguiu se integrar há uma rede de comunicabilidade segura. Os

uma visão historiográfica divergente desta que defendo, recomendo o trabalho do historiador Mateus Henrique Siqueira Gonçalves (2022), que recentemente defendeu sua dissertação de mestrado em História na UnB e teorizou mais detalhadamente sobre este aspecto.

¹⁰Um exemplo é a cidade de Berlim, capital da Alemanha, onde estão localizados o “Memorial aos Judeus Mortos na Europa” e o “Memorial aos Homossexuais Perseguidos pelo Nazismo”. Apesar de serem construções similares e remeterem ao mesmo período histórico e evento traumático, ambas não se encontram no mesmo local, estando separadas uma da outra por 160m (aprox. 2 min de caminhada segundo o *Google Maps*). Para consultar uma importante referência neste sentido, ver: (SCHMIDT, 2022).

¹¹O escritor canadense Ken Setterington afirma que Josef Kohout, no ano de 1992, após muita luta, conseguiu que seu período de encarceramento em campos de concentração fosse levado em conta durante o cálculo de pensão de sua aposentadoria. Porém, não cita qualquer valor indenizatório que este tenha recebido por conta de sua deportação (SETTERINGTON, 2017, p. 93).

próximos fornecem ambiente propício para que o traumatizado possa perlaborar o trauma no ato de falar e de escrever. Os próximos são aqueles que possuem empatia e articulam uma causa sócio-política para alavancar os traumatizados que, sozinhos, não possuem condições de se comunicarem com o Estado e a sociedade. Eles, portanto, conectam as narrativas às oportunidades de fala, escuta e visibilidade pública. A comunicabilidade em foco é uma rede de sustentação ligada diretamente com o ativismo gay dos anos 1980-1990 (GONÇALVES, 2022, p.86, 92).

No contexto de reestruturação após a Segunda Guerra Mundial, além de lidar com as questões de memória traumática, o movimento gay também vinha enfrentando suas próprias batalhas internas contra o preconceito e a discriminação em diferentes países, o que se agravou a partir da década de 1980 com a pandemia de AIDS. Nas “Alemanhas” (visto que ainda não era um país unificado à época, dividido entre as zonas Ocidental e Oriental), desde os anos 1970, registraram-se mobilizações pela revogação do Parágrafo 175, assim como também em outros países em que existiam leis discriminatórias, como os Estados Unidos — com a *Proposition 6*¹² — chegando até a América Latina, que viveu a partir dos anos 1960 sob diversos regimes ditatoriais que reprimiram os homossexuais e todos/as aqueles/as que não se enquadravam na heteronormatividade.

Mesmo preocupados/as com as questões pertinentes ao movimento gay naquele momento, esses homens e mulheres, cisgêneros e transgêneros, também se importaram com esse importante momento de opressão sofrido no passado, que foi a perseguição nazista aos homossexuais. Nesse sentido, o livro de memórias *Die männermitdem rosa winkel* (“*Os homens do triângulo rosa*”, em tradução livre), testemunho do ex-prisioneiro deportado por homossexualidade Josef Kohout, uma das obras da qual tive a oportunidade de me aprofundar, significou, segundo o historiador estadunidense Erik Jensen (2002, p. 319-349), uma completa mudança de perspectiva dos ativistas das décadas de 1970 em diante com relação à consciência de seu passado traumático.

Nesse sentido, os periódicos de afirmação homossexual cumpriram um importante papel de canalização dessa memória reprimida, e até então oculta, em diversas partes do mundo. O próprio Pierre Seel, que por muitos anos manteve seu trauma represado, o que lhe causou inúmeros problemas, como o alcoolismo e ter de viver em situação de rua, publicou seus primeiros relatos (por meio de pseudônimo) através de um periódico. Foi através da ajuda do jornalista francês Jean Le Bitoux — importante ativista pelos direitos dos homossexuais e de conscientização acerca do HIV/AIDS na França — que Pierre Seel

¹²Também conhecida como “Iniciativa Briggs”, devido ao nome do seu autor, a *Prop 6* visava demitir gays, lésbicas e qualquer um que apoiasse os direitos dos homossexuais das escolas públicas da Califórnia. A medida foi derrubada num referendo em 1978, tendo Harvey Milk encabeçado fortemente a oposição ao projeto de lei (INICIATIVA BRIGGS, 2017).

começou, aos poucos, a tratar do assunto e se recuperar de seus traumas. Jean Le Bitoux foi o fundador da revista gay francesa *Gai pied*, que, em 1982, publicou o primeiro relato aberto de Pierre Seel acerca de sua deportação. Bitoux foi um grande militante pelo reconhecimento dos triângulos rosa pela Europa, com publicações acerca do tema e inclusive já tendo sido impedido de participar de uma cerimônia em homenagem às vítimas do Holocausto, em situação similar da que foi descrita anteriormente pelo historiador italiano Enzo Traverso (2012).

Para analisar apenas dois exemplos de periódicos de afirmação homossexual que deram destaque ao assunto da perseguição e deportação de homossexuais pelo regime nazista, selecionei duas publicações, uma do Brasil e outra do Canadá. Elas abordaram o tema em suas edições, contribuindo, assim, para a construção de uma memória do movimento gay de seus países em uma época em que tais questões eram consideradas indizíveis.¹³ Conforme salientado por Michael Pollak:

[...] a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.3).

Esses periódicos, que circulavam com algumas restrições (visto que em ambos os países os homossexuais eram perseguidos pelas autoridades), foram fatores importantes para uma tomada de consciência política a partir dos usos e apropriações que o movimento gay organizado começou a fazer dos símbolos de memória traumática envolvendo os homossexuais no Holocausto. Os dois veículos de comunicação escolhidos foram: *Lampião da Esquina* (Brasil) e *The Body Politic* (Canadá). O primeiro circulou entre os anos 1978-

¹³Valemo-nos do termo cunhado pelo sociólogo Michael Pollak, que trabalhou com história oral de sobreviventes do Holocausto. Após o fim da guerra e por muitos anos subsequentes, os sobreviventes homossexuais dos campos de concentração delegaram suas experiências ao plano do não dito, criando uma gestão do indizível. Segundo Pollak (2010), este é um fato recorrente entre os sobreviventes dos campos de concentração e extermínio. A partir de uma entrevista com uma judia sobrevivente de Auschwitz, que Pollak identifica com o nome fictício de Ruth A., ele problematiza a questão de que o testemunho ou o silêncio de um sobrevivente é, em grande parte, condicionado pelo ambiente e pelas condições sociais em que tal pessoa se encontra no pós-guerra: “Ruth tem a ocasião de vivenciar isso: o chefe da administração do bairro onde ela se ocupa das indenizações de deportados é um antigo membro da *Waffen-SS*. E quando, um dia, o silêncio habitual entre aquele do qual o passado não tem nada de secreto e aquela que a tatuagem marca para sempre se rompe, Ruth deve engolir essa frase da parte de seu chefe: ‘Mas enfim, se as pessoas, e também você, sobreviveram, isso não devia ser tão terrível assim’” (POLLAK, 2010, p. 42). No caso dos sobreviventes homossexuais, há uma dupla gestão do indizível: a identidade homossexual e a identidade de ex-prisioneiro de campo de concentração.

1981, aproveitando-se do florescimento da imprensa alternativa em um Brasil ainda assolado por uma ditadura civil-militar. Apesar de não ter sido o primeiro periódico de afirmação homossexual no Brasil (falaremos brevemente sobre os anteriores mais adiante), *Lampião da Esquina* foi o primeiro a ter expressão e visibilidade nacional e internacional — a própria *The Body Politic* publicou a seu respeito em diversas ocasiões, e o inverso também ocorreu, conforme mostrarei ao longo da dissertação. *Lampião da Esquina* teve um total de 38 edições, incluindo a de número zero (quando ainda se chamava apenas *Lampião*), com tiragens entre 10 e 15 mil exemplares. A revista canadense *The Body Politic*, por sua vez, circulou por um maior período de tempo, entre os anos 1971 e 1987, totalizando o número de 135 edições. Assim como *Lampião* no Brasil, o periódico também enfrentou diversos processos judiciais e tentativas de censura por parte de órgãos governamentais e da sociedade canadense, mas ainda assim se estabeleceu como um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento e afirmação do movimento LGBTQIAP+ no Canadá. Em 2008, *The Body Politic* foi classificada como a 17ª revista mais influente na história da imprensa canadense pela *Masthead*, revista especializada da indústria editorial daquele país (THE BODY POLITIC, 2023).

Esse processo de “resgate memorial” empreendido pelos ativistas e militantes homossexuais dos anos 1960 em diante também pode ser compreendido através dos conceitos cunhados pela pesquisadora alemã Aleida Assmann que, em seu livro *Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural* (2011) desenvolveu o que chamou de “memória cumulativa” e “memória funcional”:

[...] a memória cumulativa contém o que se tornou inutilizável, obsoleto e estranho: o saber objetivo neutro e abstrato-identitário, mas também o repertório de possibilidades perdidas, opções alternativas e chances desperdiçadas. Na memória funcional, por outro lado, trata-se de uma memória que, ao passo que se apropriam dela, resulta de um processo de seleção, associação, constituição de sentido [...] os elementos desprovidos de estrutura, desconexos, passam a integrar a memória funcional como se houvessem sido compostos, construídos, vinculados. Este ato construtivo gera *sentido*, uma qualidade de que a memória cumulativa simplesmente não dispõe (ASSMANN, 2011, p. 150).

Os conceitos de memória cumulativa e memória funcional de Aleida Assmann não são opostos um ao outro, mas complementares: “A memória cumulativa pode ser vista como um depósito de provisões para memórias funcionais futuras” (ASSMANN, 2011, p. 150). Ou seja: na memória cumulativa, estão os elementos da memória de um indivíduo ou grupo que, por algum motivo (geralmente um trauma ou escândalo profundo que o deixa inacessível), deixam de estar disponíveis para resgate imediato, mas permanecem lá, enterrados bem fundo.

A partir do momento em que são resgatados e adquirem um significado, um sentido — valendo-se do termo utilizado pela autora —, tornando-se parte da memória funcional.

É basicamente esse processo que vemos com os usos do passado referentes ao Holocausto no movimento LGBTQIAP+: eles se encontravam, no momento de reestruturação do movimento no pós-guerra (décadas de 1960-1970), na memória cumulativa, ou seja, em depósito inacessível devido ao trauma. Apenas reforçando: eles não estavam esquecidos; apesar de enterrados, continuavam presentes. Com o surgimento da pandemia de AIDS nos anos 1980, o triângulo rosa ressurgiu timidamente no ativismo gay, relacionando um trauma a outro, ligando o extermínio causado pela doença ao genocídio que homossexuais sofreram no Holocausto, símbolo que segue sendo usado no momento atual, com a denúncia de que existem campos de concentração para pessoas LGBTQIAP+ na Chechênia (assunto que também será visto ao longo da dissertação), tornando-se, então, parte da memória funcional do movimento.

No entanto, conforme exposto anteriormente, esse processo de resgate memorial foi permeado por tensões e discordâncias, visto que a *ACT UP* tratava de três assuntos tabus na sociedade estadunidense dos anos 1980: o HIV/AIDS, a homossexualidade em si e o extermínio de homossexuais durante o Holocausto. Michael Pollak, em seu livro *Os Homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia* (1990) descreve o que chama de uma “dupla gestão de uma identidade indizível”: ser homossexual e ser portador do vírus HIV. Processo semelhante de dupla gestão identitária era enfrentado pelos sobreviventes homossexuais dos campos de concentração na Europa, que haviam passado por experiências extremamente traumáticas e que não poderiam revelar, impedindo a reivindicação de indenizações a que tinham direito, pois a causa de suas deportações ainda era um crime previsto em lei:

Opondo-se a mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes stalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

Essa gestão do indizível se faz extremamente presente na campanha de maior expressão da *ACT UP*, a já citada “*Silence = death*”: ao associar o silêncio à morte e tendo como símbolo visual o triângulo rosa, a organização deixa implícita sua postura polêmica de que muitos são conscientes do genocídio causado pela epidemia de HIV/AIDS, mas optam por se calar, o que contribui para que mais mortes continuem ocorrendo, processo semelhante ao que ocorreu com o Holocausto, em que nenhum organismo internacional interveio em favor dos milhares de pessoas que foram exterminadas nas câmaras de gás. Para Pollak, na ocasião da eclosão dessas memórias indizíveis, as reações dos oprimidos podem ser violentas, exatamente como foi no caso da *ACT UP*:

O problema que se coloca em longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não dito" à contestação e à reivindicação [...]. Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência (POLLAK, 1989, p.8).

Pierre Nora (2009) salientou o mesmo fenômeno através do que descreveu como um movimento de “democratização da História”:

[Tem ocorrido] nas sociedades tradicionais ocidentais, a descolonização interna de minorias sexuais, sociais, religiosas e provinciais, por meio da integração, para quem a afirmação de suas “memórias” é uma maneira de conseguir para si o reconhecimento em sua singularidade pela comunidade em geral que tem até agora se recusado a admitir seus direitos [...]. Comparada à História, que esteve sempre nas mãos dos poderosos, as autoridades intelectuais ou profissionais, a memória anda de mãos dadas com as prerrogativas das formas populares de protesto. Parecia ser a vingança dos pobres, dos oprimidos, dos desafortunados, a História daqueles que não tinham nenhum direito à História. Temos testemunhado a rápida emergência de todas as formas de memória no caso de minorias, para as quais a recuperação de seu passado é parte integral da afirmação de sua identidade (NORA, 2009, p. 9).

Esse processo memorial de identificação com seu passado foi descrito por Pollak como sendo uma espécie de “memória herdada”, onde um grupo ou coletivo, através da socialização política e/ou histórica, possui grande identificação com acontecimentos que fazem parte de sua história, mesmo sem tê-los vivido. Pollak chama-os de acontecimentos “vividos por tabela”, fator que faz com que a memória esteja estreitamente ligada ao sentimento de identidade: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). Ou seja, ao se apropriar de

um símbolo tido por muitos homossexuais como vergonhoso e opressivo por abordar uma memória “indizível”, a *ACT UP* foi parte muito importante no processo de ressignificação e incorporação deste à identidade do movimento.

Assim sendo, esta pesquisa se insere no contexto historiográfico dos estudos de memória e identidade do movimento LGBTQIAP+, com um recorte muito específico, visto que meu objetivo principal é analisar o quanto um episódio traumático do passado — a perseguição nazista aos homossexuais — foi apropriado, utilizado e ressignificado em um momento de reestruturação do movimento gay organizado, do final dos anos 1960 em diante, principalmente em um contexto tão delicado com o dos anos 1980, com o surgimento da AIDS. Visto que seria impossível analisar esse movimento em todos os países do mundo, decidi por destacar na pesquisa o Brasil e o Canadá, optando por utilizar como metodologia principal a comparação. Aproveitando-me do acesso que tive a fontes e bibliografias do contexto norte-americano, decidi também adicionar um quarto capítulo à dissertação, em tom mais ensaístico e livre, em que apresento outros usos feitos a partir do triângulo rosa em diferentes cenários, tomando como ponto de partida o *start* dado pela organização *ACT UP*, que “inaugurou” tais analogias. Para justificar melhor minhas escolhas nesses aspectos, terei de fazer uma breve retrospectiva.

Desde os meus 11 anos, quando li *O Diário de Anne Frank* pela primeira vez, sem fazer a mínima ideia prévia do que havia sido a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, fiquei impactada pela realidade que uma menina, que tinha quase a mesma idade que eu à época da leitura, teve de suportar somente por ser judia (outro aspecto do qual precisei me aprofundar naquele momento para entender melhor). Conforme fui lendo mais a respeito desse período em específico da História, pareceu-me cada vez mais absurdo que tamanho crime contra a humanidade tivesse ocorrido de verdade. Não se tratava de mais uma história inventada como as que eu estava acostumada a ler em livros de ficção. Ainda preciso de muitas sessões de terapia para entender o porquê de realidades tão absurdas e chocantes me interessarem tanto — até hoje, a distopia¹⁴ é meu gênero literário favorito. Entretanto, no que tange ao Holocausto, não se trata de uma distopia: foi um evento histórico que ocorreu na vida real. Creio que tenha sido isso o que mais tenha me impressionado naquele momento da minha vida. Seis anos depois de ter lido o testemunho de Anne Frank, chegada a época do

¹⁴Entendo distopia como: “[...] qualquer representação ou descrição, organizacional ou social, cujo valor representa a antítese da utopia ou promove a vivência em uma ‘utopia negativa’. O termo também se refere a um lugar, época ou estado imaginário em que se vive sob condições de extrema opressão, desespero ou privação. As distopias são geralmente caracterizadas por totalitarismo ou autoritarismo (controle opressivo de toda uma sociedade), por anarquia (desagregação social), ou por condições econômicas, populacionais e ambientais degradadas ou levadas a um extremo ou outro.” (DISTOPIA, 2022, n.p.).

vestibular, optei por cursar História. Decidi transformar minha sede por conhecimento em minha profissão, e, além disso, almejava poder ter um viés científico e profissional acerca do que tanto estudava — e também poder eu mesma escrever e ensinar sobre esse assunto que muito me intrigava.

Com o final da adolescência, veio o amadurecimento e o ingresso na universidade, momento em que pude também me entender melhor enquanto ser humano numa sociedade machista e LGBTfóbica. Com o empoderamento que o movimento feminista e o movimento LGBTQIAP+ me trouxeram, novas perspectivas e horizontes se abriram pra mim, principalmente no que diz respeito à academia. Passei a me interessar, também, pela história do feminismo e, principalmente, do movimento LGBTQIAP+. Qual não foi minha surpresa quando, ao ler o livro de Rudolf Brazda (o primeiro desse assunto ao qual tive acesso), descobri que os homossexuais também haviam sido vítimas do Holocausto. Eu já sabia que outros grupos também haviam sido deportados, como os ciganos e os dissidentes políticos, por exemplo, pois em outros testemunhos essas categorias de prisioneiros eram sempre citadas. Porém, até então, nunca tinha lido **uma menção sequer** aos triângulos rosa em qualquer publicação. Vislumbrei uma oportunidade de poder dar uma pequena contribuição enquanto historiadora, visando ajudar a preencher esta lacuna, exatamente como eu almejava ao ingressar no curso.

No ano de 2017, já fazia dois anos que eu era orientanda de iniciação científica do Prof. Fernando Nicolazzi. Como eu me aproximava do final do curso, expus para ele meu desejo de trabalhar com os prisioneiros homossexuais no Holocausto em minha monografia final. Mesmo que esse tema estivesse muito distante de suas afinidades de pesquisa, ele se mostrou muito aberto a continuar me orientando. Entretanto, Fernando relatou ter algumas incertezas de onde eu poderia conseguir fontes para trabalhar com esse assunto, visto que, naquele ano, existiam pouquíssimas publicações em língua portuguesa sobre o tema — tanto que tive de trabalhar com muitos livros e bibliografias importadas do exterior, em inglês e espanhol. O Prof. Benito Schmidt se uniu à causa e trouxe importantíssimas contribuições, tendo sido também meu coorientador de pesquisa.

O processo de produção de minha monografia de conclusão de curso foi extremamente prazeroso para mim (ao contrário do que costuma ocorrer com formandos de qualquer área). Tendo imenso interesse pela história da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, ainda pude aliar a isso a questão de uma memória pouco explorada no Brasil à época, que era a questão da perseguição aos homossexuais e sua conseqüente deportação para campos de concentração e extermínio, indo ao encontro do meu recente fascínio sobre as pessoas que não se

enquadram na heteronormatividade, como eu. Fui aprovada na banca com conceito máximo e até hoje colho os frutos desse trabalho, que tanto me orgulha.

Decidi ingressar no mestrado seguindo uma linha similar de pesquisa, dessa vez me aprofundando mais em como o movimento gay organizado apropriou-se dessa memória traumática após os anos 1960 — creio que o meu processo de descoberta e interesse por esse evento histórico também me despertou a curiosidade em buscar entender como outros atores podem ter passado por esse processo. Infelizmente, minha trajetória de pesquisa no mestrado, ao contrário da graduação, foi muito tortuosa (conforme pôde ser lido em meus agradecimentos ao início deste trabalho), o que eu creio que deva ser levado em consideração. Porém, felizmente tive a sorte de ter o Prof. Jocelito Zalla como orientador, que foi o responsável por me ajudar a fazer diversos reparos no meu “barquinho” que estava prestes a afundar.

Concluída essa breve retrospectiva que elucida as escolhas que fiz, optei por estruturar esta dissertação da seguinte maneira: no primeiro capítulo, descreverei o surgimento do movimento gay na Alemanha, no século XIX, e como se deu a perseguição aos homossexuais pelos nazistas, perpassando os três testemunhos de homossexuais deportados; nos capítulos de número dois e três, respectivamente, trago as trajetórias das minhas fontes e o despontar da memória traumática na reestruturação do movimento gay organizado no Brasil e no Canadá; no quarto e último capítulo, debato sobre a apropriação do Holocausto e os usos do triângulo rosa em diferentes contextos de luta, passando pelo contexto estadunidense e a pandemia de AIDS na década de 1980, até a perseguição aos homossexuais na Chechênia, além de algumas utilizações comerciais que esse símbolo teve. Creio que essa organização de capítulos, pensada de maneira linear e cronológica — desde as bases de um movimento que florescia na Alemanha, sua tentativa de aniquilação por um regime totalitário e o posterior resgate e apropriação dessa memória por uma nova geração de homossexuais em outros países —, dará conta de cumprir os propósitos previamente estabelecidos, além de ser compreensível para diferentes públicos, até mesmo por aqueles que não possuam afinidade com essa temática.

Mais alguns esclarecimentos ainda se fazem importantes: o porquê da escolha de países tão diferentes como Brasil e Canadá na delimitação espacial? Primeiramente, por uma opção pessoal minha, que desejava observar o processo de apropriação memorial em países fora da Europa, que não tivessem enfrentado diretamente o trauma da Segunda Guerra Mundial em seus territórios (embora ambos tenham feito parte da coalizão de países aliados durante o conflito, inclusive enviando tropas para combater no continente europeu). A escolha pelo Brasil, em específico, dá-se por uma razão básica: é um contexto do qual domino bem,

sendo cidadã do país. Além do mais, tive a oportunidade de pesquisar o jornal *Lampião da Esquina* durante dois anos de iniciação científica como bolsista do Prof. Fernando Nicolazzi. Já a seleção pelo Canadá se deu de maneira diferente, visto que, de início, eu pensava em trabalhar com os Estados Unidos da América, cuja conjuntura histórica conheço particularmente bem, além de também possuir bom domínio do idioma, em especial para a leitura. Porém, mesmo após extensa pesquisa, não consegui encontrar revistas ou jornais estadunidenses que tivessem publicado sobre os triângulos rosa e que estivessem disponíveis para consulta livre *on-line* e via *download*. Tal conteúdo existe¹⁵, no entanto, no momento de escrita e estruturação do projeto, eu não consegui encontrar nenhum material digitalizado desse gênero. Visto que as verbas para a pesquisa em ciências humanas no Brasil são muito escassas e eu não recebi bolsa durante a realização desse trabalho, uma viagem aos Estados Unidos para pesquisa nos arquivos *in loco* estava fora de cogitação.

Com o apoio do Prof. Benito Schmidt, entramos em contato com o professor e pesquisador estadunidense James Green¹⁶ em busca de indicações de materiais do gênero, preferencialmente em inglês, e que pudessem ser encontrados digitalizados na internet. Da lista de indicações enviada por ele, o único material de livre acesso que consegui acessar foi a revista canadense *The Body Politic*, que dedicou espaço para tratar do tema de interesse aqui em diversas oportunidades. Para ser mais precisa: em *Lampião da Esquina*, o assunto foi abordado em 4 ocasiões (de um total de 41 edições); em *The Body Politic*, em 19 vezes (de um total de 135 edições).¹⁷

Decidi utilizar o método comparativo para analisar essas duas publicações por dois motivos: 1) por já ter feito um movimento similar em minha monografia de conclusão de curso, onde comparei três testemunhos; 2) devido a certo ineditismo nesse tipo de abordagem em relação a duas fontes de contextos tão distintos. Aqui, pego emprestada a análise de Peter Burke: “observar o que fenômenos aparentemente diferentes têm em comum, entretanto, é,

¹⁵O historiador estadunidense Erik N. Jensen em seu artigo *The Pink Triangle and Political Consciousness: Gays, Lesbians and the Memory of Nazi Persecution* (2002) cita alguns periódicos dos Estados Unidos que publicaram sobre o tema, incluindo *The Advocate*, considerada a mais antiga revista gay estadunidense.

¹⁶James Green é um historiador estadunidense especialista em História do Brasil. É mais conhecido por seus estudos acerca do período da Ditadura Civil-Militar brasileira (ele até morou no Brasil na época) e do movimento gay brasileiro. É autor de diversas obras consideradas essenciais para entender a homocultura do país, como *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (1999), livro que até o momento recebeu três prêmios. Atualmente, é professor de História da América Latina na Brown University (EUA).

¹⁷Além do fato de ter tido um maior número de edições, portanto, mais oportunidades para abordar o tema, o assunto se fez mais presente na revista canadense porque a memória do Holocausto, apesar de seu caráter transnacional, é “muito mais pronunciada na Europa Ocidental e na América do Norte do que na América Latina [...] regiões e nações não-ocidentais têm seus próprios dramas traumáticos que definem a identidade” (ALEXANDER, 2004 apud ASSMANN, 2010, p. 107). No caso do Brasil, esse trauma é a escravidão, o que abriu margem para abordar o racismo e o movimento negro em *Lampião*.

sem a menor dúvida, uma virtude intelectual tão valiosa como observar o quanto fenômenos aparentemente similares diferem entre si” (BURKE,2002. p. 41).

Não é minha intenção fazer uma extensa revisão bibliográfica e conceitual acerca do campo da História Comparada, mas se faz pertinente uma rápida discussão da abordagem. Marc Bloch é considerado um dos principais teóricos do método, devido à publicação dos artigos *Por uma história comparada das sociedades europeias* (1928) e *Comparação* (1930). Porém, como bem afirma o historiador brasileiro José D’Assunção Barros no livro *História Comparada*: “essa modalidade historiográfica tem na verdade muitas origens, constituindo-se o texto de Marc Bloch apenas em um fundamento simbólico” (BARROS, 2014a, p. 10). Fato curioso é que mesmo sendo um respeitado historiador francês um dos pioneiros a defender o método, a intelectualidade francesa resistiu à comparação, que somente muito tardiamente começou a ser utilizada no país daquele que foi um de seus mais famosos defensores (HAUPT, 1998).

Atualmente, o método comparativo está mais consolidado no meio acadêmico, e muitos pesquisadores vêm teorizando sobre como atuar nesse campo, o que, todos concordam, não é tarefa fácil. Ter que compreender uma realidade sócio-histórica já exige grande estudo por parte de um intelectual, então ampliar tal conhecimento para mais de um contexto é considerado um grande desafio. Não foram poucos os autores que se dedicaram a discorrer teoricamente sobre a História Comparada. Alguns, possuindo visões mais conservadoras, como os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, que dizem: “Tudo o que foi dito até aqui pode ser resumido na regra seguinte: só é proveitoso comparar o realmente comparável” (CARDOSO, PÉREZ BRIGNOLI, 1983. p. 414). Já o historiador belga Marcel Detienne, em seu livro *Comparar o Incomparável* (2016), posicionou-se com uma visão mais progressista, segundo José D’Assunção Barros: “O próprio título atribuído por Detienne a esta obra na qual se busca fixar as diretrizes do grupo, em que possa parecer o contrário, é um convite aos historiadores para que enfrentem o desafio de compreenderem que tudo se pode colocar literalmente em comparação” (BARROS, 2014a, p. 174-175).

O próprio José D’Assunção Barros possui um posicionamento ainda mais heterodoxo nessa área, defendendo o uso do que chamou de “História Relacional”: uma nova modalidade que abarcaria todas as modalidades que surgiram da História Comparada e que hoje são ligadas a ela, como a História Interconectada, História Transnacional, Histórias Compartilhadas e Histórias Cruzadas. Segundo ele, “A História Comparada, no sentido mais amplo de ‘História Relacional’, representaria neste caso uma família de modalidades historiográficas que visam libertar o historiador dos limites impostos pela obsessão da

continuidade espacial e pelas ilusões de isolamento geopolítico, entre outras inúmeras travas que comprimem o habitual olhar historiográfico” (BARROS, 2014a, p. 111).

É importante frisar que muitos teóricos mais clássicos não concordam que tais práticas sejam similares e/ou complementares — os historiadores Bénédicte Zimmermann e Michael Werner, pesquisadores da chamada “História Cruzada”, explicam, em um artigo, a razão pela qual consideram essa abordagem diferenciada das demais citadas por Barros: “Mas a história cruzada ambiciona tratar objetos e problemáticas específicas que escapam às metodologias comparatistas e aos estudos de transferências” (ZIMMERMANN, WERNER, 2003, p. 90). Obviamente, o excerto anterior é apenas um pequeno e sucinto recorte de um raciocínio que os autores desenvolvem de maneira muito mais extensa em sua publicação. Porém, após ler todos os estudiosos anteriormente citados, creio que a perspectiva defendida por Barros é a mais pertinente a este trabalho:

De nossa parte, acreditamos que é mais rico agrupar as modalidades relacionais do que investir na fragmentação desta interessante família de campos historiográficos. Os “procedimentos relacionais” — comparatismo, interconexão, entrelaçamento, cruzamento, apreensão de dinâmicas transnacionais — podem perfeitamente encontrar abrigo nas linhas de pesquisa de laboratórios e associações de historiadores preocupados em não se deixar imobilizar pela rigidez dos recortes historiográficos tradicionais. Esses procedimentos relacionais, além do mais, podem se combinar, e não são necessariamente excludentes uns em relação aos outros [...]. Preferimos entrever como operações que não necessariamente se excluem os diversos gestos historiográficos surgidos a partir da emergência da família dos campos históricos que se baseiam nos “procedimentos relacionais”, para retomar uma expressão de Zimmermann. Neste sentido, “comparar”, “interconectar”, “cruzar”, “entrelaçar”, analisar “transferências” com a devida atenção às “reciprocidades” e “assimetrias” – estas e muitas outras operações devem fazer parte do métier dos historiadores nos tempos contemporâneos (BARROS, 2014a, p. 111, 156).

Portanto, darei preferência aqui à nomenclatura “História Comparada” (ou método comparativo/comparação), assim como fez José D’Assunção Barros, por ser o termo mais conhecido, mas também irei utilizar as demais terminologias citadas, visto que cada uma delas será de grande valia neste estudo. Para citar somente um exemplo:

Com a História Interconectada, pode-se dizer que o historiador escolhe deixar-se ser conduzido criativamente pelo seu tema, o qual — além de eventualmente ser capaz de levar à transcendência das tradicionais fronteiras nacionais ou regionais — pode deslocar-se através de diferentes grupos sociais, identidades étnicas, definições de gênero, minorias, classes ou categorias profissionais. Certos temas prestam-se mais particularmente a este livre fluir historiográfico – a este surfar do historiador através das ondas de um grande mar no qual parecem ter se dissolvido todos os recortes tradicionais (BARROS, 2014a, p. 104).

Com esse panorama, tendo sido apresentados os principais objetivos, métodos, justificativas e revisão bibliográfica desta pesquisa, formula-se o seguinte problema: **como o**

movimento gay organizado, em países diferentes como Canadá e Brasil, se apropriou do evento de memória traumática da perseguição nazista aos homossexuais no contexto dos anos 1960 em diante? É o que veremos nos próximos capítulos desta dissertação.

1 CAPÍTULO UM: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO GAY NA ALEMANHA E A PERSEGUIÇÃO AOS HOMOSSEXUAIS PELO NAZISMO

1.1 O “mito fundador” de Stonewall e o florescimento do movimento gay alemão no século XIX

Você nunca tem completamente seus direitos, individualmente, até que todos tenham direitos (JOHNSON apud BURGOS, 2020).¹⁸

Ao contrário do que se acreditou até muito recentemente, a Revolta de Stonewall (1969), ocorrida no dia 28 de junho (hoje essa data é considerada o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+) em um pequeno bar no bairro de Greenwich Village, em Nova York, não é o “marco fundador” do movimento gay organizado como o conhecemos hoje. Obviamente, tratou-se de um fato muito importante para a história e a constituição da luta contra a discriminação e o preconceito contra pessoas que viviam fora do espectro da heteronormatividade. Mas não foi a primeira mobilização em prol dos direitos dos homossexuais, como até hoje alguns portais da internet noticiam. Os pesquisadores do tema, James Green (2019) e Renan Quinalha (2019), pontuam que na América Latina do século XX já existiam experiências de organização de homossexuais ocorrendo bem antes do advento da revolta em Nova York. No século XIX, na própria Alemanha recém unificada¹⁹, já existiam as bases desse movimento, como veremos a seguir. Por que, então, por tanto tempo repetiu-se o “mito fundador” de Stonewall? Segundo Mateus Henrique Siqueira Gonçalves:

E essa confusão provém de inúmeras razões. A primeira, é resultado eficaz da supressão feita por regimes fascistas e ditatoriais europeus sobre o corpo, a mente, as práticas e o legado de pessoas homossexuais e das demais expressões de diversidade sexual e gênero. John Lauritsen e David Thorstad afirmam: “[...] a história da primeira onda de libertação gay foi quase totalmente suprimida e, graças aos esforços do estalinismo e do nazismo, muitos traços dela foram apagados”. A segunda tem a ver com Stonewall, que rapidamente mobilizou toda uma nova estrutura de ativismo sócio-político nas Américas e, posteriormente, influenciou outros grupos homossexuais além do Atlântico no mundo ocidental. Segundo Renan Quinalha, Stonewall se tornou o “mito fundador” do movimento LGBTQ+ global também pelo seu imperialismo cultural norte-americano, importando para outros lugares uma forma de reorganizar indivíduos em torno de uma causa única (GONÇALVES, 2022, p. 159).

Feitos os devidos esclarecimentos, é necessário voltar no tempo até a Alemanha do século XIX, unificada em 1871. O historiador estadunidense Robert M. Beachy, autor do livro

¹⁸Tradução livre da frase dita por Marsha P. Johnson: “You never completely have your rights, one person, until you all have your rights” (JOHNSON apud BURGOS, 2020).

¹⁹O país que hoje conhecemos como Alemanha foi unificado como Estado-Nação em 1871, quando o até então Reino da Prússia venceu a Guerra Franco-Prussiana, também conhecida como Guerra da Unificação Alemã.

Gay Berlin — Birthplace of a Modern Identity (2014), identifica que Magnus Hirschfeld, em 1897, já conduzia estudos científicos que visavam provar que a homossexualidade era um elemento biológico nos seres humanos — ou seja, não era algo passível de escolha própria — e com sucesso conseguia convencer outros médicos e cientistas de suas teorias (BEACHY, 2014). No mesmo ano, começou uma forte militância política em favor dos direitos dos homossexuais, com foco na revogação do Parágrafo 175, conseguindo angariar o apoio de centenas de figuras proeminentes das mais diversas áreas em um abaixo-assinado visando a revogação da lei, como Albert Einstein, Hermann Hesse, Thomas Mann, Rainer Maria Rilke e Martin Buber (SETTERINGTON, 2017, p. 21). No que diz respeito ao pioneirismo da militância de Hirschfeld na Europa, Beachy é acompanhado por outros historiadores do tema, como Ralf Dose e Régis Schlagdenhauffen.²⁰

Hirschfeld, um médico judeu e homossexual, era um assíduo frequentador de bares e clubes voltados ao público homoafetivo, que já eram populares na Alemanha do século XIX (BEACHY, 2014, p. 110-111). Ele utilizava esses locais para observar na prática suas teorias acerca do desejo homossexual nos seres humanos, o que o fez percorrer diversos lugares do mundo, inclusive o Brasil (MAGNUS HIRSCHFELD, 2023). Na Alemanha, os locais frequentados por pessoas que procuravam relacionar-se homoafetivamente alcançaram o seu auge durante a República de Weimar (1919-1933), regime de governo democrático semipresidencialista estabelecido após o fim da Primeira Guerra Mundial e que perdurou até a ascensão do nazismo ao poder. Nessa época, Berlim foi considerada a “capital gay” de toda Europa, e os espaços de convivência e sociabilidade para o público homossexual fervilhavam. Dentre eles, o mais conhecido era a Boate Eldorado, frequentada por homens e mulheres. Já o Clube Violetta, também muito conhecido, era um local reservado apenas às mulheres. E apesar da intensa recessão econômica e de um período de crise, a Alemanha floresceu artisticamente, com Thomas Mann, autor de *Morte em Veneza* (1912)²¹ e ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, e a artista Marlene Dietrich, que alcançou o estrelato vestindo cartola e terninhos finamente cortados, vestimentas que rompiam com os padrões estabelecidos para as mulheres da época. Pessoas de toda a Europa iam para Berlim vivenciar esse clima de

²⁰“Alguns acadêmicos, como Ralf Dose e Régis Schlagdenhauffen, trabalham com a ideia de que o movimento homossexual pela luta de direitos e visibilidade, normalização de corpos, mentes e práticas de pessoas homossexuais, ou seja, o início do movimento pelos direitos humanos à comunidade homossexual tenha se originado em 1897, ainda no século XIX, com a fundação do Comitê Científico-Humanitário, orientado por Hirschfeld e outros ativistas. A pesquisa sobre a sexualidade humana e a defesa dos direitos dos homossexuais era o trabalho da vida desse cientista” (GONÇALVES, 2022, p. 35).

²¹O livro, que foi extremamente polêmico para a época, narra a história de um homem de meia-idade que viaja até Veneza, apaixona-se platonicamente por um jovem rapaz polaco extremamente atraente e morre sem sequer ter trocado uma palavra com ele.

liberdade e abertura. O escritor gay britânico Christopher Isherwood (1904-1986), por exemplo, mudou-se para Berlim nos anos 1920 para vivenciar tal cotidiano. O período que ali viveu inspirou o romance autobiográfico *Christopher and His Kind*²²(1976), um de seus maiores sucessos, que acabou sendo adaptado para um filme na TV produzido pela BBC em 2011 (CHRISTOPHER..., s.d.).

Imagem 1 – Boate Eldorado antes e depois da ascensão do nazismo, em Berlim



Fonte: (LÜZ, s.d.)

Mas não era somente no meio científico que Hirschfeld tinha sucesso. O médico alemão também teve grande pioneirismo no cinema ao ser roteirista e ator daquele que é considerado o primeiro filme gay da História: *Anders als die Andern* (em português, *Diferente dos Outros*), de 1918 (SETTERINGTON, 2017, p. 17). O filme, que é mudo, retrata a história de um violinista de sucesso que se apaixona por um de seus alunos. Durante um romântico passeio a dois em um parque, um vigarista — que já conhecia o músico previamente, pois tinha se aproveitado da homossexualidade do homem para extorqui-lo — observa os dois e faz novas ameaças de denunciá-lo criminalmente pelo Parágrafo 175, caso não recebesse altas quantidades de dinheiro. O artista se vê obrigado a se separar de seu grande amor e, em *flashbacks*, relembra momentos anteriores de sua vida em que foi se percebendo enquanto homossexual — inclusive, com tentativas de reversão sexual. É neste momento que o próprio Magnus Hirschfeld aparece na película, ajudando o violinista a entender a si próprio e tranquilizando-o de que não havia nada de errado consigo. Posteriormente, o músico

²²Outra obra muito conhecida do autor também é relacionada à Alemanha, mas, com tom mais dramático: *Goodbye to Berlin*, publicada pela primeira vez em 1939, retrata o cotidiano nos últimos dias da República de Weimar e o início da ascensão do nazismo, quando o britânico deixa a Alemanha e migra para os Estados Unidos.

frequenta palestras de Hirschfeld— que é citado apenas como “Doutor” — que explicam as teorias do médico. Infelizmente, o desfecho da história não é positivo: o golpista que o extorquia o denuncia à justiça sob acusações do Parágrafo 175. Condenado à prisão, o mesmo tem seus contratos profissionais rompidos e é execrado por familiares. Não aguentando a pressão e a humilhação pública, o personagem comete suicídio.

Imagem 2 – Charge política retratando o ativismo de Magnus Hirschfeld



Datada de 1907, a charge retrata Magnus sob um banner que diz “Fora Parágrafo 175!” Fonte: (BAUER, 2017).

Apesar do sucesso do filme, devemos lembrar que o Parágrafo 175 estava em vigor, portanto, nem tudo eram flores. A obra, que realiza grande militância contra a legislação discriminatória aos homossexuais na Alemanha, causou um escândalo no país. Conforme descrito por Mateus Henrique Siqueira Gonçalves, apesar do ambiente mais liberal vivido na República de Weimar, nem toda a sociedade alemã à época era progressista a tal ponto:

De um lado, grupos ativistas pró causa homossexual cresciam, se aglutinavam, se organizavam social e politicamente através de entidades como o Comitê Científico-Humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*) e a Liga Mundial para a Reforma Sexual (*Weltliga für sexual reform*). Esses grupos também tinham jornais, folhetins e editoras. Não só uma vida noturna estava florescendo, mas uma discussão mais profunda a nível intelectual e político se formalizava pelo ativismo homossexual. Em contrapartida, do outro lado dessa corrente, figuras, entidades e veículos de imprensa conservadores, alguns aliados a partidos políticos ultranacionalistas de cunho cristão, como o Partido do Centro Alemão (*Deutsche Zentrumspartei*) e o Partido Popular Nacional Alemão (*Deutschnationale Volkspartei*), fora o recém-criado Partido Nazista (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – NSDAP*), lutavam pela marginalização da comunidade homossexual alemã (GONÇALVES, 2022, p. 33).

O desfecho final na vida real, assim como na ficção, também não foi positivo: a película acabou sendo censurada e banida da Alemanha em agosto de 1920, após diversos tumultos e protestos terem sido registrados durante as exibições do filme. Os profissionais envolvidos na produção e atuação da obra, como Richard Oswald (diretor), Kurt Sivers (ator) e até o próprio Magnus Hirschfeld foram perseguidos e hostilizados por radicais extremistas. Existe apenas uma única cópia preservada do filme que nos possibilita assisti-lo nos dias atuais, infelizmente com alguns cortes.²³ Tal panorama conflui com outras visões historiográficas sobre o período, como a do historiador alemão Stefan Micheler: “Os anos 1920 não foram dourados, liberais ou tolerantes como se têm assumido” (WHISNANT, 2016, p. 166).²⁴ Mas foi justamente nessa época em que uma das iniciativas mais famosas e bem sucedidas do médico alemão foi fundada, o “Instituto para o Estudo da Sexualidade”:

Com ajuda financeira do governo e da fundação para pesquisa sexual científica, Hirschfeld comprou uma mansão palaciana nos limites do Tiergarten de Berlim. Trabalhando com um colega, o psiquiatra Arthur Kronfeld, Hirschfeld estabeleceu uma instalação de ponta para ciência sexual e assistência médica que em julho [de 1920] tornou-se totalmente operacional (WHISNANT, 2016, p. 173).

O historiador Clayton J. Whisnant salienta, com base em relatos de pessoas que conheceram o instituto, que o mesmo em nada se assemelhava a um local que tradicionalmente oferecesse serviços de saúde. Quem lá adentrava esperando a tradicional sobriedade que lugares do tipo exigem, com salas brancas cheirando a desinfetante e placas indicando “não entre”, decepçionava-se: “Seus móveis eram clássicos, com colunas e guirlandas” (WHISNANT, 2016, p. 173), disse o já mencionado Christopher Isherwood, que foi uma das pessoas que conheceram o local. O instituto, que era finamente decorado, além de ter uma estrutura de ponta para consultas, exames e cirurgias, também era um espaço de pesquisa e cultura, com o maior acervo da Europa no tema, contando também com a oferta de palestras e cursos na área, atraindo cientistas e estudiosos do mundo todo. O acervo contava com mais de 20 mil livros e 30 mil fotografias, além de um museu com exibição permanente sobre história da sexualidade (WHISNANT, 2016, p. 174).

Ao longo de seus 17 anos de existência (1919-1933), 1.800 consultas médicas foram realizadas no instituto. As pessoas poderiam encontrar auxílio médico e científico nas mais diversas áreas, como psicoterapia, tratamento para infecções sexualmente transmissíveis e também para infertilidade feminina, visto que inseminações artificiais foram realizadas no

²³No momento de escrita dessa dissertação, encontra-se disponível *on-line*. Para saber mais, ver: (DIFERENTE..., 2020).

²⁴Essa e todas as traduções subsequentes nesta pesquisa são de minha responsabilidade.

local (WHISNANT, 2016, p. 174). Inclusive, a primeira cirurgia de redesignação sexual de que se tem notícia no mundo também começou no instituto.²⁵ O médico Arthur Kronfeld realizou uma primeira cirurgia em Dora Richter em 1922, onde removeu apenas os testículos. Em 1931, a paciente se submeteu a uma penectomia realizada pelo médico Ludwig Levy-Lenz; em seguida, a uma vaginoplastia, com o também médico Erwin Gohrbrandt.²⁶

Em 1933, logo nos primeiros meses após a chegada ao poder, no dia 06 de maio, tropas nazistas invadiram o Instituto para Estudo da Sexualidade, em Berlim, destruindo todo o local e levando consigo todo o acervo que puderam carregar. No dia 10 de maio, documentos e livros extremamente valiosos pertencentes ao instituto foram queimados na grande fogueira pública da *Opernplatz*, junto a milhares de outros livros considerados “não germânicos” (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, s.d.).

Magnus Hirschfeld só não foi preso porque estava nos Estados Unidos, ministrando uma série de palestras. Ele se autoexilou na França e lá faleceu em 1935, sem nunca ter conseguido reconstruir seu trabalho, que foi todo perdido com a destruição levada a cabo pelo regime nazista. Todos os bares e locais de socialização para homossexuais foram fechados na Alemanha. Uma crescente e bem estabelecida imprensa homossexual (Whisnant fez um levantamento de 14 publicações voltadas ao público gay durante a República de Weimar, sendo três delas exclusivas para mulheres) foi censurada e banida de circulação.²⁷

²⁵Há poucos anos atrás, com o sucesso da adaptação cinematográfica *A Garota Dinamarquesa* (2015), Lili Elbe popularizou-se por ter sido, supostamente, “a primeira pessoa do mundo a ter passado por uma cirurgia de redesignação sexual”, o que hoje podemos comprovar que não procede. Foi Dora Richter a primeira pessoa a ser submetida ao procedimento de que se tem notícia, tendo primeiramente realizado a remoção dos testículos (orquiectomia) em 1922, e posteriormente uma penectomia (remoção do pênis) seguida de uma vaginoplastia, em 1931. Lili Elbe, que também fez seus procedimentos na Alemanha, foi operada semanas depois de Dora Richter, também em 1931. Porém, diferentemente de Richter, Elbe desejava, além da vagina, em ter um aparelho reprodutor feminino, pois queria ter filhos com o novo companheiro. Ela faleceu três meses depois após o sistema imunológico ter rejeitado o útero transplantado; um novo procedimento cirúrgico acarretou em uma infecção generalizada levando à sua morte por ataque cardíaco (DORA RICHTER, 2023; LILI ELBE, 2023).

²⁶Em 1930, o médico Erwin Gohrbrandt também foi o responsável pela cirurgia de orquiectomia (remoção dos testículos) em Lili Elbe, realizada no Instituto para Estudo da Sexualidade, sob supervisão de Magnus Hirschfeld. Com a ascensão do nazismo, em 1933, esse mesmo médico “foi assistente de pesquisa para questões cirúrgicas no Escritório Social do Líder da Juventude do Reich. A partir de agosto de 1939, Gohrbandt foi cirurgião consultor do exército e inspetor de serviços médicos da *Luftwaffe*. Ele participou do desenvolvimento de experimentos humanos conduzidos em prisioneiros do campo de concentração de Dachau, investigando os problemas de mortalidade por hipotermia” (ERWIN GOHRBANDT, 2023, n.p.) Tais “problemas” consistiam em manter os prisioneiros imersos em água em temperaturas negativas e observar os efeitos no corpo humano (DORA RICHTER, 2023; LILI ELBE, 2023).

²⁷Durante a República de Weimar, apesar dessas publicações sofrerem com a censura sob o Parágrafo 184 (lei de obscenidade), todas conseguiam retornar à ativa fazendo pouquíssimos ajustes para não serem vítimas dos censores novamente. Sobre sua importância, Whisnant escreveu: “Juntas, revistas como *Friendship*, *The Friendship Paper* e *The Bachelor Girl* serviram como mídia importante para conectar gradualmente os homossexuais de todo o país em uma rede comum de leitores [...]. Desta forma, a crescente quantidade de material impresso funcionou como uma rede de comunicação crucial, ligando indivíduos dispersos em novas formações sociais e produzindo uma 'geografia imaginada' do mundo gay da Alemanha que cada vez mais

Imagem 3 – Nazistas invadem o Instituto para Estudo da Sexualidade, em 1933



Fonte: (INSTITUT FÜR SEXUALWISSENSCHAFT, 2023).

Quem possuía a chance de fugir da Alemanha, não demorou em fazê-lo. Christopher Isherwood e Marlene Dietrich, citados anteriormente, fixaram residência nos Estados Unidos. Isso porque, como será visto a seguir, até mesmo quem pensava estar seguro foi morto pela repressão nazista.

1.2 O assassinato de Ernst Röhm e a institucionalização da perseguição nazista aos homossexuais

Não por acaso se conta que Hitler, em um discurso a seus chefes militares em 22 de agosto de 1939, às vésperas da invasão da Polônia, teria dito “Quem se lembra hoje do extermínio dos armênios [durante a Primeira Guerra Mundial]?” Sua intenção era clara: apenas o lado heroico da guerra seria lembrado; a impunidade estaria garantida [...]. A memória da barbárie tem, portanto, também este momento iluminista: preservar contra o negacionismo, como que em uma admoestação, as imagens de sangue do passado (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.10-11).

Os homossexuais começaram a ser perseguidos em 1933, poucos meses após a ascensão do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães ao poder. Algo nada surpreendente, tratando-se de um regime totalitário de extrema-direita. No entanto, um fator destoava: podia-se dizer que a posição dos nazistas era contraditória, visto que um de seus

promoveu Berlim como sua metrópole [...]. Eles ajudaram a aumentar a consciência política e social dos homossexuais, o que os editores esperavam que fosse uma importante contribuição para a revogação do Parágrafo 175” (WHISNANT, 2016, p. 119-120).

mandatários-chefes era homossexual. Ernst Röhm, comandante das chamadas tropas de assalto (*Sturmabteilung*, ou na abreviação SA), estava no partido desde sua fundação, em 1919. Adolf Hitler sabia da orientação sexual de seu comandado, que era assumido. A respeito disso, declarou: “A vida pessoal dele não pode ser objeto de escrutínio, a menos que conflite com os princípios básicos da ideologia do nacional-socialismo” (PLANT, 1986, p. 61). Whisnant acrescenta:

Então, em 1932, ele mais uma vez defendeu Röhm em termos inequívocos. Dentro do partido, ele rejeitou sugestões de que Röhm fosse demitido rapidamente antes da eleição. Em público, ele denunciou a 'caça às bruxas' contra Röhm como um monte de mentiras socialistas (WHISNANT, 2016, p. 207-208).

Tal fato fez com que muitos homossexuais se sentissem seguros, visto que havia “um dos seus” no mais alto escalão nazista, o que levou à falsa sensação de que não seriam majoritariamente afetados, o que era uma ingenuidade, visto que desde 1928 os nazistas já haviam deixado claro sua percepção negativa acerca da homossexualidade:

[...] É preciso que o povo alemão viva. E ele só pode viver se puder lutar. Viver significa lutar. E ele só pode lutar se mantiver sua masculinidade. Ele só pode manter sua masculinidade se exercitar a disciplina, em especial em relação ao amor. Amor livre e desvio são indisciplinados. Portanto, nós o rejeitamos, assim como rejeitamos qualquer coisa que fira nossa nação. Qualquer um que pense em amor homossexual é nosso inimigo. Rejeitamos qualquer coisa que enfraqueça nosso povo e o transforme em brinquedo para nossos inimigos, pois sabemos que a vida é uma luta e que é loucura pensar que homens um dia se abraçaram fraternalmente [...]. Rejeitamos qualquer forma de lascívia, especialmente a homossexualidade, porque ela nos rouba nossa última chance de libertar nosso povo do cativeiro que agora o escraviza (PLANT, 1986, p. 50).²⁸

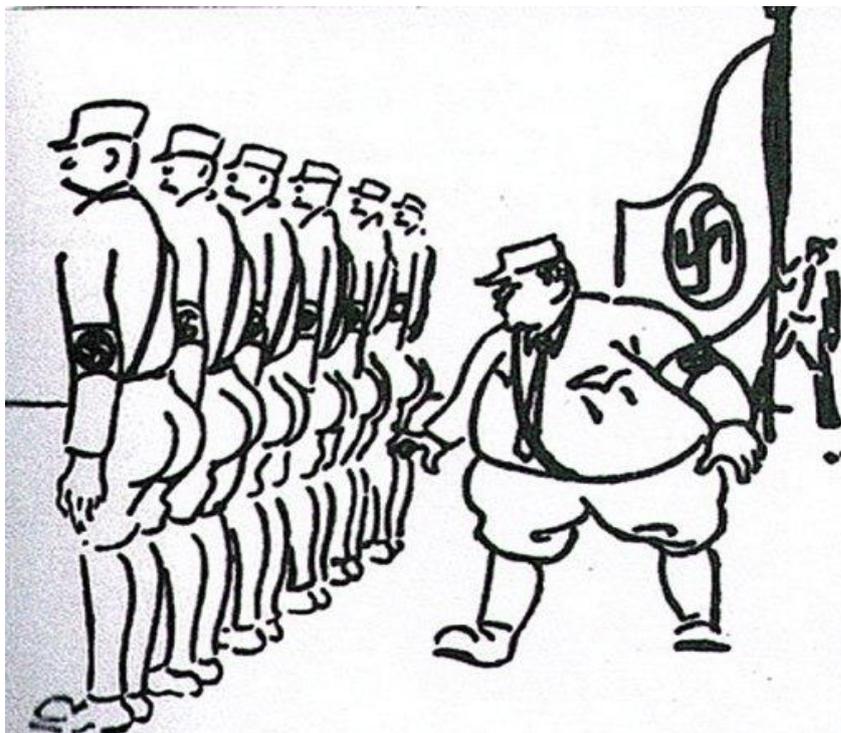
Porém, os altos generais de Hitler pareciam não concordar com a postura aparentemente leniente de seu *Führer*, como Walther von Brauchitsch, comandante-em-chefe da Wehrmacht (1938-1941): “Rearmamento é algo sério e militarmente importante demais para ser deixado nas mãos de bandidos e homossexuais, como o capitão Röhm” (PLANT, 1986, p. 63). Heinrich Himmler, comandante-em-chefe da SS²⁹, também nutria imenso

²⁸É importante frisar que, para os nazistas, a homossexualidade não era um problema somente por questões morais, mas também por motivos biológicos, visto a obsessão que o Terceiro Reich possuía com a geração em massa de crianças “arianas”. Ou seja, um homossexual não somente contaminava uma sociedade com seu “desvio”, como também privava o Estado de receber novas crianças que ajudariam na perpetuação dos ideais nazistas.

²⁹Sigla de *Schutzstaffel*, em português “tropas de proteção” do Partido Nazista. Inicialmente criadas para serem a guarda pessoal de Hitler, estas substituíram a SA e formaram uma tropa de homens racialmente selecionados e disciplinados, que viriam a ser os guardas dos campos de concentração e dos guetos judaicos, por exemplo. Órgãos como a Gestapo (Polícia Secreta) e o *Einsatzgruppen* (esquadrões da morte de minorias étnicas nos países ocupados pela Alemanha Nazista) também faziam parte da SS.

desprezo pelo comandante da SA, como também para com a homossexualidade.³⁰ Formaram-se ares de conspiração.

Imagem 1 – Charge antinazista satiriza a sexualidade de Röhm



Esta charge, intitulada *Röhm inspeciona o desfile da SA*, foi originalmente publicada no jornal satírico do Partido Comunista Alemão, chamado *Pimenta Vermelha* (data desconhecida). A homossexualidade não era bem quista tanto nos setores de esquerda quanto nos de direita. Fonte: (CAMICACE, 2017).

Em 1934, ocorreu a “Noite das Facas Longas”. Considerado o primeiro grande expurgo do Partido Nazista, Ernst Röhm foi assassinado, e a SA, extinta, dado o temor do partido com o crescente poder que a organização paramilitar vinha adquirindo. A sexualidade de Röhm também foi um fator determinante para o ocorrido, visto a imensa chacota que isso causava dentro e fora do Partido Nazista. Em 1935, com o advento das Leis de Nuremberg — um código jurídico imposto pela Alemanha Nazista, composto pela “Lei de Cidadania do Reich” e pela “Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã” —, o Parágrafo 175 foi endurecido com a cláusula “Parágrafo 175a”, que previa que todo e qualquer “sodomita”

³⁰São muito conhecidas as citações de Heinrich Himmler a respeito das “ameaças” da homossexualidade. Destaca-se um excerto no qual ele considera vital o extermínio dos homossexuais para a continuidade da nação alemã: “É essencial perceber que se nós permitirmos que essa infecção continue na Alemanha sem podermos combatê-la, será o fim do nosso país, do mundo germânico. Infelizmente, esta não é a simples questão que era para nossos antepassados. Para eles, os poucos casos isolados eram simplesmente anormalidades; eles os afogaram nos pântanos. Aqueles que achavam corpos no lodo não sabiam que em 90% dos casos se achavam cara a cara com um homossexual que havia sido afogado com todos os seus pertences. Isso não era nenhum castigo, mas a simples eliminação dessa anormalidade particular. É vital nós nos libertarmos deles; como erva daninha, temos que os arrancar, temos que os lançar ao fogo e queimá-los. Isso não parte de um espírito de vingança, mas da necessidade; essas criaturas devem ser exterminadas” (FORDHAM UNIVERSITY, 2023, n.p.).

poderia ser condenado a até 10 anos de trabalhos forçados. Outras restrições também foram criadas, como a proibição da prostituição masculina, por exemplo.³¹

Nessa nova versão, além de ser possível processar alguém por atos ocorridos anos antes, muito menos provas eram exigidas para se chegar a uma condenação: até mesmo um abraço mais afetuoso poderia ser considerado homossexualidade: “As manifestações mais comuns da homossexualidade, nomeadamente 'abraçar, beijar, tocar e, sobretudo, masturbação mútua [...]. Em suma, a nova versão do parágrafo 175 exigia muito menos provas para condenar um homem por esse crime” (WHISNANT, 2016, p. 215, 237). Um homem, por exemplo, foi processado por ter visto um casal tendo relações sexuais em um parque e, supostamente, ter observado apenas o homem. Assim que entrou em vigor, o número anual de condenações por acusações de homossexualidade saltou para cerca de dez vezes o número no período pré-nazista. A lei era tão vagamente formulada que poderia ser aplicada até mesmo como pretexto contra heterossexuais que os nazistas quisessem eliminar, como de fato ocorreu.

O exemplo mais notório de um indivíduo condenado por acusações forjadas foi o general Werner von Fritsch, chefe do Estado-Maior do Exército Alemão; mas a lei também foi usada repetidamente contra membros do clero católico. Diversas pessoas, mesmo sem serem homossexuais, foram deportadas sob acusação de violação do Parágrafo 175 apenas por serem opositoras ao regime nazista (TBP, 1974, p. 20).³² A partir desse endurecimento, o aparato de Estado organizou-se rapidamente para que a perseguição começasse de maneira institucional:

No mesmo ano, Reinhard Heydrich emitiu uma ordem transferindo todos os casos homossexuais para a Gestapo. Já em outubro de 1934, um telegrama foi enviado pela Gestapo aos departamentos de polícia de todas as grandes cidades, ordenando-lhes que criassem uma lista de todos os homens que eram conhecidos como homossexuais ativos. Essas listas foram coletadas pela Comissão Especial para a Homossexualidade em Berlim, que depois de 10 de outubro de 1936 evoluiu para a

³¹A legislação instituída pelo nazismo em 1935 ficou conhecida como “Leis de Nuremberg”, e tinha como missão “proteger o sangue e a honra alemã”. Foi este conjunto de leis que embasou juridicamente a perseguição aos judeus e a outros grupos na Alemanha e nos países ocupados, mediante a justificativa de estar protegendo os alemães “de sangue” dos costumes “impuros”. Nesta ocasião, o Parágrafo 175 tornou-se ainda mais repressivo, quando sequer precisava haver contato sexual entre dois homens para ocorrer uma condenação. No segundo julgamento de Rudolf Brazda, os juízes justificam sua pena mediante a nova lei: “não somente a luxúria entre dois homens representa um delito extremamente repugnante e abominável, como também as práticas sexuais lascivas entre pessoas do mesmo sexo e, sobretudo, entre homens, mostram-se muito perigosas no quadro político e social” (SCHWAB, BRAZDA, 2011, p. 99).

³²Conforme consta na Lista de Abreviaturas e Siglas, ao longo da pesquisa será utilizada a sigla LAMPIÃO para referenciar as fontes da revista *Lampião (fase experimental)*; LDE para as edições da revista *Lampião da Esquina*; e TBP para as edições da revista *The Body Politic*. A escolha se dá para adaptação da menção às fontes ao sistema autor-data, e para a facilitação da leitura da dissertação sem que haja prejuízo à identificação dos documentos dos quais as informações se originam.

'Central do Reich para a Luta contra a Homossexualidade e o Aborto' e trabalhou em estreita colaboração com o 'Escritório Especial II S' da Gestapo (TBP, 1974, p. 20).

Mesmo com tal determinação, nem todos os homossexuais que foram perseguidos caíram nas mãos da Gestapo. Dentre os três testemunhos com os quais tive oportunidade de trabalhar em minha monografia de conclusão de curso (SILVA, 2018), um deles foi preso pela polícia comum, sem ter passado pela Gestapo — e é bem evidente a diferença de tratamento entre estes órgãos. Vejamos, a seguir, o caso de Josef Kohout, um austríaco que tinha apenas 23 anos quando começou seu infortúnio.

Ele conheceu seu primeiro amor na universidade, em 1938: um moço chamado Fred, a quem ele descreve como o grande amor de sua vida. Esse moço, de corpo atlético e esbelto, que desejava ser médico, era filho de um oficial nazista de alta patente, que muito provavelmente acabou descobrindo as cartas de amor que Josef trocava com Fred, além de uma foto em que ambos posavam abraçados um ao outro. Esse material acabou chegando às mãos da Gestapo, que prendeu Josef na carceragem de Liesl, na RossauerländeStrasse, em Viena. Lá, de acordo com seu relato, sofreu tentativas de abuso sexual de outros prisioneiros “comuns” (detidos por delitos como roubos, assassinatos, etc.), que tentaram estuprá-lo seguidamente, visto que foi colocado em uma cela compartilhada.

No dia do julgamento, Josef acabou sendo condenado a seis meses de prisão por infração do Parágrafo 175. Por ser filho de um alto oficial nazista, Fred não sofreu nenhuma condenação, tendo sido classificado no julgamento como “mentalmente perturbado”, ou seja, sem controle de suas ações: “nunca soube se a Gestapo também interrogou Fred, nem o vi no tribunal. Em juízo, sempre se referiam a ele como ‘segundo acusado’, sem mencionar seu nome. Desapareceu de minha vida, e nunca mais voltei a vê-lo” (HEGER, 2016, p. 27). Apesar da condenação, acabou cumprindo sua pena em outra carceragem, na prisão do Distrito I de Viena. Lá, segundo ele, o tratamento era mais humano: foi-lhe designada uma cela individual e o trato com os presos não era cruel. Porém, sua sorte durou pouco: ao fim de sua pena, a Central de Segurança do Reich exigiu que permanecesse sob custódia, transferiu-o de volta para a prisão de Liesl, onde aguardou um transporte coletivo para um campo de concentração. Josef Kohout tinha somente 24 anos quando chegou a Sachsenhausen, em 1940.

Já Pierre Seel, um francês alsaciano que, assim como Josef, também vinha de uma família de rígida e de estrita moral católica, em 1939, foi até a delegacia de polícia da cidade em que vivia reportar um furto que havia sofrido em uma praça — que era um conhecido ponto de socialização homossexual. Lá, foi confrontado e humilhado pelo policial que, sem que Pierre soubesse, incluiu-o ilegalmente em uma “ficha de homossexuais” de Mulhouse.

Em 1940, com a invasão da França pela Alemanha, a Gestapo se apoderou de todas as listas e fichas policiais do país, inclusive as que registravam os homossexuais. É importante reforçar que estas “fichas de homossexuais” não deveriam existir, visto que, ao contrário da Alemanha, na França a homossexualidade não era crime — o que passou a ser em 1940, com as leis de Vichy. Ciente do “crime” cometido por Pierre, mesmo tendo sido anterior à ocupação alemã, a Gestapo o convocou a comparecer ao quartel-general da cidade, em 02 de maio de 1941. Após ser torturado por dias consecutivos, quando o estupraram com um pedaço de madeira que chegou a perfurar seu intestino — os sangramentos decorrentes da tortura seguiram por quase toda sua vida — foi deportado para o campo de concentração de Schirmeck-Vörsbuck, a 30 quilômetros de Estrasburgo, muito próximo da fronteira com a Alemanha.

A trajetória de Rudolf Brazda, o terceiro testemunho em que me aprofundei, difere dos anteriores por diversos motivos. Primeiramente, porque Rudolf foi condenado duas vezes pelo Parágrafo 175 — na primeira vez, foi condenado e expulso do território do Reich, tendo de emigrar para uma região germanófono da Tchecoslováquia, nação de onde seus pais eram originários.³³ Quando a ocupação alemã no país começa, ele é preso novamente pela polícia e novamente condenado — mas dessa vez, é deportado para um campo de concentração. Outro ponto de diferenciação com relação às trajetórias anteriores, diz respeito à forma como a polícia chega até Rudolf, que foi descrita por Clayton J. Whisnant:

A polícia nazista era especialista em transformar uma prisão em muitas. Mesmo antes de um homem ser preso, ele costumava ser amplamente observado por um tempo para localizar amigos ou conhecidos que pudessem revelar [outros] homossexuais. Após a prisão, um homem podia contar com uma revista minuciosa em sua casa e em seus pertences pessoais - não apenas em busca de revistas gays, pornografia e outras evidências que pudessem ser usadas em um julgamento, mas também em listas de endereços, correspondência pessoal, fotografias, retratos, e qualquer outro material que possa ser usado para identificar outros suspeitos (WHISNANT, 2016, p. 218).

Foi exatamente este “efeito dominó” que levou à primeira prisão de Rudolf e de seu companheiro, à época, Werner: as pessoas presas são pressionadas e torturadas a denunciarem outras, e assim sucessivamente. Toda e qualquer prova encontrada com essas pessoas e/ou em

³³Acerca da origem de Rudolf Brazda, é importante pontuar, visto que isso pode causar confusão à primeira vista: ele nasceu em Meuselwitz, na Alemanha, filho de pais tchecos, oriundos da Boêmia. Seus pais se esforçaram para se integrarem ao novo país. Portanto, Rudolf e seus irmãos cresceram sem saber uma palavra sequer em tcheco. Mesmo tendo nascido em território alemão e só falando alemão a vida toda, Brazda é considerado estrangeiro pelas autoridades alemãs, devido à origem dos pais. É por esse motivo que, na ocasião de sua primeira condenação pelo Parágrafo 175, ele é julgado e condenado como um estrangeiro que infringe as leis do Reich. Expulso da Alemanha, ele migra para a região germanófono da Tchecoslováquia (conhecida à época como Sudetos), mais especificamente para Karlsbad (hoje KarlovyVary).

suas casas — como cartas, por exemplo — era imediatamente confiscada e analisada, pois poderia apontar para outros suspeitos. Visto que ambos possuíam uma movimentada vida social e seu círculo pessoal era muito extenso, não foi difícil chegar até eles. Em uma manhã de abril de 1937, Rudolf foi acordado pela polícia, que vasculhou todo seu apartamento e o levou até a delegacia para prestar depoimento. Lá, disseram que chegaram até o seu nome numa investigação acerca de dois amigos dele. Perguntaram tudo o que sabia sobre estes dois rapazes, além do relacionamento dele com Werner, que, por ser cidadão alemão, estava cumprindo serviço militar obrigatório. Visando proteger seu companheiro, Rudolf desconversou, dizendo que apenas morava com Werner, mantendo contato esparso e trivial com o mesmo.

A história de Rudolf vai se desmanchando como um castelo de cartas: os policiais já sabiam tudo acerca de sua vida e de seus relacionamentos, mas de início não mencionaram nada, fazendo perguntas como se fingissem não saber. Após afirmar que não era íntimo das duas pessoas investigadas e nem de Werner, os policiais mostraram uma fotografia em que todos os citados apareciam juntos, de maneira íntima, abraçados e felizes. Era uma prova concreta de que Rudolf havia mentido para a polícia e, assim, justificava-se mantê-lo em detenção provisória até o fim das investigações. Os policiais chegaram também até duas moças lésbicas que frequentavam o apartamento de Rudolf e Werner, e uma delas confessou que ambos eram homossexuais, dividiam o mesmo quarto — contrariando Rudolf, que havia mentido que dormiam em quartos separados — e beijavam-se na boca na frente de todos. Os policiais já não tinham mais nenhum impedimento para processar e julgar Rudolf, assim como Werner, sob o Parágrafo 175.

Rudolf foi processado e condenado a seis meses de prisão, além do pagamento dos custos com o processo — do qual foi dispensado após comprovar-se que possuía baixa renda. Por ser um estrangeiro que infringia as leis alemãs, foi expulso do Reich, não restando alternativa a não ser emigrar para Tchecoslováquia. Quanto a Werner, o processo sem dúvida significou uma ruptura. Nunca mais teve contato com seu companheiro, que muito provavelmente deve ter sofrido alguma punição militar.

No fim do mesmo ano, a província tcheca onde morava Rudolf — conhecida como Sudetos pelos alemães — foi incorporada pela Alemanha Nazista, segundo o argumento do *Lebensraum*³⁴, fazendo então parte do Terceiro Reich e adotando sua legislação, o que incluía,

³⁴ “Espaço vital”, em tradução do alemão. Hitler tinha como pretexto reunir sob a égide do Terceiro Reich todos os povos de etnia e língua germânicas, populações conhecidas como *Volksdeutsche*. Sendo a região dos Sudetos majoritariamente composta por pessoas de origem e fala alemã, países como Inglaterra e França

obviamente, o Parágrafo 175. Não tardou muito para que a *Kripo*— polícia criminal tcheca, que com a ocupação do país submeteu-se à Gestapo de Karlsbad — montasse uma “teia de aranha” idêntica à qual levou à prisão de Rudolf na Alemanha. Seguiu-se um segundo processo, no qual Rudolf, diante das provas incontestáveis contra si, se viu obrigado a confessar seus “crimes”. Foi sentenciado a um ano e dois meses de prisão, cumpridos majoritariamente em Hohenbergan der Eger, uma cidade da Bavária, na fronteira com a Tchecoslováquia. Foi depois transferido para Zwickau, na Saxônia. Em 1942, prestes a ser libertado, sua custódia foi reivindicada pela polícia de Karlsbad, informada pela iminência do fim de sua pena. Então, ele retornou à cidade e passou de prisão em prisão até agosto do mesmo ano, quando foi por fim colocado em um transporte em vagão de gado com destino ao campo de concentração de Buchenwald.

Imagem 2 – Da esquerda para a direita: Josef Kohout, Pierre Seel e Rudolf Brazda



Fonte: (THE NATIONAL WWII MUSEUM NEW ORLEANS, 2020; ASSOCIATION CIVILE HOMOSEXUELLE DU DEVOIR DE MÉMOIRE, 2009; ZINN, 2017)

No relato de Rudolf, ele não descreve nenhuma situação grave de maus tratos que tenha sofrido no tempo em que esteve preso ou sob custódia policial, ao contrário de Josef e Pierre. É importante salientar que, mesmo que a polícia comum estivesse sob supervisão da Gestapo, tratava-se de agências separadas. A questão que fica é: por que a própria Gestapo em si não estava lidando diretamente com todos os casos envolvendo homossexuais, visto que esse departamento era de sua responsabilidade, e relegou essa questão à polícia comum em determinadas ocasiões?

assinaram um documento, o chamado “Acordo de Munique”, autorizando a anexação da região à Alemanha, com a promessa de Hitler não fazer mais reivindicações no território tcheco, o que ele descumpriu ao invadir e ocupar todo o país em 1939.

Outro ponto de semelhança e também de diferença entre os três homens é que, na iminência do fim das penas de Josef e Rudolf, as autoridades nazistas invocaram a *Schutzhaft* (em português, “custódia protetiva”). Tratava-se de uma diretriz dada pelo chefe da SS, Heinrich Himmler, a partir de 1940, segundo a qual toda e qualquer pessoa que significasse uma “ameaça” à população ariana deveria permanecer sob a custódia do Estado, para serem enviados a campos de concentração. Os campos alemães de Buchenwald e Dachau receberam a grande maioria desses prisioneiros, principalmente após a implementação da “Solução Final” com a deportação massiva de judeus para as câmaras de gás dos campos no Leste Europeu. Tal fato não passou despercebido a Rudolf Brazda, que, ao chegar ao campo de Buchenwald (agosto de 1942), constatou a baixíssima presença judaica: pouco mais de 800 restavam, sendo a massa carcerária composta em sua maioria por prisioneiros políticos, homossexuais, ciganos e criminosos comuns.

Com Pierre Seel, aconteceu algo incomum: no final de 1941, sem maiores explicações, foi libertado do campo de concentração de Schirmeck-Vörsbuck pelo comandante em pessoa, Karl Bück. Por ser alsaciano, ele — agora nomeado como Peter pelos alemães — era considerado cidadão alemão, visto a Alsácia ser uma região tida como alemã pelo Terceiro Reich. Assinou um documento comprometendo-se a nunca relatar o que havia passado ali e pôde regressar ao seu lar, onde seu pai impôs, de maneira velada, um pacto de silêncio em toda a família sobre o que havia acontecido ao filho, e sua sexualidade e deportação não foram discutidos abertamente no contexto familiar. Tão logo regressou, foi obrigado a passar por uma nova provação: sendo cidadão alemão, foi convocado pela *Wehrmacht* para prestar serviço militar como um *Volksdeutsche*, termo em alemão que designava pessoas de etnia ou origem germânica que viviam fora da Alemanha em si. Prestou diversos serviços às Forças Armadas, desde em um centro *Lebensborn*³⁵ na Áustria até o combate na frente russa, em Smolensk, onde quase foi morto pelo exército soviético. Tal destino não ocorreu com Josef e Rudolf (o que é de se questionar, visto que ambos também poderiam ser considerados etnicamente alemães, visto que Josef era austríaco e Rudolf havia nascido na Alemanha), que permaneceram nos campos de concentração até o fim da guerra na Europa. Diante do natural questionamento do porquê da diferença de tratamento nestes três casos, o estudo de Clayton J. Whisnant ajuda a formular uma provável teoria:

³⁵O *Lebensborn* era um programa de reprodução forçada idealizado por Heinrich Himmler, chefe da SS, para produção de crianças arianas e saudáveis para o Terceiro Reich. Pierre Seel ficou muito confuso ao ser mandado para lá, visto que não era loiro e não possuía nada de ariano — e com certeza conheciam sua ficha contendo seu “crime de sodomia”. Teria sido uma tentativa de “cura na prática” similar à que ocorreu com Josef Kohout (que foi forçado a frequentar um bordel no campo de concentração)? Acaba não permanecendo lá por muito tempo, tendo sido requisitado para a frente russa com as inúmeras baixas alemãs.

A SS comprometeu-se no decorrer de 1937 com a ideia de que havia na verdade dois tipos de homossexuais, uma minoria que o havia adquirido geneticamente e uma grande maioria que o havia adquirido por meio de experiências, mais frequentemente por meio da sedução. Os primeiros certamente tiveram que ser separados do resto da sociedade (provavelmente em um campo de concentração) porque tinham a capacidade de espalhar sua 'doença' para milhões se o estado permitisse. Os demais, porém, eram capazes de uma 'reeducação', que na cosmovisão nazista viria de uma prisão ou, melhor ainda, da experiência em um campo de concentração. De qualquer forma, porém, a solução era a mesma - a única diferença era que o segundo grupo poderia eventualmente ser liberado, enquanto a internação do primeiro grupo seria teoricamente permanente (WHISNANT, 2016, p. 227).

A vivência de cada um nos campos de concentração também teve muitas diferenças — e algumas similaridades — que pude explorar em minha monografia de conclusão de curso e, mais sucintamente, em um artigo de minha autoria publicado na revista *Aedos* (SILVA, 2019). Em síntese, além de todos os sofrimentos que qualquer prisioneiro nesta situação-limite de sobrevivência tinha de enfrentar — fome, frio, exposição aos mais variados tipos de doença, violência física e psicológica, além do iminente risco de vida a todo momento — os “triângulos rosa” também eram muito visados como cobaias para os chamados “experimentos médicos” (do qual Pierre Seel foi uma das vítimas) e sofriam uma carga adicional às torturas citadas anteriormente, única e exclusivamente devido à sua sexualidade.

A violência sexual se fazia muito presente para esses prisioneiros, que não raramente sofriam estupros e humilhações apenas por serem homossexuais, conforme descrito por Pierre Seel: “Eu não fazia parte de nenhum dos grupos de solidariedade. Com minha barra azul³⁶, rapidamente decifrada por meus companheiros de infortúnio, não tinha nada que esperar deles: o delito sexual é uma carga adicional na identidade carcerária” (SEEL, BITOUX, 2017, p. 40). Os homossexuais eram considerados como uma das categorias mais baixas na hierarquia prisional dos campos de concentração e extermínio, assim como os judeus, e a estes eram vedados quaisquer tipos de “privilégios” que possibilitasse qualquer tipo de “ascensão” hierárquica, como, por exemplo, o posto de *kapo*.³⁷

Ao fim da guerra, ao contrário dos demais grupos de sobreviventes, os homossexuais

³⁶No campo em que Pierre estava, os homossexuais eram identificados com uma barra azul no uniforme, ao invés do tradicional triângulo rosa, que era utilizado nos demais campos.

³⁷A origem da palavra é incerta e controversa, tendo traduções do alemão, italiano e francês, porém, em todas se refere à liderança. Os *kapos* eram prisioneiros designados pela SS como chefes de barracão, no qual se encarregaram da ordem e da disciplina de um determinado grupo de prisioneiros. Era uma função de privilégio e os prisioneiros que a exerciam eram conhecidos pelo uso excessivo da violência, com raras exceções. O cargo era exercido majoritariamente pelos verdes (cor do triângulo utilizada pelos prisioneiros que eram criminosos ‘comuns’, como homicidas, estelionatários, assaltantes etc.) e em menor grau pelos vermelhos (políticos) e marrons (ciganos). Era praticamente impossível que os amarelos (judeus) ou rosas (homossexuais) chegassem ao cargo de *kapo*, pois eram considerados as categorias mais baixas nos campos. Josef Kohout é o único triângulo rosa de que se têm documentado que chegou ao cargo de *kapo*.

continuaram sendo criminalizados por muito tempo, e só começaram a receber as indenizações a que tinham direito a partir dos anos 2000 em grande parte dos países europeus — décadas depois dos demais deportados, como os judeus e prisioneiros políticos, por exemplo. Josef Kohout, Pierre Seel e Rudolf Brazda, pouco tempo após suas respectivas libertações, foram em busca de seus direitos, que lhes foram negados. Nas palavras de Josef Kohout:

Solicitei a reparação que me correspondia pelos anos em que passei prisioneiro nos campos, mas a autoridade democrática rechaçou-a; na qualidade de prisioneiro triângulo rosa, de homossexual, havia sido condenado por um delito penal, mesmo nunca tendo feito nada a ninguém, como ocorreu no meu caso. Não se concedem indenizações a ex-prisioneiros enviados a campos de concentração por delitos penais [...] o progresso da humanidade não havia chegado até nós (HEGER, 2016, p. 155-156).

Quando reclamou sua indenização, que também lhe foi negada, Rudolf Brazda ouviu uma negativa muito incomum: de que não teria direito ao benefício porque “não executara nenhum trabalho braçal que acarretasse uma incapacidade de trabalho suficiente para dar-lhe direito à ajuda financeira” (SCHWAB, BRAZDA, 2011, p. 170), sendo que nos casos de indenização por deportação, não era requisito obrigatório que o sobrevivente tivesse sofrido algum dano físico que o incapacitasse de qualquer forma. Neste caso, muito provavelmente, a condenação pelo Parágrafo 175 foi o verdadeiro motivo da recusa à reparação.

Com exceção de Rudolf Brazda, que testemunhou no século XXI e uma época já de maiores liberdades e direitos para a comunidade LGBTQIAP+, Josef Kohout e Pierre Seel encerraram seus relatos de maneira bastante pessimista. Em 1973, Josef afirmou que não acreditava que chegaria a existir, algum dia, uma organização internacional pelos direitos dos homossexuais — o que hoje conhecemos como o movimento LGBTQIAP+. Pierre, após vir a público como sobrevivente homossexual de campo de concentração, foi atacado na rua por jovens que lhe gritaram ofensas homofóbicas. A prefeita de Estrasburgo, que depois foi Ministra da Cultura da França, a socialista Catherine Trautmann, recusou-se a apertar sua mão em uma cerimônia de lembrança às vítimas do Holocausto. A respeito de sua indenização, após muitos anos de luta, Pierre esbarrou em burocracias que o impediram de ter acesso ao direito:

Quando finalmente foi acordado, nos anos 1990, que ele poderia ter direito a reparações, lhe disseram que deveria fornecer documentação. Não tinham sido encontrados registros oficiais que provassem sua prisão. Ele deveria apresentar duas declarações juramentadas de testemunhas oculares. Essa se provou ser uma tarefa impossível, uma vez que a maioria das testemunhas oculares já havia morrido de velhice (Pierre Seel era um dos homens mais jovens no campo) (SETTERINGTON, 2017, p. 104).

Mesmo com todos os obstáculos e os percalços, o silêncio que lhes foi imposto pelo ambiente social, além dos traumas que trouxeram dos campos de extermínio, esses homens, cada qual ao seu tempo e com sua motivação³⁸, encontraram forças para falar e lutar. Atualmente, já são reconhecidos como vítimas do nazismo, tendo recebido pedido oficial de desculpas do Estado Alemão e as indenizações — e homenagens — as quais tem direito. O que nos conforta hoje em dia é ver este tema cada vez mais debatido e divulgado, apesar das resistências e das limitações, e saber que toda a luta por reconhecimento desses homens está sendo, por fim, recompensada. Lamenta-se apenas que, infelizmente, muitas das vítimas não estivessem mais vivas quando a justiça finalmente foi feita. Ao citar o monumento em homenagem aos “triângulos rosa” em Amsterdã, nas considerações finais de seu livro, Pierre Seel afirmou o desejo de um dia poder ver uma edificação semelhante na França, o que acabou ocorrendo — e em sua homenagem — alguns anos após sua morte.

Até hoje, não temos estatísticas precisas sobre a quantidade exata de homossexuais que foram vítimas do nazismo, visto que os próprios algozes destruíram boa parte dessa documentação. Segundo o historiador francês Régis Schlagdenhauffen:

Os números geralmente dados para as vítimas homossexuais do nazismo devem ser tomados com cautela. De acordo com a pesquisa atual, parece que pelo menos 100.000 homens passaram pelo sistema de justiça criminal nazista. Metade deles foi condenado à prisão. Entre 5.000 e 10.000 foram enviados para campos de concentração por causa de sua homossexualidade, fazendo dos homens com triângulos rosa o arquétipo da perseguição dos homossexuais pelos nazistas (SCHLAGDENHAUFFEN, 2018. p. 21).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o movimento gay organizado começou a reestruturar-se em diversos países, principalmente a partir dos anos 1960 em diante. Cada qual enfrentava suas próprias lutas e demandas internas, geralmente associadas à repressão e ao preconceito, mas, ainda assim, resgataram (e incorporaram à sua identidade) o episódio de memória traumática da perseguição e deportação ocorrida durante o regime nazista. É o que será abordado nos próximos capítulos.

³⁸Um fato interessante de se constatar é que os testemunhos destes sobreviventes se influenciaram mutuamente, numa espécie de “efeito dominó”: Pierre Seel falou sobre sua deportação publicamente pela primeira vez após ir ao lançamento, na França, do livro de Josef Kohout; Rudolf Brazda, após vir a público, ajudou a liderar os pedidos por reconhecimento à memória de Pierre Seel.

2 CAPÍTULO DOIS: *LAMPIÃO DA ESQUINA* E *THE BODY POLITIC*: EMPODERAMENTO E MILITÂNCIA NAS BASES DO MOVIMENTO GAY ORGANIZADO

2.1 *Lampião da Esquina*— iluminando os homossexuais que viviam nas sombras

A história do movimento homossexual brasileiro se confunde com a história do Lampião da Esquina (RODRIGUES, 2018, p.240).

Lampião da Esquina (1978-1981) não foi o primeiro jornal homossexual a surgir no Brasil, mas sem dúvida foi o de maior afirmação, alcance e expressão.³⁹ Isso se deu em parte porque seu conselho editorial era composto por um grupo de homens cisgêneros e homossexuais que eram intelectuais de classe média, dentre eles jornalistas (como Aguinaldo Silva, posteriormente conhecido como autor de novelas), acadêmicos e artistas que já traziam consigo certa experiência de mercado editorial. Surgido nos anos finais da Ditadura Civil-Militar brasileira, em um contexto de abertura do regime, *Lampião* aproveitou-se do sucesso que a imprensa alternativa fazia no Brasil da época, quando o periódico *O Pasquim* (1969-1991) era um dos principais veículos de oposição ao regime militar.

A onda de revoltas e contestações que o mundo vivia desde o final dos anos adentrou os anos 1970 e 1980 com movimentos como a revolução sexual, a contracultura⁴⁰ e o tropicalismo⁴¹, trazendo mudanças de consciência e paradigmas na sociedade brasileira, exemplificadas por artistas e performistas como Ney Matogrosso⁴² e o grupo *Dzi*

³⁹O primeiro jornal gay a circular no país foi o *Snob*, na década de 1960, que segundo o historiador Jorge Caê Rodrigues, foi “feito de forma artesanal, era mimeografado e distribuído entre amigos, tendo sido quase exclusivamente um veículo para registrar as festas e reuniões desse grupo, além de dar dicas sobre locais de ‘pegação’, moda e os últimos acontecimentos da cidade. Apesar de suas tiragens terem se limitado quase exclusivamente a um pequeno grupo, seu pioneirismo e originalidade são muito importantes para analisarmos questões de gênero, a visão política dos editores e leitores e a questão da construção de identidades” (RODRIGUES, 2018, p. 239). Segundo a jornalista Flávia Péret, os editores decidiram encerrar a publicação com o advento do AI-5, momento mais repressivo da ditadura no país. Em seu livro, a autora faz um levantamento mais completo de todos os jornais e folhetins gays que circularam no Brasil antes e concomitantemente ao *Lampião* em diversas regiões (PÉRET, 2012, p. 27-28).

⁴⁰Movimento de mobilização e contestação social, comportamental e político que teve início nos anos 1960.

⁴¹A Tropicália foi um movimento cultural brasileiro da segunda metade de 1960. Uma das marcas principais foram suas inovações estéticas radicais, que mesclavam elementos de manifestações tradicionais da cultura do Brasil com tendências estrangeiras da época. Esses objetivos comportamentais encontraram eco em boa parte da sociedade brasileira sob a Ditadura Civil-Militar no final da década de 1960. O movimento chegou ao fim com as detenções de Gilberto Gil e Caetano Veloso e, posteriormente, com o exílio dos músicos baianos por quase três anos (TROPICÁLIA, 2022).

⁴²Ney Matogrosso é considerado um dos maiores nomes da MPB (música popular brasileira). Iniciou sua carreira no grupo Secos e Molhados, nos anos 1970, mas alcançou maior destaque em sua carreira solo, período em que lançou seus maiores sucessos. Ney terminou a década de 1970 e começou a de 1980 totalmente transgressor, sendo ameaçado várias vezes pelo Regime Militar. É considerado um dos principais precursores da androginia enquanto estética de arte, desenvolvida inicialmente com a Tropicália. Apresentando coreografias erotizadas e expondo sua masculinidade alternativa como um contraponto à ousadia nos tempos de chumbo, Ney acabou por influenciar toda uma geração de artistas (NEY MATOGROSSO, 2023).

*Croquettes*⁴³, que lotavam casas de espetáculos. O “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”, considerado um dos primeiros coletivos organizados pela luta e defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil, surgiu logo em seguida, após as primeiras edições de *Lampião*, tendo sido altamente influenciado pelo periódico.

A trajetória de *Lampião* começou com a visita de Winston Leyland, editor da revista estadunidense *Gay Sunshine*, despertando o “*start*” em onze homens cisgêneros abertamente homossexuais, divididos entre Rio de Janeiro e São Paulo, para iniciar sua própria revista voltada ao público “*guei*” (grafia que o jornal utilizou por grande parte de suas edições).⁴⁴ Esses onze homens eram: Darcy Penteado, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. Eles também formaram a composição do conselho editorial do jornal. Acerca do nome escolhido para a publicação, Aguinaldo Silva concedeu uma entrevista ao diretor Ricardo Carvalho, divulgada pelo site UOL em 2020, revelando que a ideia inicial era que o jornal se chamasse apenas “Esquina”, mas decidiram adicionar “Lampião” junto ao nome para fazer referência ao objeto luminoso — visto que uma das intenções dos editores era “tirar o homossexual das sombras”, o que faz bastante sentido. Porém, um pequeno desenho representando Virgulino Ferreira da Silva (o cangaceiro Lampião) acabou sendo utilizado juntamente na capa ao lado do nome do jornal, visto que, nas palavras do próprio Aguinaldo Silva: “Na hora de fazer o logotipo, tudo isso, pensamos: e se a gente fizer essa brincadeira? Porque quem é o maior representante do

⁴³Dzi Croquettes foi um grupo de teatro e dança brasileiro, que atuou de 1972 a 1976. Era formado por treze pessoas (o líder Lennie Dale os definia como: “Não somos homens nem somos mulheres... Somos gente!”) que eram bailarinos, atores e cantores que, em plena ditadura civil-militar, criaram espetáculos irreverentes e ousados. A androginia e ambiguidade cênica do grupo chocou as autoridades do regime militar e o espetáculo foi censurado no início de 1974. Após esse fato, a trupe se exilou em Paris, onde reestreado a peça e se apresentou no *Le Palace*. O sucesso na França, com o apoio de Liza Minelli, levou a uma colaboração com o cineasta Claude Lelouch, no filme *Le Chat et la Souris*. A biografia completa do grupo pode ser lida em: (ANDRE, s.d.).

⁴⁴Uma curiosidade sobre o jornal é que uma parte dos editores era contra qualquer influência estrangeira (principalmente dos Estados Unidos) dentro do periódico, vetando até mesmo o uso de termos que viessem do inglês (como o *gay*, que foi ‘aportuguesado’ para *guei*). Paradoxalmente, o incentivo para o começo de *Lampião* foi justamente a visita de um estadunidense ao Brasil, e outros dois estrangeiros compunham o Conselho Editorial do jornal: o britânico Peter Fry e o belga Jean-Claude Bernadet. Segundo Jorge Caê Rodrigues (2018, p. 104- 106): “Recusar o que se fazia no mercado gay americano é deixar claro que o projeto do *Lampião* era seguir contra a corrente *made in USA*. Se eles recusavam o que se fazia nos EUA é porque acreditavam que se deveria, aqui no Brasil, fazer de maneira diferente. Além do fato de que existia uma resistência aos produtos estadunidenses pelo que eles representavam: o capitalismo e o imperialismo cultural [...]. Uma parte dos editores do jornal, principalmente Trevisan, que tinha vivido nos Estados Unidos, na área metropolitana de São Francisco e pôde vivenciar os rumos do movimento gay, vai direcionar o jornal para o trabalho de conscientização que os grupos organizados em diversas cidades do mundo estavam fazendo. Por outro lado, uma parte do Conselho Editorial refletia a xenofobia dos tempos da ditadura. Desconfiava-se de tudo que vinha dos Estados Unidos.”

machismo nacional? É o Lampião. Então se a gente fizer a brincadeira, fica uma coisa, né... O jornal já mostra que veio pra brincar" (CARVALHO, 2020, n.p.).

A primeira edição do jornal, de número zero (experimental), apesar de ter distribuição restrita⁴⁵, teve uma tiragem de 10 mil exemplares, sendo logo aumentada para 15 mil nos números seguintes, quando passou a ser vendida nas bancas de jornais. A capa dava destaque a um ensaio de Darcy Penteadó, um dos editores do periódico, e também trazia visibilidade ao caso do jornalista Celso Curi, autor de uma coluna no jornal paulista *Última Hora*, intitulada “Coluna do Meio”, que foi demitido do jornal e processado com acusações de ferir a Lei de Imprensa⁴⁶ (o próprio *Lampião* seria “enquadrado” na mesma lei pouco tempo depois). O jornalista utilizou o espaço como uma espécie de boletim informativo para outros homossexuais que, assim como ele próprio, desejavam um meio de comunicação de grande alcance sobre as pautas importantes para os “entendidos”.⁴⁷ Logo em sua primeira página, o editorial de *Lampião*, intitulado “Saindo do gueto”, deixava claro suas intenções⁴⁸ com a publicação:

É preciso dizer não ao gueto, e em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter (LAMPIÃO, 1978, p. 2.).

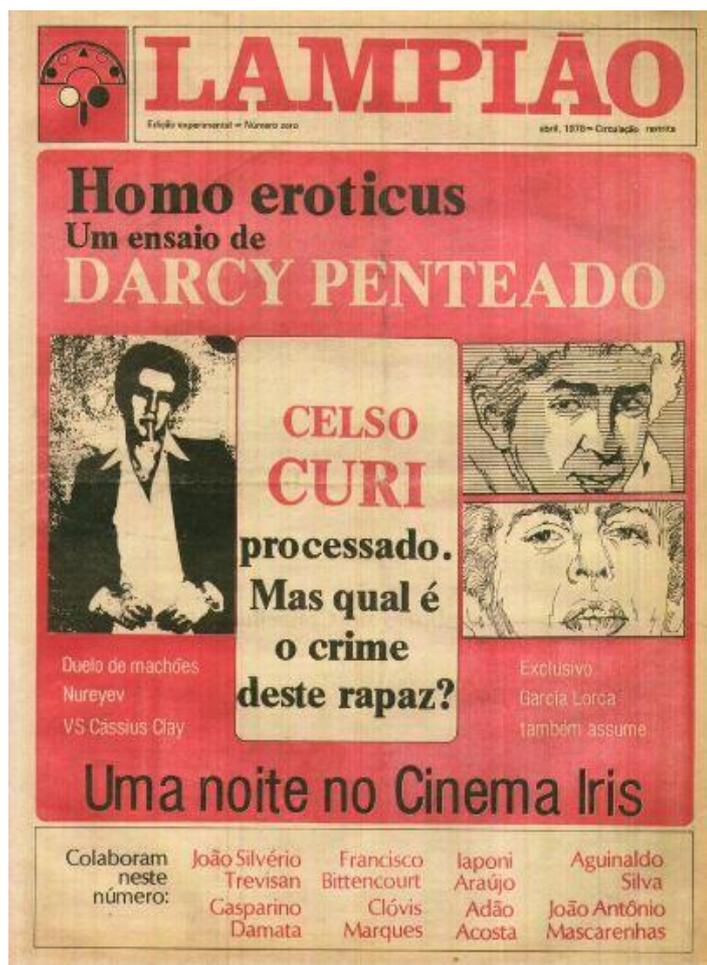
⁴⁵ Isso porque “*Lampião* chegou aos primeiros leitores através de uma mala direta organizada pelos editores e por uma rede de amigos [...] foi entregue na casa de alguns escolhidos protegido por um envelope de papel pardo, como forma de não comprometer quem o recebesse” (RODRIGUES, 2018, p. 91).

⁴⁶ Lei 2.083 de 1953, promulgada no segundo governo Getúlio Vargas, que continha o seguinte parágrafo: “§ 1º Só é proibida a publicação e circulação de jornais e outros periódicos quando clandestinos, isto é, sem editores, diretores ou redatores conhecidos, **ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes [...]** e **ofender a moral pública e os bons costumes: pena de três a seis meses de detenção para o autor do escrito e multa de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) para qualquer dos responsáveis subsidiários** (BRASIL, 1953, n.p., grifos meus).

⁴⁷ Uma das gírias da época para referir-se aos homossexuais, expressão essa que “*Lampião*” utilizou bastante. Segundo Peter Fry (1982, p. 104-105): “Na década de 1960 [...] surge o termo ‘entendido’, que nomeia uma identidade nova e que vai lutar contra a tradicional divisão do mundo dos homens entre ‘bichas’ e ‘homens’ [...]. O ‘entendido’ é uma identidade que engloba todos os machos com uma orientação homossexual. Como o termo gay, ele vem substituir o termo médico-legal, ‘homossexual’”.

⁴⁸ Os editores de *The Body Politic* também eram contra o “gueto”, conforme poderá ser visto mais adiante. Segundo Michael Pollak (1990, p. 29): “A conquista das liberdades homossexuais foi obtida pelo reforço de uma sociabilidade específica, implicando uma segregação cujas manifestações mais visíveis são designadas pelo termo ‘gueto’. Sinônimo de emancipação de uma diferença, a liberação homossexual se traduz pela delimitação de um espaço privado que proteja contra o olhar heterossexual. Daí o traçado reiterado de fronteiras específicas entre ‘vida privada’ e ‘vida pública’”. O autor prossegue seu raciocínio: “À margem do movimento em meados dos anos 70, os mais militantes invocavam de modo pejorativo o ‘gueto’ para incitar os homossexuais a ‘sair detrás das grades’, a deixar a clandestinidade social. Essa expressão, que ainda não passara a fazer parte do jargão homossexual, designava então o auto aprisionamento de uma minoria marginalizada, que era preciso romper” (POLLAK, 1990, p. 40) Porém, o termo deixa de ter uma carga negativa e é ressignificado na América do Norte após os frequentes ataques da polícia a tais locais, levando a uma união de diferentes setores do movimento gay em defesa do “gueto”, como será visto a seguir neste mesmo capítulo.

Imagem 3 – Capa da primeira edição experimental de número zero de *Lampião*, de 1978



Fonte: (LAMPIÃO, abr. 1978)

É justamente nessa edição experimental de *Lampião* que o tema da perseguição aos homossexuais pelos nazistas aparece pela primeira vez. A nota “Lembrando o Triângulo Rosa” aparece na seção “Esquina”, na página 5. Provavelmente escrito por um dos editores, Francisco Bittencourt⁴⁹, é especialmente simbólico que logo na primeira edição do jornal esse tema tenha sido abordado, mesmo que em pequena nota. Nela, Bittencourt inicia com os seguintes dizeres: “Aos poucos, começa a vir à tona a verdade sobre o sofrimento dos homossexuais na Alemanha nazista e sob o fascismo em geral” (LAMPIÃO, abr. 1978, p. 2.). Mesmo passados mais de 30 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, os homossexuais ainda

⁴⁹ Sabemos tratar-se de Francisco Bittencourt, pois ao final do texto estão as iniciais F.B., assim como nos demais excertos constam outras iniciais de outros editores, como por exemplo, A.S., que seria Aguialdo Silva. Acerca do autor da nota: poeta, tradutor, jornalista, editor e crítico de arte. Francisco Badaró Bittencourt Filho nasceu em Itaqui (RS) em 1933 e faleceu em Porto Alegre (RS) em 1981. Foi um dos fundadores de *O Lampião da Esquina* (1978-1981). Sensibilidade e intimidade com as palavras são características de sua poesia. Publicou, em vida e postumamente, livros de poemas como *Jaula Aberta* (1957), *Pequenos Deuses* (1995), *A Vida Inédita* (1996), e *Aquela Mulher* (1996) e deixou obras que permanecem inéditas. É primo do escritor Caio Fernando Abreu (FRANCISCO, 2018).

não eram reconhecidos oficialmente como vítimas do nazismo (não apenas pelo preconceito da época, mas por legislações institucionalizadas que eram discriminatórias para com essas pessoas).⁵⁰ Homossexuais que compareciam às cerimônias de homenagem às vítimas do Holocausto visando representar os “triângulos rosa” eram expulsos e impedidos de se fazerem presentes em ocasiões do tipo, conforme relatado na nota de Bittencourt sobre eventos que ocorreram na Inglaterra — mas que também ocorreram em outros países, como veremos adiante.

Em suas edições seguintes, mesmo sendo uma publicação voltada ao público homossexual, o jornal abordou uma ampla gama de temáticas e assuntos, como a questão operária e os movimentos negro e feminista, somente para citar alguns exemplos. Em uma entrevista para o portal UOL, um dos editores, João Silvério Trevisan, comentou sobre esse aspecto:

Éramos um grupo de homossexuais que estávamos abordando vários assuntos, não apenas os assuntos imediatamente pertinentes à comunidade homossexual. Então nós convidamos negros, feministas, algumas questões ambientais nós abordamos, essa era a nossa perspectiva de estabelecer esse diálogo entre as chamadas ‘lutas menores’, que era uma coisa que nos irritava profundamente, porque obviamente a luta maior era do proletariado e aí põe preconceito nessa história [...]. Então pra nós era importante a ideia de que nós formávamos um quadro de solidariedade entre nós, e era a nossa única alternativa, porque nós não tínhamos no universo da esquerda, ao qual nós pertencíamos e queríamos pertencer, nós não cabíamos, a não ser como política menor, ou seja, lá no cantinho, era uma política adjetivada: política homossexual, política feminista, política antirracista⁵¹, política ambiental [...] (TREVISAN, MATTOSO, 2016).

O tom de denúncia e militância esteve presente em diversas edições⁵², como em “A Matança dos Homossexuais” (LDE, jun. 1979, p. 17), “Homossexuais se organizam” (LDE, set. 1979, p. 7), “Encontro nacional do povo gay” (LDE, jan. 1980, p. 1) e “A volta do esquadrão mata bicha” (LDE, jun. 1980, p. 1), assim como pautas consideradas mais amenas para fins de entretenimento.⁵³ O jornal foi peça fundamental para a organização do primeiro encontro nacional de homossexuais ocorrido no Brasil, em 1980, o que também abriu as portas para o congresso nacional ocorrido em abril do mesmo ano.

⁵⁰ Ver nota de rodapé de número 5.

⁵¹ Creio que aqui o entrevistado quis dizer antirracista.

⁵² Essa questão foi outro motivo de “rachas” e discussões entre os editores de *Lampião*. Parte deles era contra qualquer tom e interferência de militância e grupos políticos no jornal, enquanto outros eram a favor da politização do movimento. Tais divergências ideológicas ficaram bem visíveis nas diferentes edições do periódico e contribuíram para o fim precoce de *Lampião* em 1981.

⁵³ Todas as edições encontram-se digitalizadas e disponíveis on-line graças ao trabalho do Grupo Dignidade, de Curitiba (PR) e podem ser consultadas ao final desta dissertação, em “Fontes”.

Obviamente o periódico também foi alvo de perseguições e tentativas de censura por parte do Regime Militar, que mesmo estando em sua fase “menos repressiva”⁵⁴, abriu um inquérito na Polícia Federal. A ideia era investigar os editores e colaboradores do jornal por ferirem a Lei de Imprensa, acusando-os de atentados contra “a moral e os bons costumes”. A primeira vez que os editores noticiaram o assunto no jornal é na edição de número 5, de outubro de 1978 (LDE, out. 1978), pauta que irá se repetir nas edições seguintes, visto que o inquérito durou 12 meses:

Segundo Trevisan, a carta que a Polícia Federal enviou ao jornal tratava os editores como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”. A carta pedia que os editores fossem enquadrados na Lei de Imprensa, segundo a qual eles poderiam receber até um ano de prisão [...]. Na edição de número 9, o jornal resolve apresentar o assunto na capa. “Moral e bons costumes?”. Com essa chamada, o *Lampião* resolve colocar o assunto na berlinda. Vários ensaios discutem o tema “moral e bons costumes” numa época em que o país vivia uma extrema censura aos direitos humanos (RODRIGUES, 2018, p. 106-107).

No dia 2 de abril de 1979, cinco editores do jornal compareceram à sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro para serem indiciados criminalmente. O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) também intimou o “diretor” do jornal a comparecer na sede do órgão repressivo. Finalmente, após um longo período de tensões, o *Lampião da Esquina* noticia o arquivamento do inquérito contra o jornal. Logo na primeira página, a chamada da coluna “Esquina” é: “Somos todos inocentes” (LDE, nov. 1979, p. 2). Porém, as pressões contra o *Lampião* e contra a liberdade de expressão em si seguiam atuantes:

No segundo semestre de 1979, várias bancas de jornal em diferentes cidades do país foram vítimas de bombas. Panfletos anônimos exigiam que os jornais alternativos ou revistas pornográficas (na lista de nomes consta o nome do *Lampião*) deixassem de ser vendidos. Apesar de o país iniciar um novo processo democrático, vários setores do governo eram contra essa abertura. No dia 1º de maio de 1980, durante um show de Música Popular Brasileira, com uma grande concentração de jovens, uma bomba, que deveria ser colocada no evento, explodiu no carro de agentes do Exército. Caso o artefato não tivesse falhado, teríamos tido um dos mais tenebrosos crimes contra a liberdade de expressão (RODRIGUES, 2018, p. 107-108).

Mesmo não existindo nenhuma lei que criminalizasse a homossexualidade no Brasil — ao contrário do que ocorria no Canadá, como veremos mais adiante — o aparato repressivo da Ditadura Civil-Militar que assolava o país fazia cumprir o rigor de um regime autoritário e

⁵⁴A historiografia clássica divide o período da Ditadura Civil-Militar brasileira em duas fases: uma de maior rigor e repressão, ocorrida majoritariamente nos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), popularmente conhecida como “anos de chumbo”. Já a fase tida como de “abertura” e transição política para a democracia, teria ocorrido nos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), sendo nesta última o período onde circulou o jornal *Lampião*. Muitos historiadores criticam as vertentes que acentuam o suposto “abrandamento” dos governos Geisel e Figueiredo, visto que o aparelho repressivo de Estado continuava a cercar liberdades e a perseguir e torturar opositores.

conservador, mesmo na chamada fase de “abertura”. Além da censura, surgiu na Polícia Militar de São Paulo uma unidade conhecida como ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), que nasceu em um contexto repressivo para combater as guerrilhas de oposição à ditadura. Após a supressão dos movimentos guerrilheiros, nos anos 1970, essa unidade se voltou para a repressão da criminalidade urbana, o que, no entendimento da polícia à época, incluía homossexuais e travestis. Aqui, torna-se importantíssimo aplicar um marcador de classe: enquanto os homens de classe média, gays, cisgêneros e majoritariamente brancos de *Lampião* eram convocados pela Polícia Federal e em seguida liberados, as travestis e michês, que se valiam da prostituição como recurso de sobrevivência, apanhavam da Polícia Militar e eram presos(as) e processados(as) pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.⁵⁵ O delegado José Wilson Richetti ficou conhecido, à época, por sua intensa atuação contra homossexuais e travestis na região conhecida como “Boca do Lixo”, no centro da cidade de São Paulo. Gabava-se de ter detido, em uma única ronda, cerca de 600 homossexuais (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, s.d.). Seu lema era: “limpar a cidade de assaltantes, traficantes de drogas, prostitutas, travestis, homossexuais e desocupados” (FERNANDES, 2014, p. 163).

Felizmente, o inquérito acabou sendo arquivado, e tanto o jornal quanto seus editores não voltariam a ter problemas com a polícia ou a justiça. Apesar da vitória de *Lampião* sobre a censura e a repressão, as diferenças entre os editores do periódico referente a seus rumos e frente ao próprio movimento homossexual organizado foram criando “rachas” e desavenças que contribuíram para o fim do *Lampião* pouco tempo depois, em junho de 1981. Segundo Edward McRae: “apesar de propor a unir o ‘povo gay’ do Brasil, o *Lampião* acabou servindo para tornar ainda mais evidente a sua heterogeneidade não só devido às diferenças culturais, regionais, classistas e etárias, mas também entre os próprios ‘homossexuais organizados’” (McRAE, 1990, p. 192).

Alguns dos colaboradores traziam essas visões díspares em relação aos colegas de editorial em seus escritos, como Francisco Bittencourt, que na edição número 23, em seu artigo “Deus nos livre do *boom* gay”, afirma que o que realmente é importante para o jornal são as manifestações marginais da comunidade gay, como os espetáculos de travestis, e não o

⁵⁵A pesquisadora Marisa Fernandes descreve um episódio desse tipo que ocorreu em São Paulo: o delegado José Wilson Richetti, ao fazer uma série de batidas em locais frequentados por homossexuais na cidade, chegou até a boate Moustache, ponto de encontro de lésbicas da alta sociedade paulista. Lá, o delegado pediu desculpas ao dono do estabelecimento pelo transtorno causado e rapidamente se retirou do local, juntamente com suas viaturas. Pouco depois, chegou aos bares Bixiguiinha, Ferro’s Bar e Cachação, frequentados por lésbicas de menor poder aquisitivo. Segundo a autora: “Mesmo portando todos os seus documentos, mulheres foram levadas indiscriminadamente sob o argumento: ‘você é sapatão’” (FERNANDES, 2014, p. 136).

“*bottom less* fabricado em Ipanema por bichinhas que nunca tiveram a coragem de arriar as calças no Buraco da Maysa”(TBP, abr. 1980, p. 4).⁵⁶ Nota-se, porém, que *Lampião* tinha como um dos seus objetivos atingir também os entendidos da classe alta da zona sul carioca, sendo que muitos deles também compunham o corpo editorial do jornal. Outro editor, João Silvério Trevisan, era um grande crítico da filiação de militantes de grupos gays a partidos políticos, pois via nisso uma instrumentalização partidária dos movimentos, o que teria afetado, inclusive, o próprio jornal (motivo pelo qual também rompeu com o grupo Somos).⁵⁷ As duas “facções” do Conselho Editorial — o grupo de São Paulo e o grupo do Rio de Janeiro — estavam cada vez mais divididas, principalmente porque a palavra final sempre vinha da setorial do Rio de Janeiro, isto é, de Aguinaldo Silva. O reflexo disso se encontra nas últimas edições, em que vários nomes do corpo editorial que constavam nas primeiras edições haviam desaparecido.

Porém, não foram somente as disputas ideológicas e internas que foram decisivas para o fim do jornal. A questão financeira também afetou muito um periódico que, apesar de ter uma tiragem expressiva, não contou com muitos anunciantes, uma fonte de renda essencial para qualquer veículo de comunicação:

Durante toda sua vida, o jornal teve pouquíssimos anunciantes, que não chegaram a ocupar nem um terço de suas páginas [...]. Infelizmente, tal cenário não surpreende, visto o contexto extremamente homofóbico que o país vivia à época. Nesse sentido, qual marca ou empresa de grande expressão gostaria de ter sua imagem vinculada ao *Lampião*? As assinaturas também não eram muitas. Apesar de o jornal receber milhares de cartas mensais, isso não se traduzia em assinaturas. Em alguns números, Aguinaldo Silva tinha que colocar dinheiro do próprio bolso para pagar a edição (RODRIGUES, 2018, p. 119).

Como o Brasil ainda vivia uma ditadura e a atmosfera na sociedade em geral ainda era conservadora, não choca essa falta de apoio e incentivo financeiro. Então, em 1981, chegou o fim precoce de *Lampião*, com apenas três anos de circulação, enfraquecido pelos diversos rachas internos e pela falta de apoio financeiro. Mas, mesmo com todos os problemas e desavenças, *Lampião* foi um importante veículo de articulação do movimento gay no Brasil

⁵⁶“Buraco da Maysa” era um local de ‘pegação’ gay no Rio de Janeiro dos anos 80.

⁵⁷ Em entrevistas recentes que concedeu, Trevisan mantém sua visão pessimista acerca dos partidos. Para citar apenas uma fala sua: “O que os partidos fazem é cooptar o movimento social para que ele pense um projeto de sociedade tal como o partido quer. Quando ele entra no partido, ele tem que se submeter às prioridades do partido. Eu tenho uma visão muito pessimista dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos, até onde eu conheço. Eu estive em contato com várias delas no passado. Eles têm o grave problema de estarem cooptados por um partido hegemônico de esquerda, que no caso brasileiro é o PT. Eu não acho que tenhamos no Brasil verdadeiros movimentos sociais. Nós temos verdadeiros movimentos petistas dentro da sociedade. Eu acho isso perigoso, lamentável e muito triste. Toda a possibilidade criativa do movimento social está sufocada. É óbvio que isso é uma visão particular minha, mas eu faço questão de não abrir mão dela, porque eu continuo achando que ela é fundamental” (TREVISAN, 2019, n.p.).

— ainda que essa não fosse a intenção de alguns de seus editores. Poucos anos depois, em 1985, foi criado no Rio de Janeiro outro grupo de ativistas homossexuais, que se chamou de “Triângulo Rosa”. Em seu boletim informativo, datado de janeiro de 1986, o coletivo informa: “O nome escolhido pelo grupo homenageia vítimas dos campos de concentração nazistas que eram obrigados a usar em seus uniformes um triângulo rosa, identificando-se assim como homossexuais.”⁵⁸ O movimento ficou conhecido pela intensa luta travada em prol da inclusão dos direitos dos gays na Constituição Federal de 1988 (FÁBIO, 2021).⁵⁹

Enquanto o periódico gay brasileiro mais importante fechava suas portas, no Canadá outro jornal de afirmação homossexual continuava a resistir. Ao contrário de *Lampião*, que se apagou após 3 anos, *The Body Politic* circulou por incríveis 16 anos. Qual foi a fórmula de sucesso utilizada pelos jornalistas gays de Toronto?

2.2 *The Body Politic*: um marco na história gay canadense em meio a polêmicas

A publicação foi um dos primeiros periódicos em língua inglesa a escavar a história da repressão nazista a gays e lésbicas durante o Holocausto e ajudou a transformar o triângulo rosa em um símbolo internacional do movimento gay. (tradução minha) (MANN, 2016, n.p.).

The Body Politic (1971-1987) surgiu de um pequeno coletivo de ativistas em Toronto,⁶⁰ em 1971. A ideia de lançar a publicação nasceu da luta contra a repressão aos homossexuais no país. Ao contrário do Brasil, onde a homossexualidade nunca foi crime por lei, a comunidade gay canadense era criminalizada por uma lei federal, que foi levemente abrandada em 1969.⁶¹ Porém, a perseguição aos homossexuais aumentou consideravelmente após a “descriminalização” da homossexualidade pelo governo canadense:

⁵⁸Não consegui encontrar o boletim digitalizado na internet, portanto, tive acesso a uma cópia digitalizada que meu coorientador, Benito Schmidt, compartilhou comigo de seu acervo pessoal.

⁵⁹O Grupo Triângulo Rosa, do Rio, realizou a defesa da inclusão do termo “orientação sexual” na Constituinte de 1987 em dois pontos: o artigo que veta discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e o que proíbe diferenças salariais motivadas por “sexo, idade, cor ou estado civil”. A inclusão na Constituição não foi adiante, mas posteriormente foi adotada por legislações municipais e mesmo Constituições estaduais. Novamente agradeço ao meu coorientador, Benito Schmidt, que foi quem me apresentou a trajetória deste grupo (FÁBIO, 2021).

⁶⁰Visto que o Canadá pode ser uma realidade um pouco distante e desconhecida para leitores brasileiros, é importante fazer uma pequena introdução: o Canadá é uma federação composta por dez províncias e três territórios, uma democracia parlamentar e uma monarquia constitucional, com o rei Charles III como atual chefe de Estado — um símbolo dos laços históricos do Canadá com o Reino Unido — sendo o governo dirigido por um primeiro-ministro, cargo ocupado atualmente por Justin Trudeau. É um país bilíngue e multicultural, com o inglês e o francês como línguas oficiais. Um dos países mais desenvolvidos do mundo, o Canadá tem uma economia diversificada, dependente dos seus abundantes recursos naturais e do comércio, particularmente com os Estados Unidos, país com que o Canadá tem um relacionamento longo e complexo. É um membro do G7, do G20, da OTAN, da OCDE, da OMC, da Comunidade das Nações, da Francofonia, da OEA, da APEC e das Nações Unidas (CANADÁ, 2023).

⁶¹Após o levante de Stonewall, ocorrido nos Estados Unidos no mesmo ano, o então primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau (pai do atual primeiro-ministro canadense no momento de escrita desta dissertação,

De 1968 a 2004, mais de 1300 homens foram acusados pela lei *bawdy house*⁶² por estar em bares e saunas gays. Em 1981, durante o auge das batidas policiais, a revista *queer The Body Politic* fez a pergunta: ‘Recriminalização?’. O editorial pontuou que: ‘Em 1969 o Parlamento descriminalizou o sexo gay e lésbico. Ou assim pensamos?’ [...] Ironicamente, a ‘legalização’ da homossexualidade no Canadá consensualmente entre adultos em ambientes privados levou à maior prisão em massa de homens gays na história do país” (HOOPER, 2019, p. 260).

Em 28 de agosto de 1971, diversas organizações gays e lésbicas organizaram um dia de protesto em frente ao *Parliament Hill*, localizado na capital do país, Ottawa, na província de Ontario. Chamado de “*We Demand*”, os ativistas traziam dez reivindicações ao governo, dentre elas, a revogação total das leis que continuavam a criminalizar os homossexuais, que seguiam sendo perseguidos após as “mudanças” na lei em 1969. Foi a partir desse movimento de contestação que um pequeno grupo de Toronto decidiu se reunir para lançar um meio de comunicação “radical, de convicção política e com fome de mudança” (JACKSON, PERSKY, 1982, p. 2), como dois de seus colaboradores o definiram. Jearld Moldenhauer fundou a revista *The Body Politic* em 01 de novembro de 1971, na cidade de Toronto (também na província de Ontario)⁶³, junto a um coletivo composto por diversos colaboradores.⁶⁴

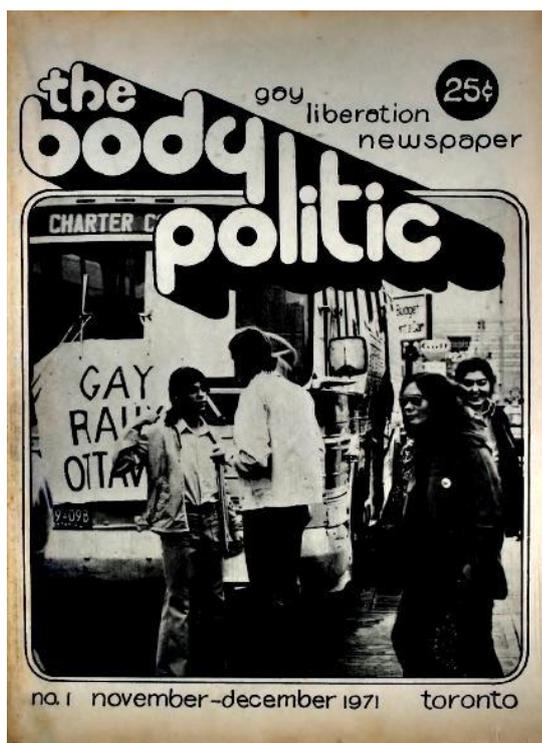
Justin Trudeau), proclamou a “descriminalização” da homossexualidade no Canadá, “revogando” a lei conhecida como “*Omnibus bill*”, que na realidade foi alterada para permitir **relações sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo maiores de 21 anos em ambientes privados** (que até então eram criminalizadas). Porém, homossexuais continuaram sendo perseguidos ao se relacionarem em locais públicos, como praças e parques, e até mesmo em locais privados como bares, boates e saunas, que sofriam constantes batidas da polícia, que prendia os frequentadores que encontrava nesses espaços. Além disso, a censura em publicações voltadas ao público homossexual também era frequente. É por motivos como esse que a historiografia canadense atual recusa o mito da “descriminalização em ‘69”’. Uma importante referência acerca desse tópico é o historiador canadense Tom Hooper (2019). Acerca daquele que governava o Canadá à época, segue uma breve biografia introdutória: Pierre Trudeau (1919 – 2000) foi um político canadense que serviu como primeiro-ministro do Canadá em duas ocasiões diferentes, primeiro de 1968 a 1979 e depois entre 1980 e 1984. Governou o país por quinze anos, sendo o segundo primeiro-ministro a ter ficado por mais tempo no poder. Seu governo foi marcado por avanços sociais e institucionais, com uma política econômica voltada à esquerda. Em 1970, lidou com uma crise interna a respeito da situação da província de Quebec e preservou a unidade nacional, ajudando a forjar, dentro de uma sociedade multicultural, um sentimento pan-canadense mais forte. Instituiu várias reformas, como a implementação do bilinguismo oficial no Canadá (com inglês e francês se tornando juntas as línguas oficiais do país). Também firmou o “patriamento” da constituição nacional (um processo que até hoje é contestado pela província de Quebec) e estabeleceu a Carta Canadense dos Direitos e das Liberdades (PIERRE TRUDEAU, 2021).

⁶² “Casa obscena”, em tradução literal para o português. A lei punia quem frequentava locais considerados obscenos e explícitos como bares, saunas, boates e casas de prostituição. Um paradoxo desse caso é que tais espaços não se encaixavam na lógica de “local privado” onde eram permitidas por lei as relações sexuais entre adultos maiores de 21 anos; o próprio primeiro-ministro à época, Pierre Trudeau, deixa claro o entendimento que o governo tinha da lei ao declarar: “Não há lugar para o Estado nos quartos da nação [...] O que é feito no privado entre adultos não é de interesse do Código Criminal; quando isso se torna público, já é outra coisa” (HOOPER, 2019, p. 259).

⁶³ Um dado curioso da geografia canadense é que a capital da província de Ontário é Toronto, mas a capital do país é Ottawa, que está localizada na mesma província.

⁶⁴ Ken Popert, um de seus editores, descreveu a publicação da seguinte maneira em um artigo na *Xtra* em 2016: “Não era de forma alguma um grupo homogêneo, e o próprio jornal era o produto de uma aliança de agências

Imagem 4 – Capa da primeira edição de *The Body Politic*



Fonte: (TBP, nov.-dez.1971)

Dentre eles estavam: Gerald Hannon, Rick Bébout, Ken Popert, Chris Bearchell, Stan Persky, Michael Lynch, Stephen O. Murray, John Greyson, David Rayside, Herbert Spiers, Ian Young, Ed Jackson, Robin Hardy, Richard Summerbell, Thomas Waugh, John Alan Lee e Gary Kinsman, para citar apenas alguns nomes. Assim como em *Lampião*, inicialmente os colaboradores da revista eram voluntários, isto é, não eram remunerados por seus serviços. A organização foi apresentada da seguinte maneira:

A quarta edição descreveu a montagem inicial, com reuniões semanais envolvidas. Todo o conteúdo foi votado pelo coletivo, sendo necessária a aprovação de dois terços para publicação. Os membros foram incentivados a participar da distribuição, diagramação e redação. Dois coordenadores — inicialmente Moldenhauer e Hugh Brewster — foram nomeados para lidar com tarefas que iam desde responder a correspondência até manter registros financeiros. Voluntários cuidaram de tudo até meados da década de 1970, quando o jornal contratou alguns serviços de maneira paga (BRADBURN, 2015, p. 3).

Todos os seus membros, a exemplo do editorial de *Lampião da Esquina*, eram homens cisgêneros e homossexuais, sendo também intelectuais da classe média canadense: jornalistas,

ocasionalmente cambiantes. Isso se reflete em suas capas, onde se descreveu ao longo dos anos como *newspaper* (jornal de notícias variadas), *journal* (publicação periódica de caráter acadêmico e/ou profissional) e *magazine* (revista)” (POPERT, 2016, n.p.). Para fins de uniformidade e para não confundir o público leitor, vou sempre me referir a mesma aqui como uma revista, visto que por último era desta maneira que a mesma era definida em suas edições, tanto que, quando a publicação foi encerrada, foi continuada por outra revista, a *Xtra*.

professores, escritores, artistas, etc. Um dos editores, Ken Popert, disse o seguinte em uma palestra para alunos da Universidade de Toronto, em 2011:

Éramos pessoas como a maioria de vocês: jovens, informados e bem-educados. Mas diferentemente de vocês, nós terminamos os estudos desempregados ou subempregados. De relance, reconheço quatro [integrantes de nosso coletivo] que eram revolucionários com consciência de classe, cerca de quatro liberais (no sentido canadense do século XX) e um possível libertário. Outros eram mais difíceis de classificar, mas nenhum se considerava conservador, em qualquer sentido. Alguns [de nossos colaboradores] não se contentaram em simplesmente colocar opiniões nas páginas. Eles viam o jornal como uma ferramenta de potencial de organização política e queriam que o TBP politizasse seus leitores (POPERT, 2016, n.p.).

Em 1975, foi criada uma editora para publicar os números do periódico, nomeada *Pink Triangle Press* (que continua atuante até o momento de escrita desta pesquisa, sendo uma das editoras especializadas em conteúdo LGBTQIAP+ mais antigas que existe). Atualmente, a editora se voltou para a “modernidade” e investe bastante no gerenciamento de aplicativos de relacionamento para homens gays. A despeito disso, ela foi criada em 1975 para ser o meio de publicação e distribuição da revista *The Body Politic*. Tanto o nome quanto o símbolo da empresa foram claramente escolhidos devido ao Holocausto, conforme descrito no site da editora:

O nome ‘*Pink Triangle Press*’ foi tirado do triângulo rosa que os presos gays dos campos de concentração nazistas eram forçados a usar. Esse uso do triângulo rosa foi revelado em “Homossexuais e o Terceiro Reich”, um artigo publicado no *The Body Politic*, sobre o há muito esquecido e tragicamente encerrado movimento de libertação gay que surgiu no início do século 20 na Alemanha. Escolhemos este nome para refletir nosso interesse em nossa história e nosso compromisso com a vigilância (PINK TRIANGLE PRESS, 2023, n.p.).

Como descrito anteriormente, a revista tinha uma abordagem radical dos assuntos tratados em suas edições e não tinha medo da polêmica (mais adiante irei descrever em detalhes algumas delas, que acabaram causando muitos apuros à revista e a seus editores). Segundo a pesquisadora canadense Catherine Jean Nash (2006, 2014), que estudou o surgimento e a constituição de coletivos homossexuais na cidade de Toronto — onde a revista *The Body Politic* estava localizada — o movimento gay no Canadá estava dividido em duas vertentes: assimilacionista e liberacionista. A assimilacionista defendia os espaços de sociabilidade exclusivamente gays, onde pessoas do mesmo sexo poderiam relacionar-se longe dos olhos preconceituosos da sociedade, criando assim uma espécie de “gueto”.⁶⁵ A autora identifica os editores de *The Body Politic* na ala mais radicalizada da vertente rival, a liberacionista, que era contra o gueto (lembrando que *Lampião*, em sua primeira edição,

⁶⁵ Ver notas de rodapé 47 e 48.

conclamou os homossexuais a saírem do gueto). Os defensores dessa vertente alegavam que tais espaços não proporcionavam um ambiente de consciência política, social e identitária a seus integrantes, e que tais locais operavam em uma lógica exclusivamente capitalista, visando apenas enriquecer aos proprietários que, na maior parte dos casos, sequer eram gays. Apesar de sempre se manterem identificados com o liberacionismo, posteriormente, com as frequentes perseguições da polícia a esses locais, os editores passaram a defender tais espaços de sociabilidade gay, em uma rara mudança de posicionamento.

Considerando que o contexto histórico e social canadense é desconhecido pela maioria dos brasileiros — visto que o Canadá é, por muitas vezes, ofuscado pelas notícias e mídias do país vizinho Estados Unidos — as tabelas comparativas abaixo podem ajudar a perceber as diferentes nuances entre as sociedades brasileira e canadense na época, além de permitir a comparação de aspectos relevantes entre as duas nações e a maneira como se constituíam social e politicamente.

Tabela 1– Quadro comparativo entre Brasil e Canadá (1970-1980).

| | BRASIL | CANADÁ |
|------------------------------------|--|--|
| REGIME DE GOVERNO | Ditadura Civil-Militar | Monarquia Constitucional Parlamentarista |
| ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL | Federação com 26 estados + DF | Federação com 10 províncias + 3 territórios |
| LEGISLAÇÃO DISCRIMINATÓRIA | Lei de Imprensa, Lei da Vadiagem | Criminal Law Amendment Act, publicidade de material obsceno, posse e distribuição de material obsceno, posse para fins de distribuição |
| AGENTES DE REPRESSÃO (EM DESTAQUE) | José Wilson Richetti (Delegado da PC-SP) | Jack Ackroyd (chefe da Polícia Metropolitana de Toronto) |

Fonte: Autoria própria.

Tabela 2 – Quadro comparativo entre os periódicos *Lamplão da Esquina* e *The Body Politic*.

| | LAMPIÃO | THE BODY POLITIC |
|--|---|--|
| PERÍODO DE CIRCULAÇÃO | 1978-1981 | 1971-1987 |
| EDIÇÕES | 41 | 135 |
| SEDE | São Paulo e Rio de Janeiro | Toronto |
| FINANCIAMENTO PÚBLICO | Nunca recebeu | 3 parcelas de aprox. 1500 CAD\$ da Ontario Arts Council |
| IDEOLOGIA POLÍTICA | Esquerda (com divergências ideológicas) | Esquerda (vertente liberacionista no movimento gay) |
| TIPOLOGIA | Jornal | Definido por seus editores tanto como jornal quanto como revista |
| PROCESSOS JUDICIAIS | Processados pela Lei de Imprensa; inquéritos no DOPS e PF | Inúmeros processos judiciais por diferentes crimes |
| EDIÇÕES COM APARIÇÃO DA PERSEGUIÇÃO NAZI | 4 | 19 |

Fonte: Autoria própria.

As constantes batidas policiais em bares e saunas gays e as perseguições e censuras sofridas eram pautas recorrentes no periódico, assim como outros assuntos que seus colaboradores julgavam de relevância e pertinência, como a já citada perseguição nazista aos homossexuais e a situação de gays em outros países, como o Brasil, aspecto que veremos melhor mais adiante. Ainda assim, muitas críticas foram feitas acerca da falta de diversidade do editorial — uma delas foi publicada no portal da revista *Xtra*, que foi a sucessora de *The Body Politic*. Eis algumas delas:

A respeito de sua importância, algumas pessoas argumentam que *The Body Politic*, tanto em seus colaboradores quanto em seu conteúdo, refletia um mundo gay dominado por homens brancos bem educados⁶⁶ [...]. Desde o começo, *The Body Politic* teve poucas colaboradoras e era muito menos propenso a discutir questões

⁶⁶Não discordo que o conteúdo hegemônico veiculado nas páginas da revista fosse majoritariamente direcionado para o público gay e cisgênero masculino, mas os editores também tomaram importantes posicionamentos no que diz respeito à discriminação de gênero em locais frequentados pela comunidade gay em Toronto. Vejamos um exemplo descrito pela pesquisadora canadense Catherine J. Nash (2014, p. 13): “No entanto, quando a popular *Carriage House* introduziu uma nova política um ano depois, proibindo as mulheres de irem ao bar do andar de baixo e impondo um código de vestimenta para as mulheres que usavam o bar do andar de cima, o *Body Politic* recusou-se a veicular os anúncios da *Carriage House* até que a política fosse alterada.”

relevantes para as lésbicas [...]. Escritores negros e pautas afins raramente eram apresentados nas páginas [...]. Em 1985, o coletivo decidiu publicar o seguinte anúncio classificado: “Precisa-se de homem negro: homem bonito e bem-sucedido gostaria de negro jovem e bem construído para [servir como] criado doméstico – que levou a acusações de racismo” (MANN, 2016, n.p.).

Porém, esse episódio visivelmente racista não foi a única polêmica e controvérsia na qual *The Body Politic* se envolveu. A revista enfrentou problemas com a lei em diversas ocasiões, como em uma edição de 1975, onde foi publicada uma tirinha do cartunista Rand Holmes que retratava uma cena de sexo oral entre dois homens, o que era considerado como “crime de publicação de material obsceno” pela lei canadense da época. Outras acusações de obscenidade foram feitas após a publicação de um artigo na edição nº 82, de abril de 1982, chamado “*Lust with a very perfect stranger*” (“Luxúria com um estranho muito perfeito”, em tradução livre) que discutia a prática conhecida como *fisting*⁶⁷ (TBP, abr. 1982, p. 50). A revista foi absolvida das acusações criminais, mas tais perseguições desgastavam os editores e colaboradores, que tinham de estar sempre se defendendo nas cortes em julgamentos longos e custosos.

Embora a *The Body Politic* tenha tido um impacto de grande porte, seu público leitor regular era relativamente pequeno, contando com pouco mais de 3.000 assinantes em seu auge — infelizmente, não consegui encontrar dados sobre o número de tiragens que a revista teve — e sua circulação era considerada limitada: as edições eram vendidas nas prateleiras de livrarias ou adquiridas por assinatura (MANN, 2016, n.p.). Um de seus editores chegou a oferecer a revista nas mesas da *Parkside Tavern*, à época, um importante local de socialização para gays e lésbicas em Toronto. Outra crítica recorrente é que a revista nem sempre foi de leitura fácil. Embora tenha conseguido adotar um bom design gráfico, havia dificuldades para encontrar uma linguagem que envolvesse um público de massa — recordando que seus editores eram considerados membros da elite canadense — o que contrastava muito com sua homóloga brasileira, que utilizava a linguagem mais informal possível para se comunicar com seus leitores, com o uso de muitas gírias do meio gay brasileiro (TREVISAN, MATTOSO, 2016). Em um dos vários julgamentos que sofreu, uma testemunha de defesa assegurou ao tribunal que o TBP poderia causar pouco dano à moral pública porque exigia habilidades de leitura que a maioria das pessoas não possuía (POPERT, 2016). Críticas à parte, um dos legados dos quais os editores se orgulham é o número de escritores que ganharam espaço nas publicações — mais de 2.000 pessoas contribuíram para a revista de alguma forma.

⁶⁷Consiste na inserção da mão e/ou antebraço no interior da região íntima.

Em agosto de 1972, Gerald Hannon⁶⁸, um jornalista canadense que era um dos colaboradores mais ativos da revista, publicou pela primeira vez um artigo com viés claramente positivo à pedofilia, intitulado “*Of men and little boys*” (“De homens e meninos”, em tradução livre), em que o autor defendia o seguinte ponto de vista:

Chegou a hora de encararmos o fato de que há uma considerável minoria de homens gays que são primariamente interessados em relações sexuais com adolescentes, e essas pessoas, pelo mero fato de suas preferências sexuais, estão trabalhando — embora muitas vezes inconscientemente — para alguns dos ideais de liberação gay em relação à família.’ Hannon argumentou que crianças eram propriedades de seus pais e que para alcançar as liberdades civis de maneira total, eles tinham de fugir da construção de família tradicional. Isso, ele argumentou, ‘incluía despertar sua consciência sexual: amar uma criança e expressar isso sexualmente é uma atividade revolucionária (BRADBURN, 2015, p. 4).

Tal artigo gerou muitas controvérsias e reações, tanto dentro da comunidade gay quanto fora dela. O jornal *Globe and Mail* publicou uma resposta em que um de seus colunistas atacava diretamente a revista, enquanto o *Toronto Star* foi mais comedido em sua crítica, expressando sua preocupação de que tais publicações do *The Body Politic* atrasassem “os ganhos em direitos e tolerância” que os homossexuais obtiveram desde a emenda *Omnibus bill* ao *Criminal Law Amendment Act*. Mesmo com toda a polêmica gerada pelo artigo, os editores decidiram publicar um segundo texto de Hannon que, novamente, fazia alusão à pedofilia de maneira positiva: “*Men loving boys loving men*” (“Homens amando meninos amando homens”, em tradução livre; TBP, dez.-jan. 1977/1978, p.30-31). O escândalo gerado pelo segundo artigo foi ainda maior que o primeiro.

⁶⁸ Aqui vale uma nota sobre a pessoa que foi Gerald Hannon, pois não somente seus artigos publicados em *The Body Politic* criaram polêmicas — sua vida em si foi envolta nelas. Falecido recentemente (em maio de 2022, aos 77 anos, por meio da chamada ‘morte assistida’, processo que é legalizado no Canadá), o jornalista sempre foi considerado uma figura polêmica e controversa na sociedade canadense por supostamente ter sido um defensor da pedofilia. Além dos artigos de sua autoria publicados em *The Body Politic*, em uma matéria de fevereiro de 1996 veiculada no jornal britânico *The Guardian*, Hannon argumentou que os adultos apresentavam às crianças muitos dos prazeres da vida e que não havia “*a priori* razão pela qual não deveríamos apresentá-las ao sexo”. Além disso, ele continuou dizendo que enquanto a penetração “possa ter pouco interesse para a maioria das crianças, faz todo o sentido, do ponto de vista educativo, ultrapassar os limites de uma criança, tal como fazemos nos esportes ou na educação, exigindo-lhes coisas que possam, no início, se sentir incapazes de fazer”. Em junho de 1996, a jornalista Sandra Martin do *Toronto Life* fez um perfil sobre Hannon, onde disse: “Conversei com dezenas de pessoas e não encontrei ninguém que concorde com as ideias de Gerald sobre pedofilia - e isso inclui o próprio Gerald”. Depois de interrogar Hannon exaustivamente sobre as suas práticas sexuais e confirmar que ele estava interessado no tema da pedofilia puramente como um debate filosófico, Martin concluiu que Hannon “abstém-se de fazer sexo com crianças não porque pense que é moralmente ou eticamente um tabu, mas porque isso não o excita”. Em 1995, mais uma polêmica: o jornal *Toronto Sun* denunciou que Hannon conciliava o cargo de professor universitário no curso de jornalismo da Ryerson University (atualmente Toronto Metropolitan University) com a prostituição. O próprio admitiu que era um trabalhador do sexo e acabou sendo desligado do quadro docente da instituição. Ele continuou a trabalhar com sexo até se aposentar oficialmente dessa ocupação, em 2011. Sua autobiografia “*Immoral, indecent and scurrilous: the making of an unrepentant sex radical*” foi publicada recentemente no Canadá (GERALD HANNON, 2022; JACKSON, 2022).

Nele, era contada a história de três homens adultos que se apaixonam por meninos pré-adolescentes (entre 12 e 13 anos). Um desses homens, um professor de escola primária em um relacionamento com um aluno de 12 anos, afirmou: “Eu só quero libertar meus filhos um pouco e ajudá-los a encontrar sua direção sexual. Ajudá-los a perceber sua sexualidade não é nada para se envergonhar” (TBP, dez.-jan. 1977/1978, p.30). Muitos anos depois, Gerald Hannon admitiu que a publicação do artigo naquele momento foi uma atitude “ingenuamente unilateral” e que ele poderia ter se posicionado criticando as ações do professor. Além de todos os processos judiciais, as críticas na imprensa e na sociedade em geral foram extremamente eloquentes, até porque o contexto social na época de publicação do artigo também não era nada favorável: os canadenses estavam chocados com o assassinato de Emanuel Jaques, um menino de 12 anos que trabalhava como engraxate e que foi estuprado e morto por três homens gays em Toronto.⁶⁹

Ao contrário de *Lampião*, que nunca recebeu financiamento público e teve pouquíssimos anúncios ao longo de sua curta trajetória para ajudar a publicação a se manter, *The Body Politic* recebeu incentivo público da *Ontario Arts Council*⁷⁰. O auxílio começou em 1976, quando a revista recebeu o primeiro subsídio de \$1.500,00 dólares canadenses. A partir de setembro daquele ano, a revista, que tinha periodicidade bimestral, começou a ser publicada mensalmente. É bem provável que o aporte financeiro tenha contribuído para o aumento da frequência de publicação.

Porém, com a polêmica do último artigo publicado por Hannon, a jornalista Claire Hoy, do *Toronto Sun*, começou a publicar uma série de reportagens acusando as concessões financeiras do *Ontario Arts Council* à *The Body Politic* como “dinheiro de impostos para ajudar no abuso infantil”. A imprensa conservadora fez uma campanha extensa e maciça contra a revista, que respondeu com uma declaração negando que promovesse o abuso sexual de menores e defendendo seu direito de discutir questões controversas. Em setembro de 1978, a OAC pagou o último subsídio para a publicação, no valor de \$1.650,00 dólares

⁶⁹O crime, ocorrido em 1977, chocou a sociedade canadense pela sua crueldade: o menino pobre, filho de imigrantes portugueses, trabalhava como engraxate em uma região marginalizada de Toronto. Foi atraído por três homens para um apartamento que ficava acima de uma casa de massagem, acreditando que receberia \$35 dólares canadenses para ajudá-los com um equipamento fotográfico. O menino foi abusado e torturado por 12 horas até ser estrangulado e morto por afogamento na pia da cozinha. Três homens — que eram homossexuais — foram condenados pelo crime: Saul Betesh, Robert Kribs e Joseph Woods (MURDER..., 2022).

⁷⁰O *Ontario Arts Council* é uma organização canadense com financiamento público na província de Ontário, cujo objetivo é promover a criação e a produção de arte na região. Com sede em Toronto, a OAC foi fundada em 1963 pelo primeiro-ministro de Ontário na época, John Robarts. É definida como uma agência independente do Ministério da Cultura canadense, atuando como um órgão de financiamento de projetos artísticos da/para a comunidade de Ontário, e atualmente também trabalha com pesquisas e análises estatísticas das artes e da cultura (ONTARIO..., 2022).

canadenses.⁷¹ O valor foi pago com três meses de atraso com relação à data originalmente prevista para tal. A repercussão da mídia foi tão intensa que o ministro responsável pelo OAC à época veio a público criticar tal concessão financeira (WESTERN UNIVERSITY, s.d.). O pesquisador canadense Thomas Waugh discorreu sobre esse tópico à época:

O jornal, assim como os mais sérios e pequenos periódicos canadenses, recebe subsídios simbólicos de doações do governo, como o Conselho de Artes de Ontário. Este apoio, entretanto, está sendo constantemente questionado e comprometido pelos colonistas de direita toda vez que o jornal toma uma posição impopular. Em maio, o Conselho rejeitou o pedido do jornal para a repetição do subsídio do ano passado para um projeto de contratação de estudantes [no período de] verão por causa das acusações pendentes sob o código penal. A agência cultural federal, o Conselho do Canadá, ainda se recusa a apresentar um apoio financeiro, apesar de sua bem conhecida grandeza no campo editorial, com o argumento de que a seção cultural distinta da revista, "Nossa Imagem", é mais "informativa" do que "criativa". Qualquer empreendimento cultural gay que dependa de qualquer forma do apoio estatal tem uma existência precária de fato (WAUGH, 1978, n.p.).

Além de toda pressão da opinião pública, uma operação da Polícia Metropolitana de Toronto — formada por cinco oficiais de moralidade⁷² e um esquadrão especializado em combate à pornografia — realizou uma batida nos escritórios da revista, localizado na Duncan Street, nº 24. Em três horas, o esquadrão apreendeu doze caixas de material contendo a lista de assinantes da revista, registros financeiros, material inédito e livros variados. Em 5 de janeiro de 1978, três integrantes da *Pink Triangle Press*, também membros do conselho editorial da revista — Gerald Hannon, Ed Jackson e Ken Popert— foram acusados criminalmente de acordo com as seções 159 (distribuição de material obsceno) e 164 (posse de material obsceno para fins de distribuição) do Código Penal canadense. Com tamanha turbulência, a edição seguinte da revista acabou chegando aos leitores com um atraso de três semanas.

Mesmo não concordando com o teor do artigo, houve muitas autoridades políticas e personalidades públicas que se posicionaram em favor de *The Body Politic*, da comunidade gay e da liberdade de expressão. Um dos que saiu em defesa da publicação foi o prefeito de Toronto à época, John Sewell. Em um comício público onde estiveram presentes mais de 300 participantes, o prefeito apoiou a revista na presença dos três acusados. Ele foi aplaudido quando observou que “as pessoas que não estão interessadas nestas questões não têm que ler

⁷¹Pesquisei meios de conversão desse valor em reais atualmente, para termos uma noção do quanto os editores teriam recebido de subsídio, porém não encontrei nenhum recurso que fizesse essa conversão do dólar canadense dos anos 1970 para o real brasileiro em 2023, corrigindo a inflação.

⁷²É possível constatar que na época, ao contrário do Brasil, que vivia em uma ditadura civil-militar, o Canadá era considerado uma das mais sólidas democracias no mundo (como é até hoje), o que não impedia a existência de um aparato estatal e moral de repressão às homossexualidades.

esses artigos” (BRADBURN, 2015, n.p.). Obviamente, tal apoio não foi um consenso na sociedade canadense, e quem se manifestou a favor do jornal também ouviu muitas críticas à sua postura pessoal. O alvoroço contra Sewell foi alto, com aliados questionando seu julgamento. A defesa do então prefeito em favor da comunidade gay foi usada contra ele durante a campanha eleitoral municipal de 1980.

Em 1979, teve então início o primeiro de muitos processos que a publicação enfrentou. Após seis dias de testemunho, o juiz Sydney Harris absolveu Hannon, Jackson e Popert, dizendo: “Devo julgar com objetividade e preocupação pelo direito de livre discussão e disseminação de ideias, a menos que haja um claro incitamento à ação ilegal” (BRADBURN, 2015, n.p.). O promotor Roy McMurtry apelou da decisão. As tentativas de anular o recurso não só fracassaram, como enfrentaram uma derrota ainda maior: em fevereiro de 1980, outro juiz ordenou um novo julgamento. O crescente esgotamento financeiro da revista levou à criação de um fundo de longo prazo, intitulado “*Free the Press*”, para cobrir as despesas legais dos processos. Em 1982, durante o novo julgamento, os três editores foram absolvidos mais uma vez.

O escritório do promotor McMurtry recorreu da decisão novamente. A esta altura, até mesmo os oponentes ferrenhos da homossexualidade achavam que as coisas estavam ficando ridículas. Nesse sentido, disse o evangelista Ken Campbell ao jornal *Globe and Mail*: “Eu não poderia ser mais oposto filosoficamente a tudo o que os editores da TBP representam, mas ao mesmo tempo, aqui está um caso em que os concidadãos são deixados a pagar a conta após os acusados terem sido absolvidos duas vezes da mesma acusação” (BRADBURN, 2015, n.p.). O fim da querela veio à meia-noite de 15 de outubro de 1983, quando o prazo para a procuradoria-geral recorrer pela terceira vez passou sem uma palavra. Mas as polêmicas continuaram, dessa vez com a Igreja Católica. Em 1982, uma reportagem de capa satirizando as Irmãs da Indulgência Perpétua ofendeu membros e fiéis da igreja, como o então prefeito Art Eggleton e o vereador Joe Piccininni, sendo que este último protocolou um projeto para banir a revista da galeria de imprensa, o que foi barrado pela maioria da Câmara Municipal de Toronto. Mesmo com todas as turbulências, o coletivo seguiu publicando a revista. Na capa de número 80, de janeiro/fevereiro de 1982, a edição comemorou 10 anos de publicação e distribuição de *The Body Politic* (TBP, jan.-fev. 1982).

Imagem 5 – TBP pede ajuda aos leitores para com as acusações enfrentadas pelos editores



WHAT WOULD IT MEAN TO YOU:

**If these three men went to jail?
If The Body Politic were closed down?
If gay people lost a major voice?**

The three men above are Gerald Hannon, Ed Jackson and Ken Popert. If they look a little apprehensive, it's for a good reason: on January 2, they and Pink Triangle Press go on trial in Toronto, charged with possession of obscene material (*Loving Man*, a gay sex guide) and use of the mails for the distribution of material which is "obscene, immoral, indecent or scurrilous" (that means sending you *The Body Politic*).

If convicted, these three men could go to jail. If convicted, Pink Triangle Press could be heavily fined, putting the future of *The Body Politic* in jeopardy.

We know what that means to us: That one of the few means of communication controlled by gay people might cease to exist. That one of the few ways we have of defining ourselves to each other as lesbians and gay men in an overwhelmingly straight world could be taken from us by the police and the courts. That we could be left more fragmented, more isolated from each other, and more intimidated than before.

We don't want that to happen. But a handful of people with limited resources can't stop it. Building a strong defence takes a lot of human energy and a lot of money. Both of these must come from the community at large — from people like you.

We know this means something to you; many of you have helped, many have made the donations which have kept the legal case going this far. Now, it's coming down to the wire: it is estimated that an additional \$10,000 will be required to cover the costs of the coming trial, less than two months away.

We urge your continued support. Get in touch to see how you can help. Tell your friends about the case. Make a donation. It all counts. Do it while you still can.

**THE
BODY POLITIC
FREE THE PRESS
FUND**

170 Corbish, King, Sachs
and Waldman
Barristers and Solicitors
111 Richmond Street West
Suite 215
Toronto, ON M5H 3M6

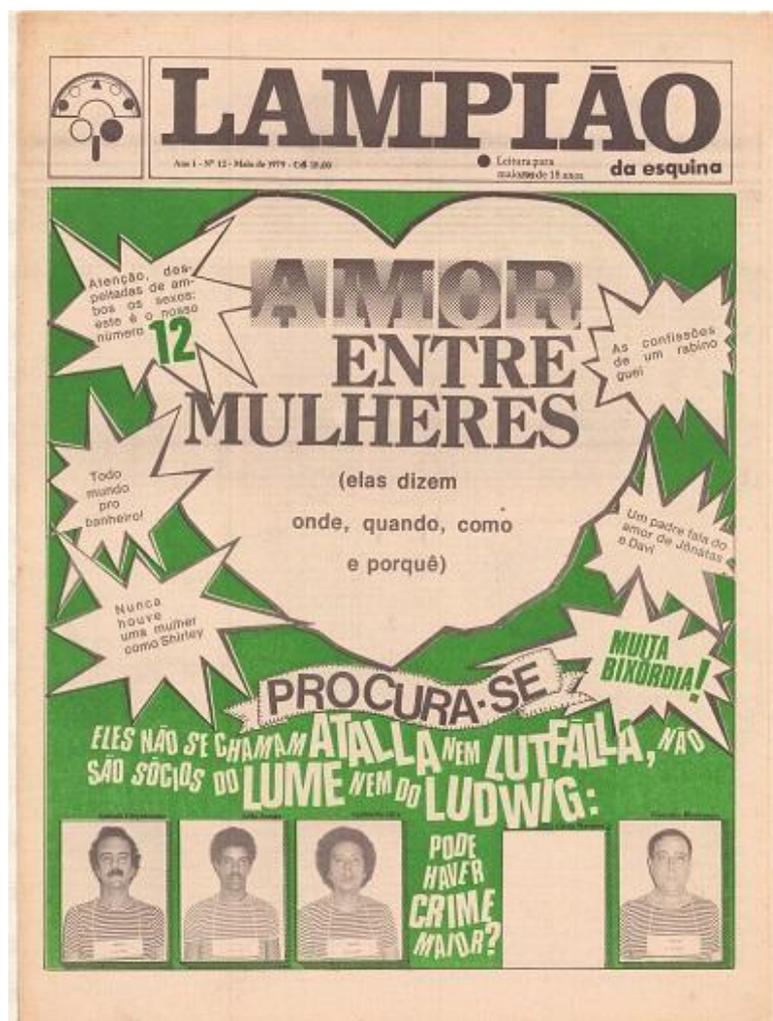
Checks payable to:
Lynn King in Trust for
The Body Politic
Free the Press Fund
Information: (416) 963-4320

Fonte: (TBP, nov. 1978, p. 2)

Voltando ao Brasil, a reação à prisão se manifestou através do humor. Em maio de 1979, um mês após cinco editores de *Lampião da Esquina* comparecerem à sede da Polícia Federal para serem fichados criminalmente por infrações à Lei de Imprensa, em sua capa foi dado destaque, de maneira jocosa, à situação dos indiciados: “Procura-se: eles não se chamam Atalla, nem Lutfalla, não são sócios do Lume nem do Ludwig: pode haver crime maior?” (LDE, maio 1979, p. 1).⁷³ O caso é comentado em outra parte da mesma edição (LDE, maio 1979, p. 3).

⁷³ O Caso Lutfalla trata de denúncias contra Paulo Maluf e o ministro Reis Veloso por irregularidades na concessão de empréstimos ao grupo Lutfalla no ano de 1977. Lutfalla é o nome da empresa beneficiada e sobrenome da família que a regia. O escândalo foi investigado pela Comissão Geral de Inquéritos, um instrumento do Poder Executivo. Naquela época, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fez empréstimos à empresa da família da esposa de Paulo Maluf, usando de sua influência com os militares, que estava em regime falimentar, contra a opinião de seu próprio presidente que chegou a exigir por escrito ordem de autoridade superior para jogar mais dinheiro do Tesouro Nacional em uma operação fadada ao fracasso. A ordem veio e o dinheiro

Imagem 6 – “Lampião” usou estratégia parecida para mobilizar apoio em uma de suas edições



Fonte: (LDE, maio 1979, p. 1)

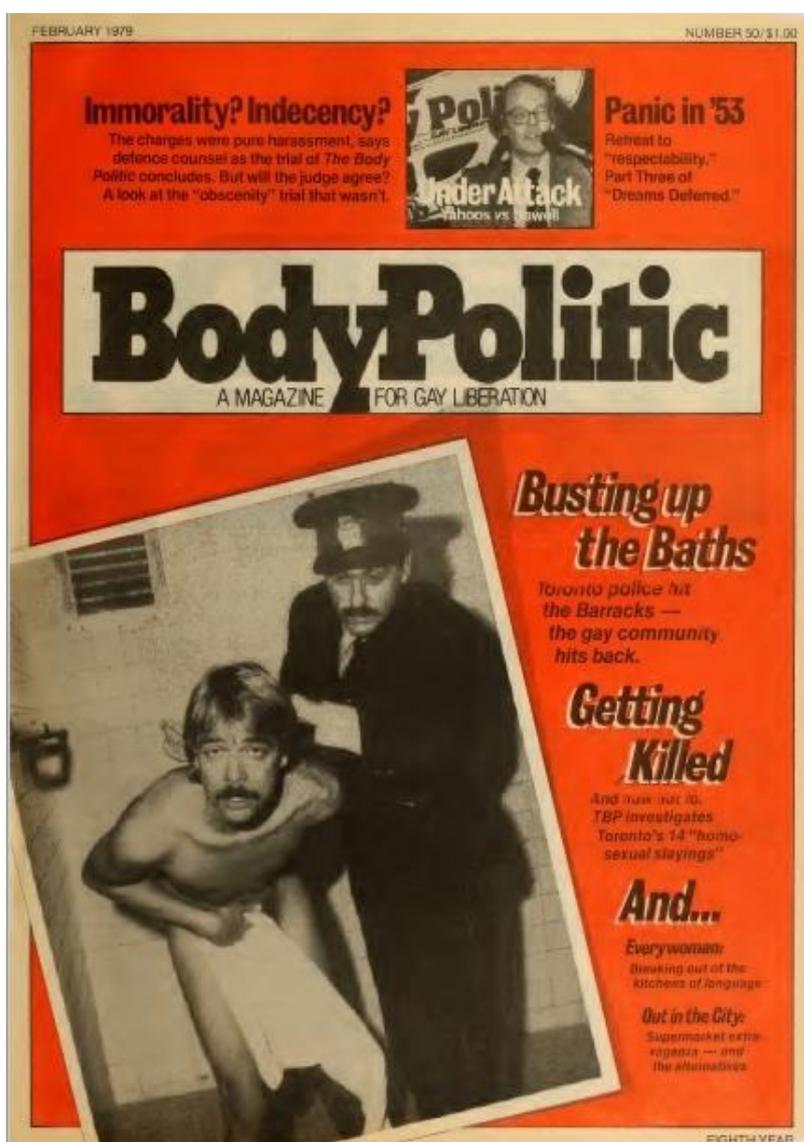
Foi também no início da década de 1980 que a revista canadense começou a abordar em suas edições a misteriosa doença que vinha matando os homens gays, até então conhecida como “câncer gay”. Inicialmente, *The Body Politic* adotou uma postura ambivalente acerca do tema, apresentando histórias que incitavam as pessoas a não entrar em pânico. Os editores eram frequentemente críticos em relação aos estabelecimentos científicos e de saúde pública, assim como boa parte da comunidade gay norte-americana da época, que tentava manter as liberdades sexuais conquistadas a partir dos anos 1970. Ainda assim, tentaram em grande parte educar os homens sobre como fazer escolhas seguras e informadas em relação ao sexo.

emprestado foi perdido. A despeito das denúncias que se multiplicaram desde o início desses processos, em 1974, nenhum quadro do primeiro escalão da ditadura militar foi punido, mesmo os envolvidos nos casos mais escandalosos. Somente em 1980 foi aprovada a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar uma grande denúncia de corrupção, destinada a investigar o caso. Mesmo assim, a comissão só foi instalada um ano depois, em função da obstrução dos governistas. Há inquérito sobre o caso Lutfalla, iniciado pela Polícia Federal que permanece até hoje obstruído no Ministério da Justiça (CASO LUFTFALLA, 2023).

Mas quando a gravidade da doença que hoje conhecemos como AIDS ficou clara e se tornou pandêmica, mais de 150 artigos sobre o tema foram escritos e publicados na revista.

Além das perseguições à publicação, das tentativas de fechá-la, e do número crescente de vítimas da pandemia de AIDS, os anos 1980 também foram turbulentos no sentido da criminalização policial à comunidade gay em Toronto. *The Body Politic* foi uma das grandes responsáveis por mobilizar os homossexuais em protestos contra os “*bathhouse raids*”, como foram chamadas as invasões policiais em locais privados frequentados pelo público homossexual, já brevemente citadas no início desta seção. A revista desempenhou um papel crucial na organização e mobilização da resistência às prisões em massa de homens gays encontrados em banheiros, saunas e casas de massagem no ano de 1981.

Imagem 10 – Edição de fevereiro de 1979 de *TBP* denunciando a perseguição policial em locais privados



Fonte: (TBP, fev. 1979)

Membros da comunidade gay de Toronto se reuniram nos escritórios da *The Body Politic* — uma das poucas organizações gays que realmente tinha uma localização física — para elaborar uma resposta aos ataques. Juntos, eles decidiram imediatamente organizar protestos contra as perseguições sofridas e a revista fez uma edição antecipada para informar o público sobre o que havia acontecido. Nos meses seguintes, *The Body Politic* foi um dos principais canais de informação sobre as batidas e suas consequências, culminando na Batalha de Church Street, um motim que ocorreu em 20 de junho de 1981 em protesto à repressão policial e à criminalização da homossexualidade por parte das autoridades.⁷⁴

Imagem 7 – Protesto da comunidade gay contra a repressão policial em Toronto, em 1981



Fonte: (POPERT, 2016).

Esse momento marcou uma importante mudança de posicionamento dos editores e da revista em si, visto que, conforme descrito anteriormente, o corpo editorial era crítico desses espaços, mas decidiu unir forças contra a repressão policial e em defesa dos direitos dos gays que optavam por frequentá-los. O entendimento, segundo Catherine Jean Nash, era o seguinte: “Se gays estão sendo atacados em um espaço, então todos estamos sendo, independentemente de onde estejamos” (NASH, 2014, p. 22).

Em 1986, quando as pressões financeiras se abateram de maneira mais forte sobre a revista *The Body Politic*, o coletivo se reuniu para discutir direções futuras. O resultado foi a primeira declaração de missão escrita da *Pink Triangle Press*:

⁷⁴Uma pesquisa mais aprofundada acerca dos “*Bathhouses Riots*” e o papel que *The Body Politic* teve nesses eventos pode ser conferida na seguinte bibliografia: (COSSMAN, 2013; HOOPER, 2019; NASH, 2005; POPERT, 2016).

Envolver o público entre lésbicas e gays e aqueles que compartilham suas preocupações, através de uma variedade de meios e mídia, oferecendo-lhes oportunidades para apoiar e participar no desenvolvimento de ideias e em ações que promovam mudanças sociais libertadoras, enfocando a sexualidade em seus contextos sociais, políticos e culturais (BRADBURN, 2015, n.p.).

A “variedade de meios” já incluía a *Xtra*, que havia sido lançada como um tabloide de quatro páginas em 1984. O coletivo sentiu que havia chegado o tempo de lançar uma publicação que abrangesse tudo, o que resultou em conceitos para três possíveis publicações futuras: uma mensal de circulação nacional projetada para atrair um público mais amplo; uma trimestral de circulação internacional com foco em conteúdo intelectual, analítico e político; e uma revista exclusivamente lésbica. A ideia era eliminar gradualmente *The Body Politic* à medida que as novas publicações fossem sendo lançadas. Foi introduzida uma estrutura hierárquica para a organização, com Ken Popert como editor. Ao mesmo tempo, vários funcionários de longa data de TBP começaram a se desligar da revista.

Em 16 de dezembro de 1986, eles decidiram suspender a revista com sua edição de fevereiro de 1987, uma notícia que foi divulgada ao público durante uma entrevista na rádio com Popert. Na edição final da revista, Rick Bébout escreveu:

Sei que algumas pessoas estão zangadas com a decisão que tomamos [...] alguns ressentidos, alguns se sentindo despojados de um recurso que os levamos a acreditar que poderiam tomar por garantido. Mas a maioria das pessoas me diz: sim, é triste, mas estava na hora (TBP, fev. 1987, p. 5).

Com o fim de *The Body Politic*, seu lugar foi assumido pela revista *Xtra*, com um conteúdo mais político. Esta acabou se expandindo em edições separadas para outras cidades canadenses, como Ottawa e Vancouver. Com o anúncio de que a revista não voltaria a circular em formato impresso (muito provavelmente devido à inviabilidade comercial que publicações impressas enfrentam numa era cada vez mais digital), a mesma acabou sendo veiculada exclusivamente de maneira *on-line* a partir de 2015. Assim, mais de 40 anos de cobertura impressa regular da *Pink Triangle Press* chegava ao fim (BRADBURN, 2015).

2.3 Os *crossovers* entre *Lampião da Esquina* e *The Body Politic*

Eles [sobreviventes homossexuais do nazismo] se alicerçam e se beneficiam da coletividade homossexual ao mesmo tempo que dão os suportes e oferecem originais estruturas à própria coletividade. São amparados pelos homossexuais ativistas e os amparam com seus testemunhos, pois, de forma direta, seus patrimônios literários compõem uma riqueza incomensurável para a construção da reestruturada identidade homossexual contemporânea (GONÇALVES, 2022, p. 181-182).

O fato de que ambas as publicações tinham conhecimento da existência uma da outra — e publicaram sobre suas homólogas em suas edições — é muito interessante e não deve ser ignorado aqui. *The Body Politic* escreveu sobre o Brasil e *Lampião* em mais de 10 ocasiões diferentes, segundo levantamento que realizei (ver imagens 12, 13, 14 e 15). Em uma delas, inclusive, TBP chegou a publicar o endereço de caixa postal do periódico brasileiro, caso algum leitor canadense quisesse assinar o jornal e receber via aérea no Canadá (TBP, maio 1979, p. 17). Em outro momento, critica a homofobia presente em *O Pasquim* (TBP, fev. 1976, p. 10), outro periódico brasileiro. Infelizmente, não consegui descobrir qual era o ponto de ligação entre TBP e *Lampião*, isto é, quem fazia a ponte que possibilitava o intercâmbio de informações. Porém, como já foi visto anteriormente, diversos estrangeiros compunham o corpo editorial de *Lampião* (o que facilitava no aspecto da barreira linguística), além de existirem várias possíveis ligações entre o corpo editorial dos periódicos, como, por exemplo, o escritor estadunidense Winston Leyland, que era regularmente citado tanto pelos colaboradores de *Lampião*— ele esteve no Brasil e se reuniu com os editores — quanto pelos ativistas de *The Body Politic*.

Por motivos de espaço e delimitação temática, não irei descrever todos os pormenores de toda as menções, tampouco analisar detalhadamente cada uma das ocasiões de *crossover*⁷⁵. Ainda assim, todas estão aqui reproduzidas como imagens para serem visualizadas e lidas pelo(a) leitor(a) deste trabalho. Porém, é possível discutir a constatação de que *The Body Politic* deu mais destaque ao *Lampião* do que o contrário. Nas mais de 10 edições em que TBP tocou no assunto “Brasil”, o jornal brasileiro esteve ali, seja como personagem principal da matéria, seja como nota de rodapé ou fonte da informação do que estava sendo noticiado. Nas imagens do presente capítulo, é possível ver um compilado com as reportagens de maior destaque, que falavam sobre o movimento gay no Brasil, os protestos organizados aqui, a repressão e perseguição policial ao jornalista Celso Curi e ao *Lampião* e, inclusive, sobre o encerramento do periódico brasileiro (ver imagens 12, 13, 14 e 15). Durante a realização do levantamento dos *crossovers*, encontrei uma nota que me chamou a atenção: uma menção à cidade de Tramandaí, no litoral norte gaúcho, que estaria sediando um encontro do movimento gay latino-americano na década de 1980, encabeçado por ativistas uruguaios (TBP, nov. 1985, p. 30). *Lampião*, por sua vez, publicou sobre sua homóloga canadense em apenas uma ocasião, na edição de número 11, lançada em abril de 1979. Trata-se de um pequeno artigo em apoio à revista *The Body Politic*, que vinha enfrentando um de seus muitos

⁷⁵Cruzamento, na tradução literal do inglês. No meio cultural do entretenimento, o termo significa um episódio ou ocasião em que dois (ou mais) personagens de universos diferentes se encontram.

processos judiciais. De autoria de ativistas canadenses, ele foi traduzido por Aguinaldo Silva para ser reproduzido no jornal brasileiro, conforme consta na própria nota (ver imagem 12).

Imagem 8 – Ocasões em que o Brasil e “Lampião” foram destaques em TBP - 1/4

Journalists support paper under attack

SAO PAULO — Legal action against Brazil's leading gay monthly newspaper *Lampiao*, has been met by a surprising show of solidarity.

Lawyers have been provided free of charge by the journalists' union and the Brazilian Press Association, both well-established groups. A strong statement of support denouncing police attacks against *Lampiao* as "one more attack on freedom of expression" has been issued by a coalition of groups called the Permanent Commission for the Defence of Freedom of Expression. The statement argues that the accusations of "offending morality and propriety... are a subterfuge... for censorship."

The government sued the paper's board of editors last year for "outrages against public morality."

Although *Lampiao* collective members are all gay men, and the magazine's primary commitment is to gay politics, it considers itself a newspaper for all people suffering discrimination. It has dealt with such concerns as feminism, racial discrimination, attacks on Brazil's Indians and the ecological crisis in the Amazon.

It is still difficult to predict whether the legal action will succeed in closing the paper down. It has been able to keep its publication schedule since subpoenas were issued last September. *Lampiao* continues to be sold openly on newsstands in Brazil's larger cities. □

MAY 1979

Brazil gays hold first national meet

SAO PAULO — More than two hundred lesbians and gay men from across Brazil met here April 3 for this country's first national homosexual conference.

The three-day conference which had been closed to the press and public, ended with a public rally of more than a thousand people, including representatives from the women's movement, anti-racist groups and unions.

Participants agreed to strengthen regular communications between their groups, and will co-ordinate efforts to see that gay rights are recognized in the Brazilian constitution. Anti-gay attitudes among doctors and psychiatrists will also be challenged. The conference reaffirmed that the gay movement must maintain its independence from any political parties, but recognized the importance of participating in the struggles of other oppressed groups. □

•Lampiao, the gay monthly published in Rio de Janeiro (in Portuguese) has been having legal problems, but it dauntlessly continues to serve its readers with high-quality news and features about gay life in Brazil, plus material concerning social change in general. It is edited by a collective of gay men. Send \$1.50 for a sample copy or \$15 for a one year subscription to Caixa Postal 41031, Santa Teresa, CEP 21241, Rio de Janeiro RJ, Brazil.

Silva's final letter to subscribers was discouraged and bitter. The closure of *Jornal do Homo* leaves Brazil's gay community, perhaps the largest and most developed on the South American continent, without any national media of its own. □

Fonte: (TBP, maio 1979, p. 16; ago. 1980, p. 17; jun. 1982, p. 18).

Imagem 9 – Ocasões em que o Brasil e “Lampião” foram destaques em TBP - 2/4

Gov't sues gay liberation paper for "outrages against morality"



Subpoenaed by police: Lampiao editorial collective

RIO DE JANEIRO — *Lampiao*, Brazil's major gay liberation newspaper, is under attack from that country's military dictatorship.

The paper's board of editors is being sued by the Brazilian government for "outrages against public morality and good mores." Five members of the editorial staff have been subpoenaed by the police. There are fears that the paper may soon be seized from the newsstands.

Under the present dictatorship the government may at any time seize publications that it considers dangerous.

Since its first issue in April 1978, *Lampiao* has built up a monthly circulation of 15,000 copies and is sold at newsstands in 18 principal Brazilian cities. It is considered to be the first serious Brazilian gay liberation paper, and has avoided using pornography to increase its circulation, a tactic which distinguishes it from other Brazilian gay publications.

The paper's name means "lantern," but it is also the name of Brazil's most famous bandit, a national hero in macho folklore. □

THE BODY POLITIC/17

Morals rap dropped against Brazil mag

RIO DE JANEIRO — A judge has dismissed charges of "outrages against public morality and good mores" brought almost two years ago against *Lampiao*, Brazil's leading gay journal.

The *Lampiao* case was the focus of a campaign of international solidarity by gay groups around the world. Forty-six organizations from twenty-two countries, as well as twenty-three periodicals from twelve countries, sent letters to the minister of justice demanding that charges against the paper be dropped.

"This solidarity from foreign organizations provided the support that prevented the minister from ordering the seizure of the paper," said Joao Antonio De Souza Mascarenhas, a *Lampiao* spokesperson.

The case also generated support from forces struggling for democracy in Brazil. The paper was publicly defended by state representative Fernando Morais, who is also vice president of the Sao Paulo professional journalists union.

"As a citizen, as a journalist and as a member of the assembly I am joining *Lampiao* and their staff in the fight that is not theirs alone, but belongs to the entire population — the fight for complete freedom of expression," said Morais. □

Homosexuality is not a crime in Brazil, said the judge, "therefore, how can the publication of news about homosexuality be considered against public decency?"



Journalist acquitted

SAO PAULO — Brazilian journalist Celso Curi has been absolved of all charges of "offending public morals and decency."

Curi was charged in March 1977 after his regular column in a Sao Paulo newspaper repeatedly dealt with gay issues. Curi lost his job as a columnist as a result of the charges.

In his March 12 decision Judge Regis de Castello Branco pointed out that homosexuality is not a crime in Brazil and asked: "Therefore, how can the publication of news about homosexuality be considered against public decency?" The judge also found that the editor, "was not of the obscene character which had been attributed to them."

The decision was a landmark victory for the Brazilian gay movement in its struggle with Brazil's military government over freedom of the press. It is expected to encourage the cases of *Lampiao* and *Jornal do Homo*, three gay publications previously charged under the same law.

The victory came at a time when Brazil's 15 year-old military dictatorship is being challenged by a sudden upsurge in independent journalism, and by an emboldened (though still rare) and the development of political consciousness and organization among minorities.

In February gays were invited to join with Brazil's Indians, feminists and Mexican political groups in a week-long forum on the National Liberation Movement, at the University of Sao Paulo. It was the first time that gay liberation had become a matter for debate in the country's major liberal arts movement. □

Fonte: (TBP, fev. 1979, p. 17; mar. 1981, p. 19; jun. 1979, p. 18).

Analisando teoricamente, podemos interpretar essas ligações através da perspectiva da chamada História Transnacional, já abordada na introdução desta pesquisa. Segundo José D’Assunção Barros (2014a, p. 107):

Deborah Cohen, por sua vez, acrescenta um elemento importante em sua busca de apreensão deste novo campo de possibilidades que seria o da História Transnacional, situando-o particularmente em confronto com o próprio campo da História Comparada. Segundo ela, enquanto a história comparada “ocupa-se fundamentalmente das diferenças e semelhanças” e frequentemente de “questões de causalidade”, já as histórias transnacionais, em franco contraste com relação a esses aspectos, “podem nos falar sobre circulação transnacional, história das trocas culturais, fenômenos internacionais” (COHEN, 2001: 24).

O historiador estadunidense Erik N. Jensen também apontou a questão da transnacionalidade da memória da perseguição nazista entre integrantes do movimento gay organizado em diferentes países, alavancada principalmente pelo elemento cultural:

Filmes, peças de teatro, estudos históricos e estratégias comemorativas produzidas em um país muitas vezes encontraram um público receptivo no outro. Esse compartilhamento refletiu e contribuiu para a qualidade transnacional da memória coletiva da comunidade gay e lésbica, na qual o cenário nacional de um evento histórico assumiu importância secundária em relação ao fato central de envolver gays e mulheres” (JENSEN, 2002. p. 339).

Conforme defendido pelo próprio José D’Assunção Barros (2014a), não enxergo o campo da História Comparada como oposto ao da História Transnacional e de suas outras derivações, como a História Interconectada, História(s) Cruzada(s), História Global e assemelhados. Todas podem ser usadas e complementarem-se entre si, afinal, são identificadas no mesmo campo de trocas e interconexões entre diferentes contextos historiográficos e sociais.⁷⁶ Em outro artigo, o autor prossegue seu raciocínio:

Com a História Interconectada, pode-se dizer que o historiador escolhe se deixar ser conduzido criativamente pelo seu tema, o qual – além de eventualmente ser capaz de levar à transcendência das tradicionais fronteiras nacionais ou regionais – pode deslocar-se através de diferentes grupos sociais, identidades étnicas, definições de gênero, minorias, classes ou categorias profissionais. Certos temas prestam-se mais particularmente a este livre fluir historiográfico – a este surfar do historiador através das ondas de um grande mar no qual parecem ter se dissolvido todos os recortes tradicionais (BARROS, 2014b, p. 280).

⁷⁶É preciso se ter em conta, ainda, que pode haver maior proveito científico no agrupamento das modalidades relacionais do que na insistência em investir na fragmentação desta interessante família de campos historiográficos. Os “procedimentos relacionais” – comparatismo, interconexão, entrelaçamento, cruzamento, apreensão de dinâmicas transnacionais – podem perfeitamente encontrar abrigo nas linhas de pesquisa de laboratórios e associações de historiadores preocupados em não se deixar imobilizar pela rigidez dos recortes historiográficos tradicionais. Esses procedimentos relacionais, além do mais, podem se combinar, e não são necessariamente excludentes uns em relação aos outros (BARROS, 2014b).

O autor também cita o historiador britânico Eliga H. Gould, que ressalta, ao discorrer sobre Histórias Cruzadas:

[...] mais do que insistir na comparabilidade de seus objetos ou na igualdade de tratamentos entre eles, as Histórias Cruzadas estão preocupadas com as influências mútuas, com as percepções recíprocas ou assimétricas, com os processos entrelaçados que se constituem um ao outro (GOULD, 2007 apud BARROS, 2014, p. 293-294).

É possível situar perfeitamente esse excerto na pesquisa que está sendo realizada aqui, visto que essas ligações e influências mútuas entre integrantes de um mesmo movimento, mas separados por quilômetros de distância, fora do espaço geográfico europeu, são nítidas ao analisarmos como cada periódico abordou a mesma questão sensível acerca de evento traumático sofrido em outro continente há poucas décadas atrás, cujas consequências ainda eram sentidas pelo coletivo. Mesmo com todas as diferenças que pudessem existir entre os coletivos — sociais, econômicas, identitárias, políticas, geográficas e etc. — é possível ver que o discurso de ambas, em sua essência, era o mesmo: nós temos consciência do que ocorreu, desejamos reparação e justiça para as vítimas — e vamos lutar para que tamanho crime não volte a ocorrer, não importa onde for e em qual circunstância.

Após esta introdução sobre a trajetória de ambas as publicações, veremos no próximo capítulo um aprofundamento sobre como a perseguição nazista aos homossexuais foi noticiada nestes veículos de comunicação alternativa — e como esse processo de transnacionalidade histórica de memórias traumáticas ajudou a consolidar as bases sociais e identitárias de um movimento que buscava sua (re)estruturação em contextos complexos de repressão.

3 CAPÍTULO TRÊS: A PERSEGUIÇÃO NAZISTA AOS HOMOSSEXUAIS VISTA POR DOIS PERIÓDICOS DE IMPRENSA ALTERNATIVA NOS ANOS 1970 E 1980

Os ativistas gays buscaram aumentar a vigilância da comunidade, destacando os paralelos entre o passado nazista e as formas contemporâneas de repressão estatal. Em fevereiro de 1980, o jornal gay Rosa Flieger anunciou: “O triângulo rosa... não é apenas uma lembrança do extermínio de gays no passado. Há opressão e discriminação contra os gays ainda nos dias de hoje. Deve ser estabelecido com precisão se esta opressão gay está mais uma vez marchando na direção de um estado policial geral”. O artigo levantou o espectro de um aparato parecido com a Gestapo emergindo das crescentes violações das liberdades individuais pelo governo (JENSEN, 2002, p. 327).

O assunto foi abordado por *Lampião da Esquina* quatro vezes, de um total de 41 publicações. Apesar do tema ser discutido logo no lançamento do periódico (LAMPPIÃO, abr. 1978, p. 5), só voltou a aparecer em meados de 1979, quando foi destaque na capa e no miolo (LDE, jun. 1979, p.1, 17), e em 1981, em duas edições em que o foco foi a peça teatral *Bent*, que retratava o cotidiano de dois homens homossexuais em um campo de concentração nazista (LDE, fev. 1981, p.14; mar. 1981, p. 13). Aqui é importante analisar cada uma dessas matérias separadamente. A primeira delas, uma nota de autoria do editor Francisco Bittencourt, toca em pontos extremamente sensíveis no que diz respeito à memória desse evento traumático como, por exemplo, as tensões travadas entre o movimento gay com a comunidade judaica em torno do fato (LDE, fev. 1981, p.14). Ocorreram muitas disputas memoriais em diversas ocasiões, o que se pode exemplificar pelas tensões nas celebrações de lembrança das vítimas do Holocausto.

Esse é apenas um de tantos casos sobre conflitos travados entre a comunidade judaica — e contra outros setores mais conservadores, que também se opuseram a reconhecer os homossexuais como vítimas do nazismo — e o movimento gay, especialmente dos anos 1970 em diante, quando as histórias das deportações para campos de concentração e/ou extermínio começaram a despontar no espaço público. Na nota publicada por Francisco Bittencourt em *Lampião*, são denunciadas as inúmeras resistências que o movimento gay britânico encontrou para incluir os deportados homossexuais nas homenagens às vítimas do Holocausto. Porém, não foi apenas no Reino Unido que tais episódios ocorreram. Muito tempo depois, já no século XXI, em 2005, o jornalista e ativista gay francês Jean Le Bitoux — que foi co-autor da biografia de Pierre Seel, já citado anteriormente — foi impedido pela polícia francesa de participar de uma celebração pública em memória às vítimas do Holocausto em Paris.

Imagem 12 – A perseguição nazista aos homossexuais é citada na estreia de *Lampião*



Fonte: (LAMPPIÃO, abr. 1978, p. 5)

Ken Settingington descreveu outra situação do gênero que ocorreu em Amsterdã, nos Países Baixos:

A comunidade gay não tinha permissão para participar das cerimônias nos campos de concentração ou nos monumentos memoriais da guerra. Em 1970, ativistas gays de Amsterdã chegaram ao Monumento Nacional, na Praça Dam, com uma coroa de flores de lavanda para homenagear os homens gays que haviam perecido. Os

ativistas foram presos, e a coroa foi retirada e denunciada como desonra (SETTERINGTON, 2017, p. 94).

Imagem 13 – Jean Le Bitoux tem sua entrada negada na cerimônia pública em memória às vítimas do Holocausto em Paris, 2005.



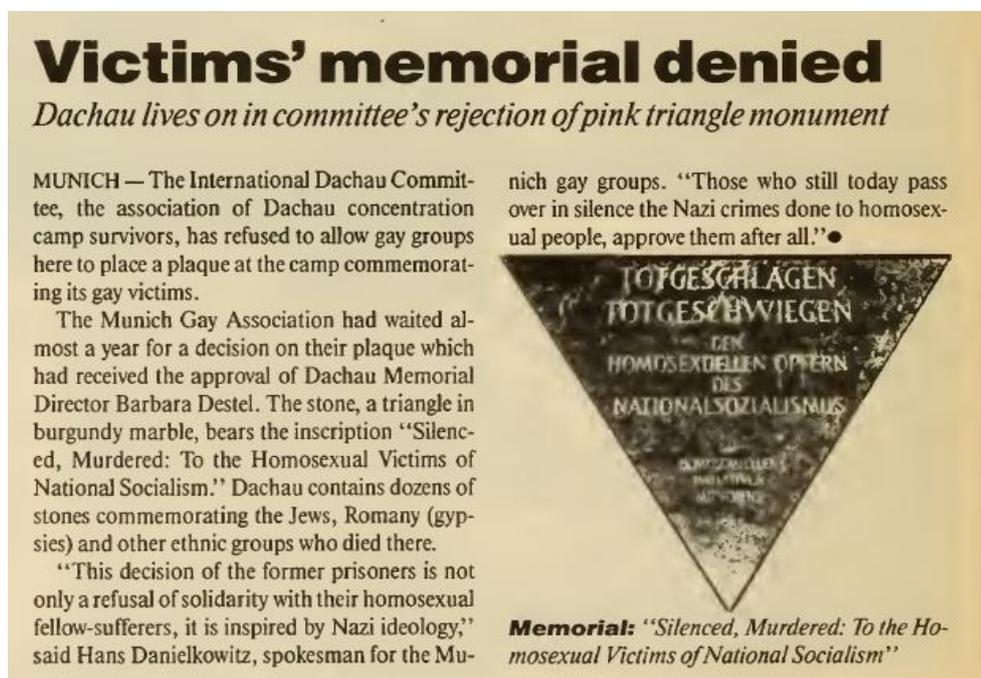
Fonte: (JEAN LE BITOUX, 2022).

The Body Politic abordou o assunto da perseguição nazista aos homossexuais 19 vezes num total de 135 edições publicadas. Em uma dessas ocasiões, ela também noticiou uma situação em que os homossexuais foram deliberadamente excluídos de cerimônias em memória às vítimas do Holocausto. Em sua edição número 47, foi publicada uma nota com o título “Judeus de Quebec se unem ao protesto americano” (TBP, out. 1978, p. 13). Nesta, um grupo de homossexuais judeus da cidade de Montreal, localizada na província de Quebec, no Canadá, protestava contra a atitude de um rabino estadunidense da cidade de Connecticut, que negou a inclusão dos homossexuais a um monumento em lembrança às vítimas do Holocausto que seria colocado na cidade: “Não estou lutando contra os gays, mas não vou insultar o povo judeu colocando-os no mesmo monumento que os homossexuais” (TBP, out. 1978, p.13).

Diversos grupos religiosos se uniram em favor da posição do rabino, fazendo com que a Comissão de Direitos Humanos local retirasse de maneira definitiva qualquer possibilidade de participação dos homossexuais na implementação do memorial. Tal atitude gerou dezenas de protestos de gays dentro e fora dos Estados Unidos, como o grupo de Montreal. Em 1986, a revista noticiou que a mesma polêmica tomou espaço em um antigo campo de concentração na Alemanha: a associação de sobreviventes de Dachau não aceitou que uma placa em

lembrança às vítimas homossexuais que ali tinham perecido fosse colocada no local (TBP, out. 1986).

Imagem 14 – TBP noticia sobre a recusa da Associação de Sobreviventes do Campo de Concentração de Dachau na instalação de uma placa em memória aos homossexuais que foram deportados.



Fonte: (TBP, out. 1986, p. 18).

Imagem 15– TBP destaca protesto contra a exclusão de vítimas homossexuais em memorial do Holocausto



Fonte: (TBP, out. 1978, p. 13)

Conforme salientado por Benito Schmidt (2022), o papel do movimento gay organizado, que começou a ganhar força a partir dos anos 1970, foi fundamental para que tais enfrentamentos pudessem ser travados em torno da luta por justiça e defesa em memória às vítimas homossexuais do nazismo. O preconceito à época era muito forte e resistente, principalmente comparando com o momento histórico de maior abertura e conquista de

direitos civis que vivemos hoje no século XXI, em muitos países ocidentais. Ainda assim, as pessoas que se enquadravam no espectro das homossexualidades⁷⁷ lutaram muito para que os deportados gays tivessem seus direitos de justiça e reparação garantidos e para que esse episódio de memória traumática não se perdesse na narrativa da dita “história oficial” e chegasse até os dias atuais. Nesses aspectos, o papel de diversos periódicos e revistas de afirmação homossexual para trazer esses testemunhos à tona, na maioria das vezes de caráter alternativo, foram essenciais para termos alcançado os avanços que se fazem presentes atualmente. Mas, como é possível ver, tudo isso veio com um preço pago a sangue, suor e lágrimas, literalmente.

Como mencionado, a segunda vez que *Lampião da Esquina* publicou sobre o tema, abordou-o como destaque de capa, e também com uma matéria de nome “De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais”, que ocupou uma página inteira (LDE, jun. 1979, p. 17). As informações gerais que temos sobre esse artigo — que foi publicado na seção “Ensaio” do jornal — são muito restritas. Não sabemos quem é o autor original nem qual dos editores traduziu o conteúdo para a publicação em língua portuguesa, pois tais informações não constam nem no próprio texto nem no editorial do jornal. Ao final, há o seguinte: “Este artigo foi publicado pela primeira vez em 1972, no *Boletim do Cidams*, 3. Posteriormente, várias revistas e jornais do mundo inteiro reproduziram-no, sobretudo na Itália, Suíça, França e Argentina” (LDE, jun. 1979, p. 17). Infelizmente, não consegui encontrar nenhuma informação mais detalhada sobre o que era o Cidams, mesmo com muitas tentativas de pesquisa *on-line*.

Vamos analisar de maneira mais detalhada o artigo. Ele começa descrevendo a repressão e a perseguição às homossexualidades na União Soviética, citando o escritor russo Máximo Gorki, que acreditava que o “homossexualismo” (*sic*) era um produto do fascismo. Esse era um preconceito muito latente às esquerdas da época, fosse na Europa ou na América Latina. O próprio *Lampião* foi muito crítico à posição das esquerdas em geral com relação aos gays. Na entrevista, anteriormente citada, ao portal UOL, João Silvério Trevisan (um dos editores) e Glauco Mattoso (que foi colaborador) relembram as muitas tensões que existiam à época com a “esquerda sisuda, cuja luta maior era a do proletariado” (TREVISAN, MATTOSO, 2016, n.p.). Ambos relembram a entrevista do atual Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, ao jornal (à época, uma importante liderança

⁷⁷À época, ainda não existia o termo LGBTQIAP+, portanto, todos que não se encaixavam na heteronormatividade, como gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros eram genericamente alocados no amplo conceito de homossexualidades, conforme já descrito e utilizado por outros autores (GREEN, QUINALHA, 2014).

do operariado), que afirmava “não conhecer homossexuais no movimento operário”, além de outras declarações polêmicas como “feminismo é perda de tempo” (TREVISAN, MATTOSO, 2016, n.p.). Após a publicação da reportagem, chegaram dezenas de cartas de leitores homossexuais do ABC Paulista (inclusive com cópias de RG), trabalhadores da classe operária, provando que sim, eles existiam. O já citado *O Pasquim*, veículo de imprensa alternativa que foi muito popular por fazer oposição ferrenha à ditadura civil-militar, era muito conhecido pelo alto teor de machismo e homofobia em seus números.

Imagem 16– Capas de *O Pasquim* e *O Pasquim do Sul*.



O periódico era conhecido por suas posições machistas e homofóbicas, mesmo fazendo oposição à ditadura civil-militar no Brasil. Foi na fase d’*O Pasquim* em que ele publicou “Todo Paulista é Bicha” que o periódico atingiu seu recorde de mais de 200 mil cópias vendidas. Fonte: (NOGY, 2018; PASQUIM DO SUL, 1987)

O artigo prossegue, porém, dizendo que na Alemanha nazista, local onde supostamente a homossexualidade era “incentivada” (segundo Máximo Gorki), os homossexuais também foram perseguidos, a começar pelo comandante das SA, Ernst Röhm, que era assumidamente gay e foi um dos primeiros a ser assassinados por conta de sua orientação sexual. O Parágrafo 175, que até aquele momento não havia causado muitos problemas e danos para a comunidade homossexual alemã, foi endurecido e aplicado com todo o rigor a partir de então. Com o advento das Leis de Nuremberg, a homossexualidade masculina passou a ser considerada um perigo para a “pureza da raça ariana”, portanto, deveria ser exterminada. Nesse sentido, pode ser considerada como parte central do artigo o

momento em que relatos de vítimas homossexuais do nazismo são descritos com toda a riqueza de detalhes:

Depois de julgados e condenados, os violadores do Artigo 175 passavam para as mãos da Gestapo (a polícia secreta do Estado) e eram enviados aos campos de concentração: Auschwitz, Dachau, Neuengame, Ravensbrück, Sachsenhausen, Natsweiler, Bergen-Belsen, Fuehlsbuettel, Fosenberg e outros mais: aí eram frequentemente castrados e mandados para os trabalhos mais repugnantes e mais pesados que acabavam acelerando seu fim: ou então tornavam-se bode expiatório para os demais companheiros de prisão, que os maltratavam e violentavam. O médico e escritor Classen Neudegg⁷⁸ publicou uma série de artigos no jornal de Hamburgo, *Humanistas*; aí ele fala de muitos casos de que soube ou que viu diretamente: “Os homossexuais já tinham sido torturados e morriam lentamente de fome ou por excesso de trabalho, tudo com uma crueldade inimaginável [...]”.

Então a porta da residência do Comandante se abre e um oficial do nosso grupo anuncia: “300 imorais serão reunidos por ordem”. Fomos registrados e então percebemos que nosso grupo iria ser isolado numa companhia de punições mais rigorosas; soubemos também que no dia seguinte seríamos levados para uma grande fábrica de tijolos, para trabalhos forçados. A fama dessa fábrica em liquidar com as pessoas era absolutamente terrível”. (A S.S. considerava o trabalho nas fábricas de tijolos como um terceiro grau de onde não se saía com vida; Kogon chama-as de “tritadoras”). Von Neudegg conta até mesmo sobre as experiências com fósforo em pessoas vivas – o que lhes provocava dores impossíveis de traduzir em palavras.

Nesses campos de concentração, os homossexuais eram marcados com um triângulo rosa sobre a manga ou sobre o peito, o que servia para distingui-los dos presos políticos (triângulo vermelho), dos ladrões (verde), das testemunhas de jeová (violeta), dos ciganos (marrom), dos judeus (amarelo) e dos criminosos (negro).

Conforme relato de uma testemunha no livro de Wolfgang Harthausen *O grande tabu*, somente no período de sua permanência em Sachsenhausen, foram eliminados a sangue frio de 300 a 400 homossexuais, mortos em consequência dos trabalhos forçados ou porque chegavam com os ossos dos braços e pernas quebrados. Apenas no campo número cinco de Neustrom, um terço dos prisioneiros era composto de homossexuais. Num processo contra um guarda acusado de outros cem homicídios, foi constatado que esse homem era especialista em lançar potentes jatos de água gelada contra o preso, até levá-lo à morte. Conta-se aí que suas vítimas preferidas eram os judeus e os homossexuais (LDE, jun. 1979, p. 17).

Devido à falta de fontes e de referências bibliográficas sobre a questão em outros periódicos, não é possível afirmar com toda certeza se houve pioneirismo de *Lampião* nesse aspecto, mas é possível que o jornal brasileiro tenha sido um dos primeiros a publicar material sobre a perseguição nazista aos homossexuais em língua portuguesa, além de talvez ser o primeiro a abordar o tema no Brasil. Dado o panorama descrito anteriormente, não era fácil

⁷⁸ L. D. Classen von Neudegg, pseudônimo de Leo Clasen (Neumünster, Schleswig-Holstein, Alemanha, 26 de junho de 1906) foi um médico alemão que acabou preso no campo de concentração de Sachsenhausen por causa de sua homossexualidade. Ele escreveu sobre suas experiências em 1954-1955 na revista homófila (termo utilizado à época para designar o movimento homossexual) *Humanitas, Monatszeitschrift für Menschlichkeit und Kultur*, que foi publicada em sete partes sob o pseudônimo de L. D. Classen von Neudegg. Seu relato é um dos registros mais significativos da experiência dos homossexuais perseguidos pela Alemanha nazista. Faleceu em 1972, entretanto, infelizmente não foi possível encontrar muito mais informações acerca de sua vida (LEO CLASEN, 2021).

encontrar leituras sobre o assunto naquela época, não somente pela vigência de leis discriminatórias como o Parágrafo 175, mas por existir muitos interesses políticos por trás da representação memorial das vítimas do Holocausto, conforme analisado neste trabalho. E, infelizmente, muitos historiadores resistiram em cumprir seu papel profissional de trazer à tona tais histórias, do espaço privado para o espaço público (devo pontuar que alguns até hoje possuem resistências em dar a devida importância à pauta). Mais uma vez, é importante reforçar que foi o movimento gay organizado quem desempenhou esse papel, no qual as publicações aqui abordadas tomaram parte atuante e ativista. Em artigo, *Lampião* pontuou a omissão dos profissionais em História sobre a questão:

Não existem muitos documentos sobre o tema, especialmente pela compreensível aversão dos homossexuais em tornar pública uma perseguição que a sociedade ainda pretende justificar e perpetuar; além disso, **muitos historiadores manifestaram indiferença ante o tema**, por associarem os homossexuais com delinquentes “comuns”, e reservaram todo seu interesse para os presos políticos (2 milhões de vítimas), ou para os judeus (os mais duramente atingidos: 6 milhões de mortos). Outros motivos dessa ausência de dados: o método usado pelos responsáveis dos campos de concentração para esconder seus crimes e, talvez mais importante do que todos os outros, o fato de que só sobreviveram muito poucos condenados, que poderiam contar os acontecimentos com mais precisão (LDE, jun. 1979, p.17, grifos meus).

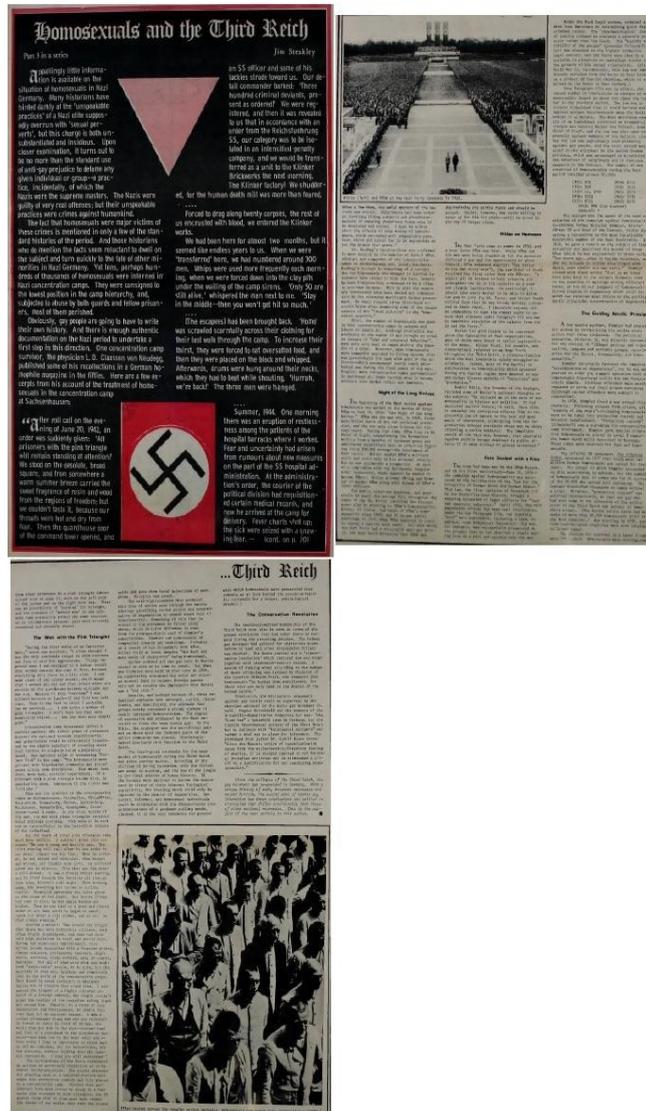
Imagem 171 – Lampião dá destaque na capa para artigo sobre a perseguição nazista aos homossexuais



Fonte: (LDE, set. 1979, p.1, 7).

Entre os últimos meses de 1973 e os primeiros meses de 1974, alguns anos antes do jornal alternativo brasileiro levar ao conhecimento de seus leitores esse episódio de memória traumática, *The Body Politic* já havia publicado uma série de artigos sobre o tema, inclusive transcrevendo o mesmo testemunho da vítima citada em *Lampião* — um perfeito exemplo do cruzamento de histórias e sua transnacionalidade, conforme já analisado (TBP, jan.-fev. 1974, p.2, 20-21). De autoria do historiador James D. Steakley (que se assinou como Jim Steakley), especialista em história do movimento de emancipação homossexual alemão e professor da University of Wisconsin-Madison, nos Estados Unidos, foi publicada uma série de quatro artigos em quatro edições, praticamente em sequência. Apesar do assunto não ter sido destaque de capa, como foi em *Lampião*, a temática foi muito mais extensamente trabalhada na revista canadense.

Imagem 22 – Edições de TBP falando sobre os homossexuais durante o Terceiro Reich



Fonte: (TBP, jan.-fev. 1974, p. 2, 20-21).

O primeiro artigo da série ocupou cinco páginas da edição número 9 e, sob o título “*The gay movement in Germany — part one: 1860-1910*”, narrou os primórdios do movimento gay no Império Alemão (TBP, 1973, p.12-16). Na edição seguinte, de número 10, a segunda parte: “*The gay movement in Germany — part two: 1910-1933*”, com mais cinco páginas descrevendo o período que até então havia sido o ápice do florescimento do movimento gay na Alemanha, durante a República de Weimar, com os bares, cafés e diversos locais de convivência para o público gay⁷⁹, além do Instituto para o Estudo da Sexualidade, comandado por Magnus Hirschfeld (TBP, jan.-fev.1974, p. 14-18). Na edição seguinte, três páginas foram dedicadas ao artigo “Os Homossexuais e o Terceiro Reich” (TBP, jan.-fev. 1974, p.2, 20-21). Como essa é a parte de maior interesse para esta pesquisa, é necessário analisá-la com mais atenção.

Curiosamente, o artigo não foi publicado em páginas subsequentes, como anteriormente havia ocorrido nas partes anteriores da mesma série. A primeira lauda aparece logo na segunda página, com a observação “continua na página 20” ao final, com seguimento nas páginas 20 e 21, respectivamente.⁸⁰ O autor então inicia sua explicação com a seguinte frase:

Esfantosamente, **pouca informação está disponível sobre a situação dos homossexuais na Alemanha nazista. Muitos historiadores sugeriram sombriamente as 'práticas indescritíveis' de uma elite nazista supostamente dominada por 'perversos sexuais'**, mas essa acusação é infundada e insidiosa. Após um exame mais minucioso, verifica-se que não é mais do que o uso padrão do preconceito anti-gay para difamar qualquer indivíduo ou grupo – uma prática, aliás, da qual os nazistas eram os mestres supremos. Os nazistas eram culpados de crimes muito reais; mas suas práticas indescritíveis eram crimes contra a humanidade. O fato de os homossexuais serem as principais vítimas desses crimes é mencionado em apenas algumas das histórias do período. **E os historiadores que mencionam os fatos parecem relutantes em insistir no assunto e se voltam rapidamente para o destino de outras minorias na Alemanha nazista.** No entanto, dezenas, talvez centenas de milhares de homossexuais foram internados em campos de concentração nazistas. Eles foram relegados para a posição mais baixa na hierarquia do campo e, submetidos a abusos por guardas e companheiros de prisão, a maioria deles pereceu. Obviamente, **os gays terão que escrever sua própria história.** E há documentação autêntica suficiente sobre o período nazista para dar um primeiro passo nessa direção. **Um sobrevivente do campo de concentração, o médico L. D. Claassen von Neudegg, publicou algumas de suas lembranças em uma revista homófila alemã nos anos cinquenta.** Aqui estão alguns trechos de seu relato sobre o

⁷⁹ Após a ascensão do nazismo, todos esses espaços foram fechados. Porém, uma exceção foi aberta por ocasião das Olimpíadas de Berlim, em 1936. Hitler rescindiu temporariamente a proibição e permitiu que vários bares reabrissem: os convidados estrangeiros não deveriam ter a impressão de que Berlim era uma “cidade triste”, segundo o próprio (TBP, jan.-fev. 1974, p. 21).

⁸⁰ Esse aspecto tinha a ver com a distribuição do texto na paginação prévia do periódico, onde, por exemplo, a tipografia reservava um número x de páginas para a reportagem título, com número y de caracteres, mas se o texto ultrapassava esse limite, nas páginas finais se reservava espaço para a continuação, incluindo tudo que não coube nos espaços previamente diagramados. Isso tem relação com o tempo de edição do periódico, ou seja, para facilitar a inclusão de artigos entregues de última hora. Agradeço ao meu orientador, Jocelito Zalla, especialista na temática de mercado editorial e publicações, que me ajudou a sanar essa dúvida pontual.

tratamento de homossexuais no campo de concentração de Sachsenhausen (TBP, jan.-fev. 1974, p. 2, grifos meus).

Nota-se logo de início que, assim como no artigo que foi publicado em *Lampião*, houve uma concordância com as críticas feitas aos historiadores que negligenciaram o tema, por não terem dado o destaque que ele merece. Nesse aspecto, é extremamente forte e significativa a frase de Steakley: “os gays terão de escrever sua própria história” (TBP, jan.-fev. 1974, p. 2). Foi nesse processo de escrita de sua própria história que as bases identitárias de um grande movimento se (re)construiu, processo no qual os periódicos aqui estudados são apenas dois dentre muitos exemplos de coletivos que tomaram parte atuante nessa trajetória em seus respectivos países. Apesar de serem poucas as fontes e de difícil acesso, elas existiam, com testemunhos e relatos sobre o que havia ocorrido com os homossexuais durante o período nazista, mais especialmente no Holocausto — e foi feito todo o possível dentro das possibilidades e limitações da época para que elas fossem conhecidas.

Coincidentemente, na revista canadense foi utilizado o mesmo testemunho publicado em *Lampião*: o médico alemão Leo Clasen, que usou o pseudônimo de L.D. Classen von Neudegg. Provavelmente, este foi um dos primeiros relatos de uma vítima homossexual do nazismo a vir a público⁸¹, antes mesmo do testemunho de Josef Kohout, que foi publicado em forma de livro no ano de 1972, sendo considerado um dos mais conhecidos internacionalmente e que inspirou a peça de teatro — e posteriormente o filme — *Bent* (1997), o que ajudou a popularizar ainda mais o martírio sofrido por gays no regime nazista. Porém, diferentemente do jornal brasileiro, o relato do médico alemão foi muito mais explorado pelos canadenses⁸². A transcrição do testemunho se inicia da mesma maneira em ambos: a convocação dos prisioneiros “triângulos rosa” para o trabalho forçado na fábrica de tijolos, que tinha a fama de liquidar rapidamente com a vida das vítimas. Como o parágrafo inicial trata-se exatamente do mesmo excerto que já foi aqui descrito na parte que analisa o ensaio publicado por *Lampião*, darei seguimento com os trechos posteriores do testemunho que foi mais extensamente abordado pela revista canadense:

⁸¹É difícil afirmar com toda certeza visto que, no momento de escrita desta dissertação, não possuo nenhuma fonte ou referência para sustentar a hipótese. Porém, é possível presumir tal fato, visto a data em que o relato foi publicado pela primeira vez — em 1954, pouquíssimo tempo após o fim da Segunda Guerra Mundial — e pelas dificuldades que se enfrentavam à época para tornar público tais relatos, como a vigência do Parágrafo 175 e outras leis discriminatórias pela Europa, além de todo o preconceito e resistência que diversos setores da sociedade tinham com essa questão, o que já foi comentado aqui.

⁸²Conforme citado na nota nº 77, o testemunho de Leo Clasen foi publicado em sete partes na revista alemã *Humanitas*, portanto, tratava-se de um material bem extenso, ainda que apenas um pequeno trecho tenha aparecido em *Lampião da Esquina*.

Forçados a arrastar vinte cadáveres, o resto de nós incrustado de sangue, entramos na fábrica de *Klinker* (tipo específico de tijolo). Estávamos aqui há quase dois meses, mas pareciam anos intermináveis para nós. Quando fomos 'transferidos' para cá, tínhamos cerca de 300 homens. Chicotes eram usados com mais frequência a cada manhã, quando éramos forçados a descer nos poços de barro sob o gemido das sirenes do acampamento. "Apenas 50 ainda estão vivos", sussurrou o homem ao meu lado. "Fique no meio - então você não será tão atingido". [Os fugitivos] foram trazidos de volta. 'Homo' foi rabiscado desdenhosamente em suas roupas para sua última caminhada pelo acampamento. Para aumentar sua sede, eles eram forçados a comer comida com excesso de sal, e então eram colocados no bloco e chicoteados. Depois, tambores foram pendurados em seus pescoços, que eles tiveram que bater enquanto gritavam, 'Hurrah, estamos de volta!' Os três homens foram enforcados (TBP, jan.-fev. 1974, p. 2).

Verão de 1944. Certa manhã, houve uma erupção de inquietação entre os pacientes do quartel do hospital onde eu trabalhava. O medo e a incerteza surgiram de rumores sobre novas medidas por parte da administração do hospital SS. Por ordem da administração, o mensageiro da divisão política havia requisitado certos registros médicos, e agora ele chegou ao campo para entrega. Os gráficos de febre dispararam; os doentes foram tomados por um medo corrosivo. Depois de alguns dias, o terrível mistério dos registros foi resolvido. Experimentos foram solicitados envolvendo seres vivos e fósforos: métodos de tratamento de queimaduras por fósforo foram desenvolvidos e testados. Devo ficar em silêncio sobre os efeitos desta série de experimentos, que ocorreram com dor indescritível, medo, sangue e lágrimas: pois é impossível colocar a miséria em palavras (TBP, jan.-fev. 1974, p. 20).

O autor provavelmente selecionou diferentes trechos do testemunho de Leo Clasen, pois nota-se que uma parte não é necessariamente continuidade da outra, descrevendo situações diferentes: a chegada ao campo de concentração e a seleção para o trabalho forçado na temida fábrica de tijolos; o terrível destino dos prisioneiros homossexuais que tentavam fugir do campo, e o testemunho ocular dos experimentos “médicos” com cobaias humanas. Visto que Clasen era médico, uma profissão apreciada pelos nazistas, muito provavelmente acabou sendo alçado a algum posto de trabalho mais relacionado à medicina, onde pôde presenciar a crueldade e brutalidade que se praticava com os prisioneiros que eram selecionados para tais experimentos e torturas, dentre os quais estavam os “triângulos rosa”.⁸³

Steakley faz uma breve pausa no testemunho de Leo Clasen para relatar o início da perseguição nazista aos homossexuais, com o assassinato de Ernst Röhm na chamada “Noite das Facas Longas”, em 1934. Nota-se aqui que, ao contrário de *Lampião*, que começou descrevendo os primórdios e a consequente repressão às homossexualidades no Terceiro Reich, a revista canadense optou por iniciar o artigo com o relato de uma vítima direta do

⁸³ Nesse sentido, um dos relatos mais conhecidos é de um médico e prisioneiro judeu de Auschwitz, o romeno Miklos Nyiszli. Trabalhou como assistente de Josef Mengele (conhecido como o “anjo da morte”), onde era o responsável por realizar autópsias nos cadáveres de prisioneiros assassinados que eram vítimas dos experimentos “médicos” chefiados por Mengele. Uma das situações que mais impactou o médico romeno foi conversar com um pai acompanhado de seu filho antes de serem assassinados: “Eu [...] tinha de examiná-los clinicamente antes que morressem e depois, nos seus corpos ainda quentes, fazer a autópsia” (NYISZLI, 1974, p. 168).

nazismo, que esteve em um campo de concentração. Já na revista brasileira, o testemunho da mesma pessoa também aparece, porém do meio para o final da lauda e de maneira mais resumida e sucinta.

É importante ressaltar que para a comunidade gay de fora do continente europeu, que estava construindo ou reconstruindo as bases de um movimento social, político e identitário, ter acesso ao que havia acontecido no passado com seus pares, ainda mais com testemunhos em primeira mão, era de muita relevância. Havia o sentimento de que se tamanha barbárie havia ocorrido há não muito tempo atrás, o que impediria de que não voltasse a ocorrer novamente? Francisco Bittencourt, um dos editores de *Lampião*, deixou o seguinte questionamento na já aqui comentada nota “Lembrando o triângulo rosa”: “Como podemos ver, a velha Albion continua quase a mesma. Aliás, a pergunta a ser colocada é: vivemos ainda num mundo vitoriano? A nossa esperança até agora era que Hitler e Mussolini tivessem sido os últimos” (LAMPIÃO, abr. 1978, p. 2). Era preciso, portanto, união para lutar. E para tal era necessário conhecer as histórias das pessoas que haviam enfrentado batalhas muito dolorosas há pouco tempo antes de si.

Michael Pollak descreveu esse fenômeno de identificação entre pares como “elementos constitutivos da memória” de um mesmo grupo:

Acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992, p. 201).

Ao tomar conhecimento do martírio dos homossexuais antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o movimento gay rapidamente se apropriou de um dos principais símbolos de memória da época: o triângulo rosa. Conforme já foi brevemente descrito na introdução deste trabalho, e que será melhor abordado no quarto capítulo desta dissertação, o triângulo rosa foi apropriado e rejeitado pelos homossexuais em diversos momentos, mas nunca esquecido. Sua simbologia e significado permanecem presentes até os dias de hoje, como uma lembrança. De certa forma, trata-se de uma espécie de “trauma cultural” do movimento homossexual. Nas palavras do sociólogo estadunidense Jeffrey C. Alexander: “o trauma

cultural ocorre quando membros de uma coletividade sentem que foram submetidos a um fato horrível que deixou marcas indelévels na sua consciência grupal, marcando suas memórias para sempre e mudando sua futura identidade de modo fundamental e irrevogável.” (ALEXANDER, 2004 apud SCHMIDT, 2022, p.68).

O artigo de TBP prossegue trazendo a visão que Hitler tinha da homossexualidade, ao comentar o assunto com um dos membros do Partido Nazista, Rudolf Diels. Em suas palavras:

Ele [Hitler] me ensinou sobre o papel da homossexualidade na história e na política. Destruíu a Grécia antiga, disse ele. Uma vez abundante, estendeu seus efeitos contagiosos como uma lei inelutável da natureza aos melhores e mais viris dos personagens, eliminando do processo reprodutivo precisamente aqueles homens de cuja descendência uma nação dependia. O resultado imediato do vício foi, no entanto, que a paixão não natural rapidamente se tornou dominante nos assuntos públicos se fosse permitida a propagação sem controle (TBP, jan-fev, 1974, p. 20.).

Outros dignitários nazistas têm seu posicionamento exposto, como Heinrich Himmler, comandante da SS. Era amplamente notório o seu ódio pelos gays, conforme já mencionado.⁸⁴ Retomando o testemunho do autor, uma vítima não identificada no texto conta como presenciou a morte de um prisioneiro “triângulo rosa”:

Ele era um homem jovem e saudável. A primeira chamada da noite depois que ele foi adicionado à nossa companhia penal foi a última. Quando ele chegou, foi agarrado e ridicularizado, depois espancado e chutado, e finalmente cuspidos. Sofreu sozinho e em silêncio. Então eles o colocaram sob uma ducha fria. Era uma noite gelada de inverno, e ele ficou do lado de fora do barracão durante toda aquela noite longa e extremamente fria. Quando amanheceu, sua respiração tornou-se um chocalho audível. Pneumonia brônquica foi mais tarde dada como a causa de sua morte. Mas antes que as coisas chegassem a isso, ele foi novamente espancado e chutado. Em seguida, foi amarrado a um poste e colocado sob uma lâmpada de arco até começar a suar, novamente colocado sob uma ducha fria e assim por diante. Ele morreu à noite (TBP, jan-fev, 1974, p. 21).

Outro sobrevivente não identificado faz o seu relato:

Eu vi um jovem bastante afeminado que era repetidamente forçado a dançar na frente de homens da SS, que então o colocaram com as mãos e pés acorrentados a uma viga no quartel da guarita e o espancaram da maneira mais terrível. Ainda hoje acho impossível pensar em todos os meus camaradas, em todas as barbaridades, em todas as torturas, sem cair na mais profunda depressão. Eu espero que você entenda (TBP, jan.-fev.1974, p. 21).

A partir daí, o artigo vai se encaminhando para a sua conclusão, com o autor fazendo breves reflexões acerca do caráter pseudocientífico das teorias de superioridade da raça aariana, mais uma vez citando as figuras proeminentes do Partido Nazista e suas posições claramente homofóbicas. A série acaba duas edições depois, no volume de número 13, datado

⁸⁴Ver nota de rodapé de número 28.

de maio-junho de 1974. Nas páginas 14, 15, 21 e 23 (nas duas primeiras, ocupando a folha inteira, enquanto nas duas últimas, ocupando apenas metade), Jim Steakley faz o encerramento com um artigo descrevendo o movimento homossexual alemão naquele momento em que se publicava a revista (TBP, maio-jun. 1974).

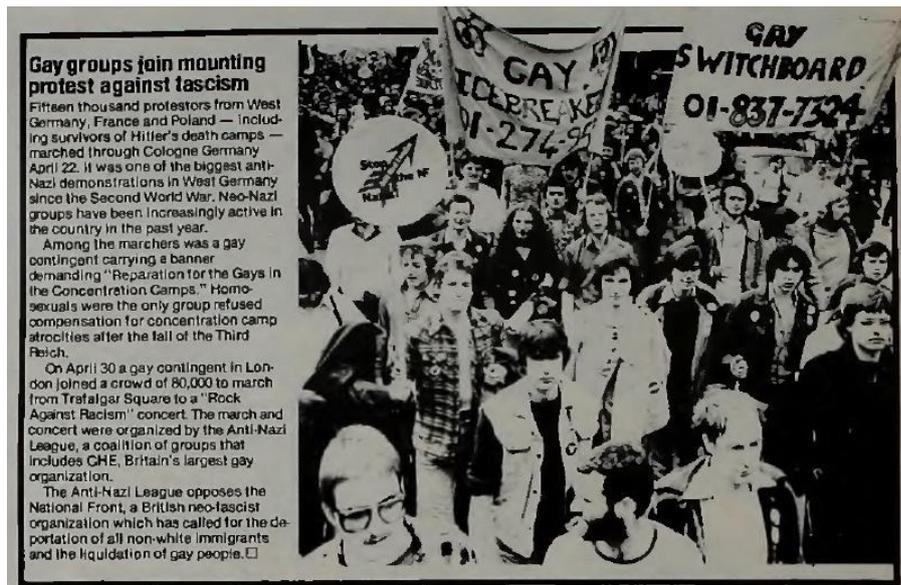
Com isso, percebe-se que em *The Body Politic*, quando o assunto da perseguição nazista aos homossexuais foi abordado de maneira mais extensa e detalhada, foi dentro de um contexto de “antes, durante e depois”, para que os/as leitores/as tivessem uma percepção geral e ampliada de um tema relevante e complexo. Mais uma vez, o público-leitor da revista foi levado a refletir: se na Alemanha, que era um dos locais com maior abertura para ser gay no mundo todo, havia ocorrido um genocídio em massa de homossexuais, o que impedia que o mesmo ocorresse em seu respectivo país, nesse caso, o Canadá? Esse era um dos motivos pelos quais era preciso resistir às censuras, criminalizações e perseguições que tanto a revista quanto a comunidade gay canadense como um todo vinham sofrendo nos anos 1970 e 1980.

Após a publicação dessa série, ocasião em que o assunto foi mais detalhadamente abordado pela revista, o tema continuou a ser destaque nas edições seguintes, em notas curtas e em reportagens mais extensas. Por exemplo, no número 44, de junho-julho de 1978, foi publicada a seguinte notícia: “Grupos gays se unem a protesto contra o fascismo”, sobre ativistas de países como Alemanha Ocidental, França e Polônia — incluindo sobreviventes dos campos de concentração — protestando em resposta ao aumento de grupos neonazistas que atuavam naqueles países à época (TBP, jun.-jul. 1978). Outra nota dizia:

“Entre os manifestantes estava um grupo de homossexuais carregando um banner que demandava ‘reparação para os gays [que estiveram] em campos de concentração’. Os homossexuais foram a única categoria [de vítimas] em que foi recusada a compensação pelas atrocidades [ocorridas em] campos de concentração após a queda do Terceiro Reich” (TBP, jun.-jul. 1978, p. 9).

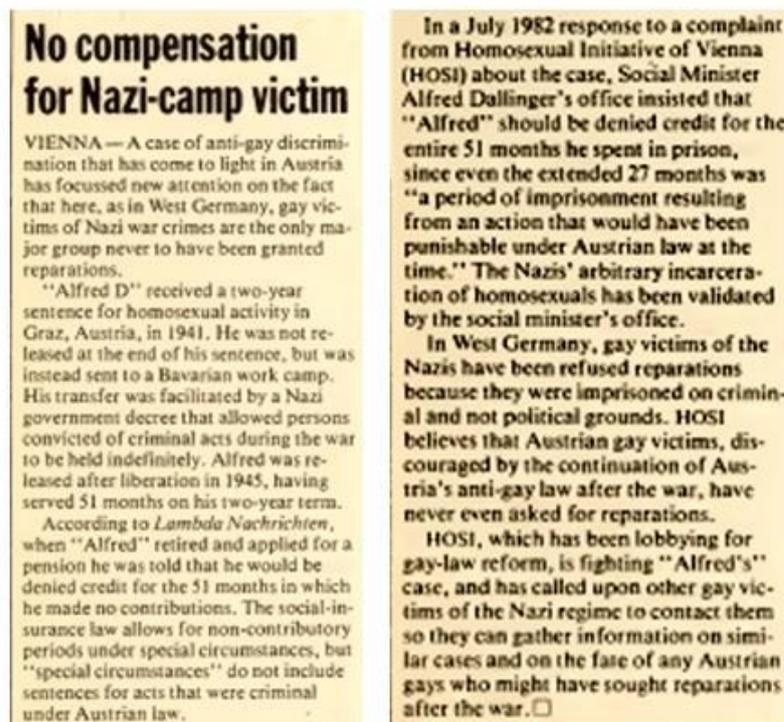
No final do artigo, é citada uma manifestação semelhante que ocorreu no Reino Unido. Tais reivindicações se justificavam pela recusa de governos de diferentes países em indenizar as vítimas que foram deportadas sob acusações pelo Parágrafo 175, a qual a revista também fazia questão de dar destaque, como, por exemplo, ao escrever sobre a falta de “compensação para vítima de campo nazista”, quando relata o caso do sobrevivente homossexual Alfred D., que teve sua indenização pelo governo austríaco, país do qual era cidadão, negada (TBP, dez. 1982, p. 17).

Imagem 18 – Manifestação de grupos gays contra o fascismo na Europa



Fonte: (TBP, jun.-jul. 1978, p. 9).

Imagem 19 – Governo Austríaco nega indenização para ex-prisioneiro deportado por homossexualidade



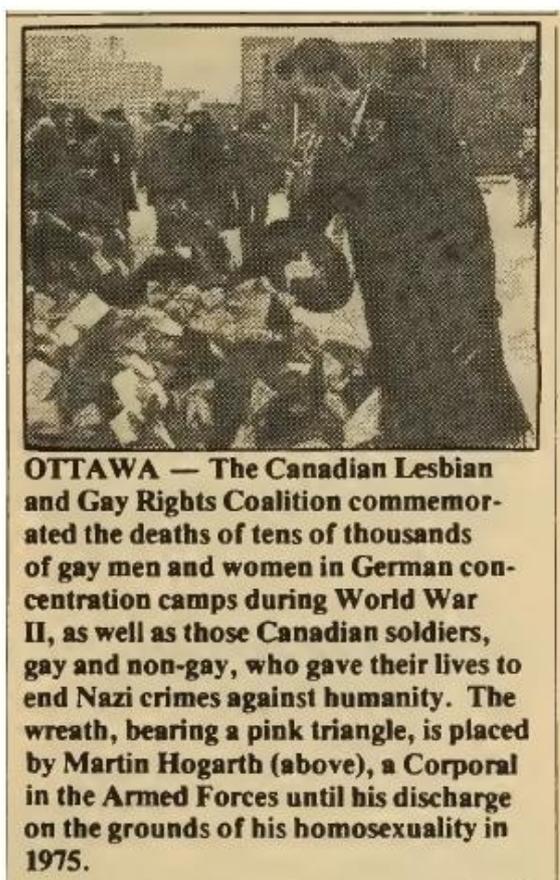
Fonte: (TBP, dez. 1982, p. 17).

Em abril de 1980, foi publicada uma nota com o título: "Relatório ignora destino de homossexuais no Holocausto" (TBP, abr. 1980, p.19). Tal documento, de autoria de um comitê do gabinete presidencial dos Estados Unidos — à época, o presidente era o democrata Jimmy Carter — era chefiado pelo sobrevivente judeu Elie Wiesel, que ficou mundialmente

conhecido após a publicação de seu testemunho, o livro *A Noite* (1955). Este importante registro não menciona em nenhuma de suas páginas os prisioneiros homossexuais, mas diz que “na tentativa de rebater essa crítica, representantes da comissão agora afirmam que as vítimas gays serão homenageadas no museu nacional do Holocausto proposto em seu relatório” (TBP, abr. 1980, p.19). Esse museu é o hoje reconhecido e consolidado *United States Holocaust Memorial Museum*, aberto ao público em 1993. Acerca da representação atual que os “triângulos rosa” possuem nesse local, o artigo de Benito Schmidt (2022) é uma importante referência.

Felizmente, as três e últimas notas curtas que a revista canadense publicou sobre o tema eram mais positivas no que diz respeito à lembrança dos “triângulos rosa”. Em sua edição nº 49, destaca um evento promovido pela “Coalizão canadense pelos direitos de gays e lésbicas” ocorrido em Ottawa, capital do país, em memória aos homens e mulheres homossexuais que perderam a vida em campos de concentração (TBP, dez. 1978/jan. 1979, p. 9).

Imagem 20 – Associações do movimento gay participam dos eventos de memória



Gays remember too

For the second year in a row, representatives of the Gay Alliance for Equality (GAE) in Halifax have placed a wreath on the cenotaph during Remembrance Day services.

This year Emerald Gibson and Gerald Gray laid a wreath reading “For the gay dead of all the wars” among the many others on the monument. “We also wanted to commemorate those gay men and women who died in Nazi concentration camps,” said Gibson.

Although one high-ranking member of the Royal Canadian Legion objected to GAE’s participation, Gibson said the Legion had invited GAE to lay the wreath this year.

Dois anos depois, é noticiado que a “Aliança Gay pela Igualdade” foi convidada a participar das cerimônias públicas do *Remembrance Day* (Dia da Lembrança)⁸⁵ em Halifax, na província da Nova Escócia (TBP, dez. 1980/jan. 1981, p. 17). Eles depositaram uma coroa de flores no monumento em homenagem aos mortos na Segunda Guerra Mundial com os seguintes dizeres: “Para os homossexuais que morreram em todas as guerras”. Emerald Gibson, uma das representantes da aliança, declarou: “Nós também queremos lembrar os homens e mulheres gays que morreram em campos de concentração nazistas” (TBP, dez. 1980/jan. 1981, p. 7). Ao final, é dito que um dos membros proeminentes da Legião Real Canadense (uma organização de veteranos), que não é identificado na reportagem, tentou impedir a participação da aliança no evento, mas não obteve sucesso.

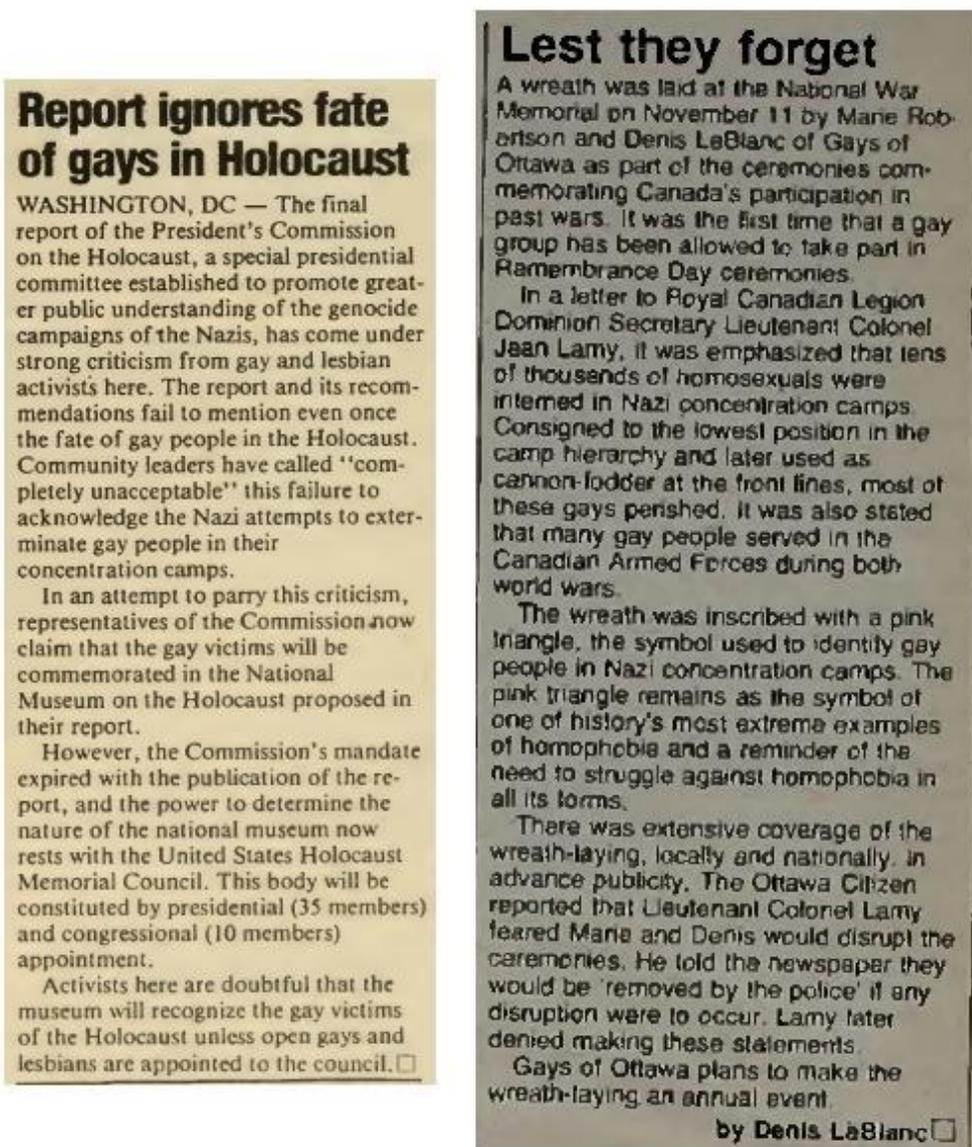
A revista noticia, em 1985, que a organização “Gays de Ottawa” foi autorizada – veja bem, não foi convidada, apenas autorizada— a participar da cerimônia pública em alusão ao *Remembrance Day* (TBP, jan. 1985, p. 7). Pela primeira vez, foi permitido que uma organização de representação homossexual fizesse parte do evento. O título da nota, “*Lest they forget*” (“Para que eles não esqueçam”, em tradução livre) faz um ótimo jogo de palavras com o lema oficial da celebração, que é “*Lest we forget*” (“Para que não esqueçamos”). Essa pequena e sutil modificação da frase original quer dizer que os homossexuais não esqueceram do que ocorreu com os seus, mas não podem dizer o mesmo da sociedade em geral — por isso o ‘nós’ foi trocado por ‘eles’ (TBP, jan. 1985, p. 7).

Em uma carta para o secretário da Legião Real Canadense, os ativistas argumentaram que centenas de homossexuais haviam sido deportados para campos de concentração nazistas; também lembraram que muitos homossexuais serviram nas Forças Armadas Canadenses durante as duas guerras mundiais. Na ocasião, depositaram uma coroa de flores em homenagem aos gays que foram vítimas do nazismo. Diz a nota:

A coroa foi inscrita com um triângulo rosa, o símbolo usado para identificar os gays nos campos de concentração nazistas. o triângulo rosa permanece como o símbolo de um dos exemplos mais extremos de homofobia da história e um lembrete da necessidade de lutar contra a homofobia em todas as suas formas” (TBP, jan. 1985, p. 7).

⁸⁵A data, comemorada em 11 de novembro, é feriado nacional nos Estados Unidos (sob o nome de Dia dos Veteranos de Guerra) e nos países da *Commonwealth*, da qual o Canadá faz parte (aqui sob o nome de Dia da Lembrança). Em todos, é lembrada a memória dos cidadãos que combateram e também os falecidos em conflitos armados, especialmente na Segunda Guerra Mundial. Nos países de influência britânica, que é o caso do Canadá, é tradição usar um broche de papoula vermelha na roupa, em respeito aos mortos.

Imagem 21 – Notas sobre o *Remembrance Day* e o *United States Holocaust Memorial*



Fonte: (TBP, abr. 1980, p. 19; jan.1985, p. 7)

A cobertura da imprensa acerca da participação de ativistas homossexuais pela primeira vez no evento foi extensa, com declarações polêmicas de um dos integrantes da legião dizendo que chamaria a polícia para prender os dois representantes do movimento gay presentes, pois suas intenções seriam o de "perturbar a cerimônia". Felizmente, tal incidente não ocorreu (TBP, jan. 1985, p. 7).

Além das notas curtas, a revista também publicou algumas reportagens maiores em que a temática apareceu de maneira mais secundária — como, por exemplo, com algumas entrevistas que fez com ativistas alemães, como Gerd Blömer, da cidade de Colônia. Na

uma breve explicação: *Bent* é uma peça de teatro de 1979, de Martin Sherman (com Ian McKellen na sua produção inicial no West-End, em Londres, e Richard Gere, na produção da Broadway, em Nova York), e que foi adaptada ao cinema pelo diretor Sean Mathias dezoito anos mais tarde, isto é, 1997. Ela trata da perseguição aos homossexuais no Terceiro Reich depois do assassinato do chefe da SA, Ernst Röhm. A peça é considerada um divisor de águas para a inserção dessa pauta na cultura popular, já que, à época de seu lançamento, as informações que circulavam sobre o assunto eram muito restritas e ainda não havia pesquisas acadêmicas consolidadas a seu respeito. Atualmente, a obra teatral é considerada um catalisador no estímulo para a pesquisa e educação sobre os “triângulos rosa” para além da comunidade homossexual, visto que a peça atingiu audiência mundial, sendo adaptada para diversos países, incluindo o Brasil (BENT, 2022). E, claro, as publicações aqui estudadas não deixaram de divulgar e analisar as adaptações.

Foi nos últimos números de *Lampião* que a peça *Bent* ganhou destaque (LDE, mar. 1981; jun. 1981). No primeiro deles, em uma entrevista (bem polêmica e tensa) com o diretor da adaptação brasileira, Roberto Vignati. Os entrevistadores não pouparam comentários ácidos ao profissional, que depois foi celebrado pela crítica especializada. Vejamos os pontos principais. Conduzida pelas “lampiônicas” (conforme os próprios se autodescreveram) Francisco Fukushima, Paulo Augusto e Zezé, a entrevista começa com o seguinte preâmbulo, que reforça o quanto a peça estava conquistando públicos variados, para muito além da comunidade gay:

Vignati é o diretor deste espetáculo, que vem alcançando um sucesso enorme nesta Paulicéia Desvairada, a um tal ponto de encontrarmos em sua plateia a presença de criaturas de todos os tipos: altos burgueses, bofes, cocotinhas, sapatões, bichas, trichas, heterossexuais, eteceteras e pasmem, queridinhas, policiais, sem cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo nas mãos, conforme constatei (LDE, mar. 1981, p. 13).

Francisco Fukushima começa elogiando o diretor, mas sem perder a oportunidade de dar uma leve alfinetada:

Roberto Vignati é uma pessoa muito sensível e respeitada no ambiente artístico. Já dirigiu com sucesso mais de uma dezena de peças, inclusive infantis, para o teatro. Para quem acompanha as novelas globais, uma dica: foi ele quem teve a infelicidade (ou será felicidade?) de dirigir a intragável ‘Pai Herói’, de Janete Clair (LDE, mar. 1981, p. 13).

Vignati começa respondendo uma pergunta de Zezé, que questiona quais foram as suas razões para trazer *Bent* ao Brasil:

Eu soube da peça quando ela tinha acabado de estrear na Broadway. *Bent* me interessou porque toda vez em que se fala em campo de concentração, os autores tratam dos problemas dos judeus, esquecendo-se dos homossexuais, ciganos, presos

políticos e criminosos. E pela primeira vez, um autor tinha feito uma pesquisa sobre as minorias reprimidas. Isso, de cara, me entusiasmou. Eu comprei a peça no escuro, sem conhecer o texto. Só conheci em novembro de 79, quando recebi o original (LDE, mar. 1981, p. 13).

O autor complementou, em outra resposta, que esperava ajudar que o tema do “homossexualismo” (sic) fosse tratado com mais profundidade no Brasil, pois até então só era abordado de maneira superficial. Os entrevistadores Paulo Augusto e Francisco Fukushima voltam a insistir na questão dos futuros lucros da peça, dessa vez de maneira bem mais incisiva:

Fukushima - Então você acha que esta peça é direcionada especialmente aos homossexuais? Eu estou sentindo que você está querendo faturar em cima do tema. Vignati (indignado) - Não, nunca procurei isso. É a imprensa que está transformando essa minha ideia. Na “Isto É”, por exemplo, saíram artigos colocando a peça numa superficialidade que ela não tem. E aí vai uma crítica a todos os críticos brasileiros: eles não sabem criticar. A única coisa que eles sabem fazer é contar a história da peça, entendeu? “*Bent*” é um espetáculo de impacto, que o público tem o direito de sentir. Parece que eles não sabem escrever. Eles exigem renovação da gente e do teatro, mas eles, como críticos, não buscam nada. Estão fazendo de “*Bent*” uma bandeira ao homossexualismo, quando na verdade é uma bandeira ao ser humano, principalmente o reprimido (LDE, mar. 1981, p. 13, grifos do original).

Os entrevistadores não se dão por satisfeitos com a resposta e voltam a cutucar:

Fukushima - Mas você quer faturar alto em cima dessa minoria reprimida... Vignati - Se eu quisesse faturar muito dinheiro, eu poderia ter traduzido o título da peça como “viado”. O termo “*Bent*” é pouco usado: significa homossexual⁸⁶, mas se aproxima muito mais das palavras entendido, que é a nossa gíria da década de 50, e viado, na força da expressão que ela tem em inglês (LDE, 1981, p. 13, grifos do original).

A entrevista prossegue, o diretor compara a Alemanha nazista de 1934 ao Brasil de 1980 no que diz respeito à inflação, sem temer qualquer tipo de anacronismo. Volta a reforçar seu temor de que a peça represente somente “o mundo gay” (embora seja de fato sobre os gays!) e perca sua “essência humana”. As “lâmpionicas” desejam saber se os atores da peça são homossexuais, ao que o diretor responde que não, dizendo, inclusive, que na seleção era pré-requisito não serem gays (!)⁸⁷. A resposta choca os entrevistadores, que logo apontam um suposto preconceito, ao que Vignati responde: “Não se trata de discriminação. Se fossem

⁸⁶Uma pequena errata na fala do diretor: a palavra *Bent* não significa nem é gíria para homossexual. Pode ser usada em diferentes contextos, mas as traduções literais são dobrado, curvado, torto etc. Inclusive, em *The Body Politic* é feito um jogo de palavras em uma reportagem sobre a peça: *Bent, but not broken* (“dobrado, mas não quebrado”, em tradução literal).

⁸⁷ Nesse momento, o diretor dá uma declaração bem polêmica e complicada acerca de como deveria ser o corpo do ator escolhido para o papel principal, que tinha de fazer um nu frontal: “O texto exige uma pessoa bonita. O nu é uma coisa muito importante, tem que ser belo. Se você botar alguém nu em cena e essa pessoa não tem um corpo bonito, eu já acho deplorável. É preferível aparecer com roupa. Ou então encontrar o belo. O rapaz foi escolhido aqui, no teatro, através de testes, onde concorreu com 42 pessoas” (LDE, mar. 1981, p. 13).

gueis já abririam caminho pra que o espetáculo fosse encarado como direcionado ao homossexual” (LDE, 1981, p. 13), sendo que a peça trata sobre homossexuais! Por fim, a entrevista é encerrada com essa pérola:

Paulo - Pra finalizar, uma coisa que não pode passar despercebida pelo *Lampião*: você é bicha ou não?

Vignati - Eu não tenho nenhum preconceito contra o homossexual. Cada um deve ser aquilo que acha que é. Todo ser humano deve assumir as suas condições.

Paulo (insistindo) - Não, não, não. Você, pessoalmente...

Vignati - Eu, na minha vida, assumi tudo que devia ser (LDE, mar. 1981, p. 13).

Imagem 23 – Matérias sobre a peça *Bent* em *Lampião*

Entrevista

“Bent”: para o seu diretor, uma bandeira dos reprimidos

A entrevista com Roberto Vignati, diretor de *Bent*, acontece em um momento histórico, quando o Brasil comemora o aniversário de 50 anos da Constituição de 1988. O texto de Vignati é uma reflexão sobre a liberdade de expressão e a diversidade sexual. Ele discute a importância de se falar sobre o tema e a responsabilidade dos artistas em representar a sociedade de forma justa e inclusiva. Vignati afirma que *Bent* é uma obra que busca humanizar e dar visibilidade a uma comunidade que tem sido marginalizada e discriminada. Ele defende que a arte deve ser um espaço de diálogo e de transformação social, e que o teatro pode e deve ser uma ferramenta poderosa para isso.

Paulo César Lezaola - Você foi o diretor de *Bent*. Como foi a experiência de trabalhar com uma obra tão importante e controversa?

Vignati - Foi uma experiência muito rica e desafiadora. Trabalhar com uma obra que aborda temas tão sensíveis e que tem sido tão discriminada no Brasil é uma tarefa muito grande. Mas acho que é justamente isso que torna *Bent* tão importante. É uma obra que busca humanizar e dar visibilidade a uma comunidade que tem sido marginalizada e discriminada. É uma obra que busca ser um espaço de diálogo e de transformação social.

Paulo César Lezaola - Você também é ator. Como é trabalhar em uma obra que aborda temas tão sensíveis e que tem sido tão discriminada no Brasil?

Vignati - É uma experiência muito rica e desafiadora. Trabalhar com uma obra que aborda temas tão sensíveis e que tem sido tão discriminada no Brasil é uma tarefa muito grande. Mas acho que é justamente isso que torna *Bent* tão importante. É uma obra que busca humanizar e dar visibilidade a uma comunidade que tem sido marginalizada e discriminada. É uma obra que busca ser um espaço de diálogo e de transformação social.



Kito Junqueira e Ricardo Petraglia, em Bent

A estréia de julho

BENT, Sherman, tem aquela grandiloquência questionável que marca as produções da Broadway. **Mandriems** à parte, o texto se destaca pela dignidade que empresta à figura do homossexual. Uma dignidade tão incomum que chega a surpreender: sem cair no proselitismo, mas também sem apelar para caricaturas risíveis, Sherman lida com seres humanos, nunca com estereótipos. Então, o que se tem são perfis dotados de uma grande justiça. Embora renegue as descrições banais e o chavão preconceituoso, ele não por isso se deixa seduzir pela imagem igualmente falsa dum super-homossexual, privilegiado no sentir e no saber. A homossexualidade é encarada como simples opção, perdendo assim sua carga diferenciadora e marginalizante: daí, tanto mais odiosas se tornam as perseguições que lhe são movidas pelo Sistema. No caso de **BENT**, o agente repressor é o nazismo. Como ponto de referência, temos o episódio que passou para a história como “a noite das longas facas”, que desencadeou a caça aberta aos homossexuais do III Reich, a partir de 1934.

Duma exatidão que beira o coumental.

Fonte:(LDE, mar. 1980, p. 13, jun.1981, p. 14-15)

Alguns meses depois, na última edição do jornal, foram publicadas duas críticas curtas para a peça, ambas muito positivas e com muitos elogios ao diretor (LDE, jun. 1981). Já a revista canadense, nas três edições em que tratou sobre o tema, o fez de maneira muito mais extensa e trabalhada comparado à sua homóloga brasileira – a exemplo do que ocorreu com os artigos específicos sobre a perseguição nazista aos homossexuais. *The Body Politic* publicou, em sua edição número 58, uma crítica de autoria do escritor canadense radicado no Reino

Unido, Mel Cooper, cujo título era "... *But not broken*" (TBP, nov. 1979, p.39).⁸⁸ De tom muito elogioso, o autor inicia fazendo uma longa análise sobre o contexto histórico com a "Noite das Facas Longas" — e praticamente conta todo o enredo da obra, com muitos *spoilers* — sobre a adaptação original da peça, à época em cartaz no West End londrino com a atuação do ator britânico Ian McKellen.

Imagem 24 – Adaptação original da peça *Bent* é destaque em *TBP*

film which serve as a platform for the selection of paragraphs from Freud, Heidegger and the philosopher of John Ruskin, whose voice is worth hearing to be sure but somewhat less grand than we find in the film. In contrast with the actuality footage is a series of agitprop clips of varying effectiveness. The clips sometimes provide laughs or songs, and sometimes fill in with continuous vitality the all-faded parts of our history (Hiroshima, for example, and even Strowell). At other times, the clips, delivered head-on with a Brechtian directness, enlarge the documentary material with incisive commentary. In the best of these the performers camp about in front of a tractor-mass-rack, primping and prancing as they mimic the tough posturing of the Maoist Man behind them and thereby succeed in exposing the dubious by-product of the gay civil-rights movement ("No nuclear war and the right to serve in the army.")

The clips, like the film itself, are ferociously unapologetic. There is not much of the 1970s Postmodernism in this utter refusal of sentimentality, respectability, and conventionalism. But now the movie is steep with his audience: rarely we've beyond the need for film, we can show our parents. *Play It Over* answered this and other needs. It was stirring in its intensity, its sense of the flowering of God's...

... *but not broken*

Best by Martin Sherman. Directed by Robert Chertoff. Royal Court Theatre, London.

Bent is a play about the persecution of homosexuals in Nazi Germany in the 1930s. It is based, as the programme takes trouble to announce, on fact. It is a harrowing plot, and while it is obviously of significant interest to members of the gay community, it is an impossible work for many other reasons as well. The play avoids cheap sentimentalism without in any way shirking its responsibility to deal with the sensationalistic elements inherent in its subject. Playwright Martin Sherman treats this difficult subject properly, and always keeps firm control of his material. The play invites the spectator's imagination to leap from the historically specific situation of Nazi-persecuted gays to the universality of any society against gays. Sherman clearly wants this play to have a paradigmatic function.

Bent opens in an ordinary Berlin flat with a morning after the night before sequence. It is almost a straight-up comic comedy. Max (the protagonist of the story, played in London by Ian McKellen) got drunk the night before, and knows that he has done something awful because Rudy (Jeff Rawle in London) his regular partner, is feeling hurt and endangered. Rudy reveals that Max had propositioned everybody at Coetz's, the night spot, he had managed to bring home a sexy blond in leather, "My own little secret trophy" the call-girl. The blond, who is still there in the flat, is a member of the SS. There is a knock at the door and several SS men in search of Rudy. Rudy and Max flee while the blond has his choice of. Now that they have been imprisoned in this flat, the SS will waste their sex.

The following scenes sketch the progression of the main in their twenty-eight days in the Nazis. Homosexuality is illegal now, as in the case of Jews, Gypsies, Communists, rabbis and other criminals. While living in a ghetto city, one must go to a special bar to escape to Aeschyra, the men are arrested at last.

Max, who is taken because of his loyalty to Rudy, is sent the best friend to a concentration camp in Rudy's death as the way to Dachau. He is taken away by another man, Hans, the other central character. It is a lesson in survival.

In the final scenes of the first half of the play, we see Max seeking out Hans to share some of the basic rules of food that Max can get by virtue of his position which he managed to obtain. Hans has warned him that the pink triangle marks lower than any other insignia. Hans is the only man on the camp who knows Max's secret. The details be-

come lives. *Army of Lovers* answers other needs. It's a racy and randunctious epic of our collectivity, a perceptive essay on (gay male) sexuality, a brazencoming of quarters to take us into the Righties, Uncle Wood is Out, *Army of Lovers* will likely never be released nor even shown commercially, as much because of its reputation of disrespect and respectability. The next, as he some of one or two out screens. Hopefully, it will be available nonetheless for groups and special screenings. That might be for the best: the way to use this buoyant film-culmination of the Stravinsky decade is not alone in front of the tube war in a crowd of strangers, but surrounded by other lovers and persons.

Thomas Waugh

... *but not broken*

Best by Martin Sherman. Directed by Robert Chertoff. Royal Court Theatre, London.

Bent is a play about the persecution of homosexuals in Nazi Germany in the 1930s. It is based, as the programme takes trouble to announce, on fact. It is a harrowing plot, and while it is obviously of significant interest to members of the gay community, it is an impossible work for many other reasons as well. The play avoids cheap sentimentalism without in any way shirking its responsibility to deal with the sensationalistic elements inherent in its subject. Playwright Martin Sherman treats this difficult subject properly, and always keeps firm control of his material. The play invites the spectator's imagination to leap from the historically specific situation of Nazi-persecuted gays to the universality of any society against gays. Sherman clearly wants this play to have a paradigmatic function.

Bent opens in an ordinary Berlin flat with a morning after the night before sequence. It is almost a straight-up comic comedy. Max (the protagonist of the story, played in London by Ian McKellen) got drunk the night before, and knows that he has done something awful because Rudy (Jeff Rawle in London) his regular partner, is feeling hurt and endangered. Rudy reveals that Max had propositioned everybody at Coetz's, the night spot, he had managed to bring home a sexy blond in leather, "My own little secret trophy" the call-girl. The blond, who is still there in the flat, is a member of the SS. There is a knock at the door and several SS men in search of Rudy. Rudy and Max flee while the blond has his choice of. Now that they have been imprisoned in this flat, the SS will waste their sex.

The following scenes sketch the progression of the main in their twenty-eight days in the Nazis. Homosexuality is illegal now, as in the case of Jews, Gypsies, Communists, rabbis and other criminals. While living in a ghetto city, one must go to a special bar to escape to Aeschyra, the men are arrested at last.

Max, who is taken because of his loyalty to Rudy, is sent the best friend to a concentration camp in Rudy's death as the way to Dachau. He is taken away by another man, Hans, the other central character. It is a lesson in survival.

In the final scenes of the first half of the play, we see Max seeking out Hans to share some of the basic rules of food that Max can get by virtue of his position which he managed to obtain. Hans has warned him that the pink triangle marks lower than any other insignia. Hans is the only man on the camp who knows Max's secret. The details be-

we watch them calculating how much slightly they can give up for survival.

The men, knowing the truth, for no other purpose than the command of authority, are not permitted to touch or talk to each other. Rudy is given in the form of standing at attention for three minutes every two hours. The actors stand far apart on the stage, staring out into the audience. In what is becoming the most famous scene in the play, Hans makes love to Max normally and brings them both to climax. It is loving that transcends specific setting and individuality. Hans demonstrates during the whole act is killed because of his physical disability, Max is forced to throw the body into the pit. In a soliloquy he recalls his true feelings: he loves Hans, he loves Rudy, and he wishes he could live without love and anxiety. After reflecting, Max jumps over the pit, and struggles with Hans' coat. He gets it on, with his

pink triangle, then weary, resigned, and defiant he backs into the fence. Hans has told him that genuine suicide is viewed by the guards as an act of defiance, a final exercise of the free will.

We must be grateful that here is a play with a gay subject speaking out not only for all gays and oppressed minorities, but also that it portrays the gay experience in a way which ultimately is representative of the human struggle to love and to grow, to understand and to communicate, and to achieve dignity and integrity. As theatre *Bent* is commanding. It achieves a tradition of the highest purpose: it achieves tragic poise with humour and compassion. Let us cherish it.

Martin Sherman is a tall slender American with a beard that is getting slightly grizzled. He has a soft-spoken manner and an overt gentleness about him that makes it odd with the rigour of the play. He tracks us as being at one with his work: sensitive, yet utterly assured and confident of what he intends. He has written for years, and his new work have amazed himself to the critical blunders of those who review his work. It is not clear that he is not receiving lines or overflows publicity, but that the criticism seems to lack a comprehension, an appreciation of the aims and achievements of his writing.

Sherman has been writing for years. He had several off-Broadway productions which outraged the critics. For the most part, although he's from the US, some of his happiest theatrical experiences have been in London, and before that at the Gay Sweatshop. His self-knowledge being greatly influenced by contemporary English theatre and acting conventions. The production of *Bent* is his greatest success so far, but it is not clear that this criticism is divided once more. I was interested in inferring the reason for this division of opinion. One of the actors was recently accused in a restaurant by a member of the audience who accused him of his responsibility of being associated with a play which has jokes set in a concentration camp. Martin Sherman feels that the play should be written on some people: homophobic bastards, especially for homosexuals who are secretly homophobic. "The kind of asshole who are attacking the play," he says, "are people who'd be going to movies in New York." The audience here are the heterosexual groups that good films get.

New York will get a copy of the play in its work when it opens on Broadway later this season. It is and find a copy, it is an exceptional piece of drama.

Mel Cooper

The play may be best from *Amber Lane Press, Amber Lane, Farnham, England, GB OX8 1 14th, for £2.00.*

Our contributors

Mel Cooper is a Canadian who lived in Oxford, England. John Bryson is an American Editor of *Gay World Magazine*. Michael Lynch is a writer who writes for *Gay World*. Thomas Waugh teaches at the University of Toronto. Alexander Wilson is a writer who writes for *Gay World*.

The *Body Politic* and *Body Politic* are both on the list.

© 1979 by *Gay World* by Donald Young (TBP, September) and *Gay World* by Donald Young (TBP, November) and *Gay World* by Donald Young (TBP, December) are published by *Gay World Press* in New York, New York, U.S.A. All prices quoted in TBP are in Canadian dollars.

NOVEMBER 1979

THE BODY POLITIC/39

Fonte: (TBP, nov. 1979, p. 39)

Na edição número 73, foram publicadas críticas sobre diferentes adaptações canadenses da peça, à época em cartaz nas cidades de Edmonton, Toronto, Vancouver e Winnipeg, não sem ocorrer uma polêmica com um parlamentar que se opôs à verba pública

⁸⁸Para uma maior compreensão do título, ver nota de rodapé de número 85.

*under Ackroyd*⁸⁹, esse texto é dotado de uma sensibilidade imensa, merecendo ser analisado mais detidamente (TBP, abr. 1981, p. 28-29).

Ele começa com um testemunho relatado por uma das vítimas dos “*bathhouse raids*” identificado apenas como Dan:

Oito homens estavam alinhados de frente para a parede do lado de fora do banheiro para que não pudessem ver a atividade atrás deles. "Olhos à frente", gritou um policial. 'Levante as mãos para cima', ordenou outro. "É uma pena que esses canos não estejam ligados a gás em vez de água", rosnou um terceiro, "porque assim poderíamos aniquilá-los". Dan ouviu o homem ao seu lado gemer baixinho: Por quê? Por quê?. Ele conheceu o homem apenas dez minutos antes de os policiais invadirem o local. Depois de ficarem na fila por uma boa meia hora, constantemente com medo de que os capangas os jogassem contra aquela parede, Dan sentiu a mão do homem se aproximando lentamente da sua. Sem sequer um sussurro, ela descansou lá. Contra a parede preta, uma pequena garantia. Os policiais não perceberam (TBP, abr. 1981, p. 28-29).

Michael Lynch não foi o primeiro a fazer tal comparação. Cinco noites após os “*bathhouse raids*”, ocorridos em fevereiro daquele ano, o autor percebeu que em uma manifestação havia dois homens com uma camiseta com os seguintes dizeres: “*Germany 1934, Toronto 1981*”. Dezenas de cartazes espalhados pela cidade substituíram o logotipo oficial da Polícia Metropolitana de Toronto pela suástica. Foi nesse contexto que a peça entrou em cartaz no Canadá. Apesar de sustentar tal comparação, Lynch faz uma crítica à ação e aponta um aspecto muito importante: “A Alemanha em 1934-38 era muito mais opressiva para os gays do que Toronto em 1981. O assédio dos tontos aqui leva à angústia e aos tribunais custosos e idiotas, mas ainda não à morte na cerca elétrica. Ainda temos tempo de nos organizar” (TBP, abr. 1981, p. 28-29). Aqui, parece-me que o autor fez uma comparação muito mais cuidadosa e fundamentada do que o diretor da adaptação brasileira, que simplesmente disse que a Alemanha de 1934 era o Brasil de 1980, dando como exemplo apenas a queda no poder de compra dos cidadãos brasileiros naquele momento específico, sem qualquer cuidado com as muitas diferenças econômicas e sociais existentes entre cada contexto. Podemos lembrar que tais batidas a locais de socialização gays também eram muito comuns no Brasil, tanto em locais públicos quanto privados, especialmente na cidade de São

⁸⁹Jack Ackroyd foi o chefe da Polícia Metropolitana de Toronto entre 1980 e 1984, época em que os homossexuais conheceram o ápice da perseguição policial na cidade com os já citados “*bathhouse raids*”. Sob sua gestão, ocorreu a maior prisão em massa de gays em todo o Canadá, com mais de 300 pessoas presas em apenas uma única noite. Grandes protestos se seguiram a esses ataques, que se tornaram um símbolo de união para a comunidade gay. Como tais incursões ocorreram no meio de uma eleição provincial, foi visto por muitos observadores, incluindo o jornal *Toronto Star*, que tamanho assédio foi politicamente motivado para ajudar o governo conservador no poder a obter a maioria. Este admitiu em uma entrevista que seu trabalho estava mais ‘politizado’, mas pontuou: “Não podemos forçar as pessoas a desistirem de seus preconceitos, nem mesmo policiais. Mas um policial tem que estar preparado para ser profissional. Eu posso ter alguns preconceitos pessoais sobre a escolha de estilo de vida dos homossexuais, mas isso não pode entrar no meu trabalho. Legal e moralmente, eles têm direito à proteção do departamento de polícia” (JACK ACKROYD, 2021).

respondida à altura por diversos intelectuais como o próprio Mel Cooper, um dos colaboradores de *The Body Politic*, e também por David Fernbach, tradutor britânico responsável pela edição inglesa de *The Man With the Pink Triangle*: “Além de ignorar o contexto histórico, o argumento de Dworkin inadvertidamente coloca um grupo oprimido contra outro. Pode ser divisivo impor uma hierarquia de sofrimento” (TBP, abr. 1981, p. 29).

Lynch teve uma breve conversa com o autor e diretor da adaptação original da peça, Martin Sherman, judeu e homossexual. Ele descreve algumas das inspirações que teve, como publicações do historiador Jim Steakley, que divulgou em *The Body Politic* uma série sobre o movimento homossexual alemão, incluindo o período nazista, e o livro de testemunho *The Man With the Pink Triangle*, de Josef Kohout. Sherman faz uma confissão sincera sobre a dificuldade que enfrentava ao refletir sobre as práticas sexuais conhecidas pela sigla BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo), que eram populares entre muitos homossexuais, após ler os relatos de Josef Kohout, que descrevia a maneira como os “triângulos rosa” eram torturados nos campos de concentração e/ou extermínio e a maneira como os nazistas se regozijaram com tais “espetáculos”⁹².

Guardadas as devidas proporções entre a prática sexual consentida entre adultos que é o BDSM, e a situação que é descrita por Kohout — as duas são completamente diferentes —, ainda assim, parece ter sido difícil para Sherman fazer essa diferenciação de maneira mais aprofundada. O criador e idealizador da peça conclui a entrevista dizendo o quão feliz estava por vê-la ser adaptada e encenada em diversos países, citando o Brasil como exemplo. Michael Lynch encerra um belíssimo artigo de duas páginas com uma importante reflexão: “Mas se quisermos aprender algo com *Bent*, podemos ver a aceitação da intimidade de Max e a declaração aberta de sua identidade sexual como suas armas finais contra o fascismo” (TBP, abr. 1981, p. 28-29). Em outra crítica anterior da obra, é dito: “O pessoal é político”⁹³, e *Bent*

⁹²Toda e qualquer infração cometida por um prisioneiro homossexual, por mínima que fosse, era punida com açoites no “potro”, uma espécie de cavalo de pau onde o prisioneiro era amarrado de quatro com as nádegas nuas para receber dezenas de chicotadas. O comandante sempre fazia questão de estar presente nas sessões de tortura. Quanto mais o prisioneiro gritava, maior era sua satisfação: “O comandante não saiu em nenhum momento e contemplou a execução com interesse mais que evidente: cada vez que era dada uma chicotada, seus olhos se incendiavam, e ao cabo de uns quantos golpes todo o seu rosto estava vermelho de excitação e luxúria. Estava com as duas mãos dentro da calça e todos podíamos observar que estava se masturbando, sem tampouco se importar com nossa presença”, segundo relato de Josef Kohout (HEGER, 2016, p. 68). Outro triângulo rosa, o sobrevivente de Buchenwald Rudolf Brazda, também conheceu um guarda nazista que tinha prazer em se masturbar ao ver os prisioneiros serem açoitados no potro, a quem os prisioneiros apelidaram de “Tia Anna” (SCHWAB, BRAZDA, 2011).

⁹³É importante ressaltar aqui que este é um lema popularizado pelo movimento feminista. “O Pessoal é Político”, também denominado “O privado é político”, é um argumento usado como slogan da reunião do movimento estudantil e da segunda onda do feminismo do final dos anos 1960. No contexto do movimento feminista das décadas de 1960 e 1970, esse conceito foi um desafio à família nuclear e aos valores familiares. A frase foi popularizada pela publicação de um ensaio da feminista Carol Hanisch, sob o título “*The Personal is Political*”

dramatiza uma nova urgência de colocar nossos triângulos rosa para todo o mundo ver” (TBP, 1979, p. 29), uma alusão à cena final da peça onde o personagem principal, antes de tirar a própria vida, veste o casaco de prisioneiro contendo o triângulo rosa, assumindo por fim sua verdadeira identidade.

Conforme foi possível constatar ao longo deste capítulo, com o devido recorte feito para esta pesquisa, o evento de memória traumática da perseguição nazista aos homossexuais era uma pauta presente no movimento gay organizado, principalmente na América do Norte, mas não somente lá. As associações e coletivos de defesa dos direitos dos homossexuais, ao reivindicarem essa memória e se valerem do triângulo rosa para tal, fizeram-no não apenas para tocar num assunto sensível do passado, mas também como símbolo de luta para as pautas do presente. Um dos usos mais recorrentes dessa narrativa se deu durante a pandemia de AIDS, surgida no final dos anos 1970, e que alcançou seu ápice na década de 1980. Alguns ativistas adotaram abordagens radicais para chamar a atenção sobre a gravidade da doença, que por muito tempo teve sua periculosidade ignorada por governos e autoridades políticas, principalmente pelo fato de as vítimas majoritárias serem os homossexuais, pessoas que já carregavam o estigma de uma sexualidade “desviante”. Larry Kramer, fundador da *ACT UP*, fazia associações diretas entre a mortalidade de gays pela doença ao extermínio de homossexuais no Holocausto, utilizando justamente o triângulo rosa em sua campanha mais famosa, a “*Silence = death*”. No capítulo a seguir, buscarei analisar e entender como tais usos políticos do passado, que até hoje chocam alguns setores da sociedade, foram realizados, com sua simbologia apropriada e, eventualmente, rejeitada por ativistas do movimento gay organizado de então.

em 1970, e tem sido repetidamente descrita como uma caracterização definidora do feminismo de segunda onda, feminismo radical, estudos das mulheres ou do feminismo em geral. O conceito também tem sido usado por algumas artistas mulheres como uma filosofia subjacente à sua prática artística (O PESSOAL É POLÍTICO, 2022).

4 CAPÍTULO QUATRO: USOS, RECUSAS E RESSIGNIFICAÇÕES DO TRIÂNGULO ROSA PELO MOVIMENTO GAY ORGANIZADO

Muitos casos históricos de morte em massa foram comparados a outros, mas poucas comparações inspiraram tanta raiva quanto aquela que une a AIDS e o Holocausto (CARON, 2010, p. 155).

Neste capítulo, com estilo mais ensaístico e livre, pretendo apresentar aos leitores os diferentes usos que o símbolo do triângulo rosa teve por diferentes setores do movimento gay, desde a pandemia de AIDS com a *ACT UP* até os dias de hoje. Aproveitando-me de que pude trabalhar com fontes da América do Norte, mais especificamente do Canadá, tive margem para analisar outros materiais de um contexto próximo, que é o dos Estados Unidos da América. Portanto, iniciarei essa análise a partir da experiência da comunidade gay estadunidense, visto que meu maior aporte de fontes e referências bibliográficas referentes ao tópico abordam a realidade do que ocorreu nos Estados Unidos — e onde também a maior parte de ligações entre a AIDS e o Holocausto foi feita, principalmente quando a disseminação da doença atingiu seu ápice, nas décadas de 1980 e 1990. Tendo este país uma enorme influência cultural sobre o restante do mundo, não foi difícil ver o quanto esse símbolo se espalhou por diferentes cenários. Começemos pelo princípio.

Em fins dos anos 1970 e início dos 1980, além da repressão policial, da censura e do preconceito que os homossexuais sofriam em diversos países — como vimos nos exemplos de Brasil e Canadá — infelizmente, algo muito pior estava por vir: a AIDS (sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). A doença é causada pela infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV, na sigla em inglês). Esse vírus ataca o sistema imunológico, que é o responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. O vírus é capaz de alterar o DNA dessa célula e fazer cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção (PARANÁ, s.d.). Com o sistema imunológico comprometido, a pessoa infectada pode facilmente ser acometida por qualquer doença e vir a óbito.

Hoje, felizmente, com o avanço da ciência e o investimento em pesquisas, o diagnóstico de AIDS/HIV não é mais considerado uma sentença de morte. Caso a pessoa diagnosticada faça o uso correto dos medicamentos antirretrovirais, em conjunto com acompanhamento médico regular, é completamente possível ter uma vida normal, sem sequer transmitir o vírus, caso a carga viral esteja indetectável. Porém, nada do que temos hoje era realidade no final dos anos 1970, quando os primeiros casos da doença foram notificados, muito menos nas duas décadas seguintes, quando ela já havia se tornado pandêmica, com

casos notificados no mundo todo. A pergunta que fica é: como o triângulo rosa, que remetia a um período histórico muito anterior ao surgimento da AIDS, foi parar no meio desse contexto?

Conforme descrito na introdução desta dissertação, a relação do movimento gay organizado com o triângulo rosa sempre foi conflituosa e com diferentes posicionamentos. Enquanto alguns militantes abraçavam o símbolo como um importante instrumento de vigilância⁹⁴ (para nos valermos do lema da editora canadense *Pink Triangle Press*, responsável por publicar e distribuir a revista *The Body Politic*), outros consideravam que o símbolo remetia à uma memória demasiado negativa, que era o nazismo — um exemplo desse tipo também serviu de epígrafe para a introdução desta pesquisa, com uma fala do ativista estadunidense Gilbert Baker. Com a disparada dos casos de AIDS, que acometeram majoritariamente a população gay masculina, já vítima de preconceito, ela passou a sofrer ainda mais ao assistir milhares de pessoas morrerem sem que governos tomassem iniciativas concretas para frear a disseminação do contágio. À época, a doença ficou conhecida como “câncer gay”.

Como acontece em todo o início do que vem a ser uma pandemia —o que, infelizmente, a COVID-19 voltou a nos mostrar— as chamadas “teorias da conspiração” ganharam muita força. Primeiramente, vindo de grupos ultrarreligiosos e conservadores que proclamavam exaustivamente que a AIDS seria uma espécie de “praga enviada por Deus para dizimar os homossexuais e seu modo de vida imoral” (sic). Dessa forma, os homossexuais, que já sofriam com o estigma e a marginalização, deixavam de ser apenas uma “ameaça moral” à sociedade para ser também uma “ameaça biológica” (SONTAG, 2022).

Porém, a própria comunidade gay também tinha suas dúvidas acerca das explicações científicas do surgimento da doença. Em nosso presente tempo, com a internet e a rápida disseminação de notícias (e de *fake news*), esse processo é ainda mais potencializado. Mesmo sem acesso ao aporte de tecnologia que se tem em pleno século XXI, o mesmo pode ser observado na década de 1980. Entre a comunidade gay estadunidense de diversas partes do país, diversas teorias conspiratórias se popularizaram rapidamente, como, por exemplo, a de que a AIDS teria sido produzida em laboratório (como uma espécie de arma química) e disseminada de propósito entre as populações mais marginalizadas e estigmatizadas da sociedade como forma de “higienização social”. O sociólogo estadunidense Steven Epstein

⁹⁴O historiador estadunidense Erik N. Jensen também citou o triângulo rosa como símbolo de vigilância: “Essa memória histórica, refratada no símbolo do triângulo rosa, mobilizou a vigilância contra a opressão contemporânea, desde ataques *queer* até iniciativas anti-gay” (JENSEN, 2002. p. 320).

(1997) se debruçou detalhadamente sobre tais teorias e suas diferentes recepções. Os ativistas homossexuais desconfiavam de tudo, principalmente das recomendações médicas que orientavam a não ter relações sexuais com desconhecidos (o que para os gays da época implicava num grande prejuízo às conquistas obtidas com a liberação sexual). Com o advento do preservativo, este também foi visto como uma possível arma de controle de natalidade para minorias⁹⁵ indesejadas nos Estados Unidos, como os negros e latinos. O cineasta afro-americano John Singleton era uma das personalidades que acreditava em tais teorias. Em entrevista ao *The New York Times*, declarou: “Se a AIDS fosse uma doença natural, teria sido há cerca de 1.000 anos [...]. Acho que foi feita para matar indesejáveis. Isso incluiria homossexuais, usuários de drogas injetáveis e negros” (EPSTEIN, 1997, p. 430).

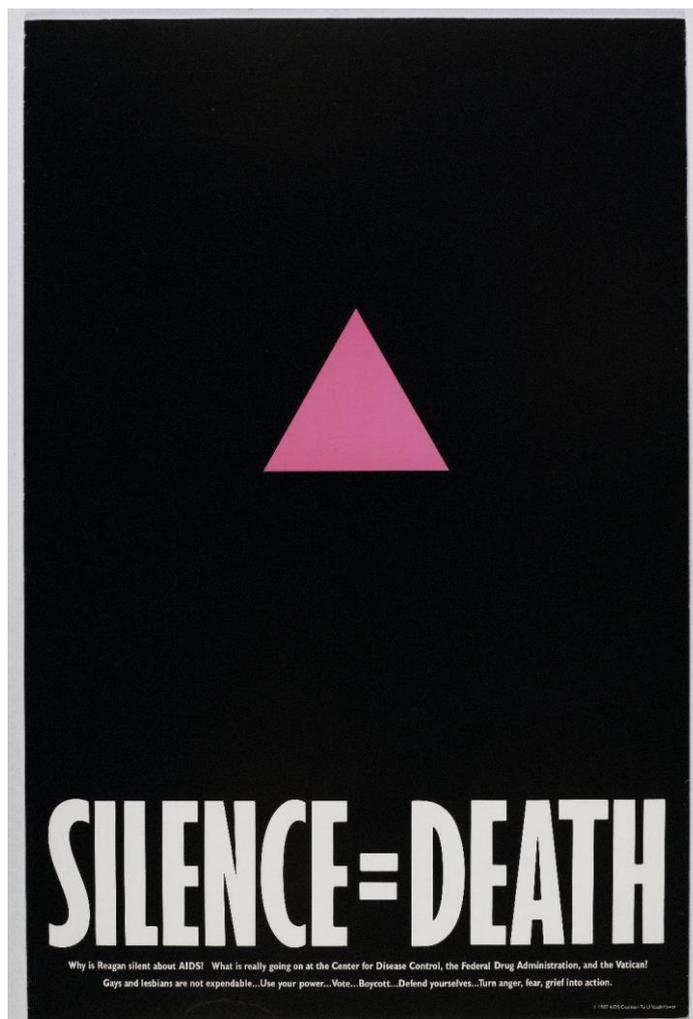
Visando chamar atenção para o cenário de calamidade sanitária, a *ACT UP* foi responsável por popularizar uma das mais — senão a mais — famosas campanhas de conscientização da AIDS/HIV, que correlacionou diretamente a pandemia da doença com o extermínio de homossexuais pelo nazismo, a “*Silence = death*”. O cartaz preto com um único triângulo rosa ao centro, seguido da famosa frase, é de autoria de seis artistas da cidade de Nova York (ver imagem 32). Idealizado por Avram Finkelstein (que era judeu), juntamente com Jorge Socarras, Chris Lione, Charles Krelloff, Oliver Johnston e Brian Howard, o pôster foi lançado em 1987 a partir de iniciativa própria de seus criadores, que o colaram por diversos locais da cidade. É importante frisar que a arte foi criada antes mesmo do surgimento da *ACT UP* (que iniciou suas atividades um mês depois), mas os artistas acabaram transferindo os direitos do pôster para a organização (SILENCE=DEATH, 2022).

Um dos fundadores do coletivo, o ativista Larry Kramer, não tinha medo da polêmica e fazia tais associações sem temer qualquer tipo de represália. Em um de seus livros, *Reports from the Holocaust: The Making of an AIDS Activist* (1989), o autor defendeu o que chamou de “genocídio por negligência”, culpando o governo estadunidense por estar agindo com completa indiferença diante das milhares de mortes que ocorriam:

Um Holocausto não requer um Hitler para ser eficaz. Certamente um Holocausto não requer intencionalidade deliberada por um ou vários ou muitos ou uma burocracia para ser eficaz. Holocaustos podem ocorrer, e provavelmente ocorrem com mais frequência, por causa da inação. Essa inação pode ser não intencional ou deliberada (KRAMER, 1989, p. 265).

⁹⁵É muito importante que não seja feita uma análise anacrônica de tais posicionamentos dos militantes do movimento homossexual de então. Podemos constatar, com a pandemia da COVID-19, que o negacionismo é extremamente perigoso para a saúde individual e pública, no entanto, naquele contexto, o grupo onde majoritariamente se encontravam as vítimas da doença era largamente marginalizado e estigmatizado, sofrendo repressões do Estado e da sociedade. Portanto, infelizmente, era normal que houvesse tais desconfianças e desobediências com relação às normas vindas dos departamentos de saúde pública.

Imagem 27 – *Silence = death*, campanha de maior expressão da ACT UP



Fonte: (BROOKLYN MUSEUM, 1998)

Este prossegue seu raciocínio ao dizer que Ronald Reagan (presidente dos Estados Unidos de então) e os funcionários de saúde de seu governo eram "iguais a Hitler e seus médicos nazistas realizando seus experimentos assassinos nos campos — não por causa de intenções semelhantes, mas por causa de resultados semelhantes" (KRAMER, 1989, p. 270). O dramaturgo judeu Tony Kushner⁹⁶ também comparou a resposta do governo estadunidense à crise de AIDS com o nazismo (JENSEN, 2002, p. 331).

Infelizmente, as sugestões que parte da sociedade oferecia como solução para a situação de calamidade pública e sanitária, de fato, suscitaram tais analogias: “A sugestão de alguns conservadores religiosos de que o governo dos EUA encarcerasse aqueles que testaram ser soropositivos compreensivelmente aumentou a ansiedade dentro da comunidade gay com

⁹⁶Tony Kushner é um dramaturgo e roteirista americano premiado com o Prémio Pulitzer de Teatro pela sua peça *Angels in America: A Gay Fantasia on National Themes*. Escreveu, com Eric Roth, o filme *Munich*, realizado por Steven Spielberg, sendo indicado ao Oscar de melhor roteiro adaptado (TONY KUSHNER, 2023, n.p.).

o retorno da perseguição ao estilo nazista” (JENSEN, 2002, p. 331-332). A inspiração para “*Silence = death*” também veio de um paralelo semelhante:

Finkelstein e outros desenharam o conhecido pôster logo após ficarem horrorizados com o apelo de William F. Buckley Jr. [comentarista político conservador] para que indivíduos HIV positivos fossem tatuados (após as críticas, Buckley admitiu que sua proposta ‘lembrava a todos de Auschwitz’) (AIDS-HOLOCAUST..., 2022, n.p.).

Apesar de ter sido bem sucedida, visto que o principal objetivo, que era chamar atenção para — nas palavras dos ativistas — um genocídio da população gay que estava em curso, o uso de tal metáfora correlacionando AIDS e Holocausto não foi um consenso na sociedade, muito pelo contrário. A abordagem agressiva da *ACT UP* e de Larry Kramer sequer era compartilhada por todos os integrantes do movimento gay, quem dirá fora dele. A filósofa Susan Sontag, uma das pensadoras mais proeminentes do século XX, foi uma das principais críticas dessa analogia: “O Holocausto foi infligido por seres humanos a seres humanos. É errado comparar uma situação em que houve culpa real com outra em que não há... A palavra [Holocausto] não deve ser usada metaforicamente” (SHNAYERSON, 2013, n.p.). Esta é acompanhada pelo pesquisador David Caron:

Na visão humanista dominante, comparar a AIDS ao Holocausto ainda é visto como degradante e excessivo e como um afastamento das normas coletivas de aceitabilidade que regulam o discurso político – em suma, como uma alegoria da própria extrema direita. Mas talvez mais do que uma ofensa aos judeus e uma apropriação desavergonhada, a comparação é amplamente considerada uma politização inaceitável de assuntos privados, como sexualidade, doença e morte (CARON, 2010, p. 148).

Não é minha intenção nem o meu desejo, neste breve e último capítulo, desenvolver essa discussão, que é extremamente complexa e polêmica. Meu intuito é apenas analisar os discursos e estratégias adotadas pelo movimento gay da época e suas recepções, tanto positivas quanto negativas. Entretanto, reafirmo que é difícil e leviano julgarmos, a partir do século XXI, com todo o conhecimento e tratamentos avançados que hoje temos sobre a doença e o vírus, as atitudes desesperadas de pessoas que já sofriam como contexto de grande preconceito social da época, decisões estas que foram tomadas para frear as mortes de seus companheiros de luta e também impedir suas próprias mortes. A própria *ACT UP* Paris desenvolveu melhor as explicações para o uso da metáfora à luz das intensas críticas que recebiam:

A organização convocou o que chamou de “Nuremberg da AIDS”, ou seja, um julgamento político destinado a determinar as responsabilidades dos funcionários do governo na disseminação da epidemia e na morte de seres humanos. [...] Ao mesmo tempo que pediam a acusação do presidente François Mitterrand, do primeiro-ministro Laurent Fabius e outros, também se anteciparam às críticas e tiveram o

cuidado de problematizar sua metáfora: “certamente não são nazistas, nem mesmo criminosos no sentido estrito do termo; certamente as vítimas da AIDS não podem ser comparadas a judeus, homossexuais, ciganos e oponentes políticos que foram sistematicamente massacrados pelos nazistas. Está fora de questão insultar e banalizar sua memória”. E eles imediatamente explicaram o verdadeiro propósito da comparação com Nuremberg: “Mas pedimos que um Nuremberg da AIDS signifique que tal julgamento poderia ter tanto impacto sobre a consciência da dimensão política desta epidemia quanto o julgamento de Nuremberg teve sobre a consciência da verdadeira natureza do nazismo”. Para o ACT UP, o papel da metáfora é racionalizar, compreender, educar: “definir com clareza quais são, em uma sociedade democrática, as responsabilidades dos governantes” (CARON, 2010, p. 149).

Mesmo com as diversas críticas que recebeu e com todas as polêmicas que foram levantadas a partir de tais comparações, a *ACT UP*

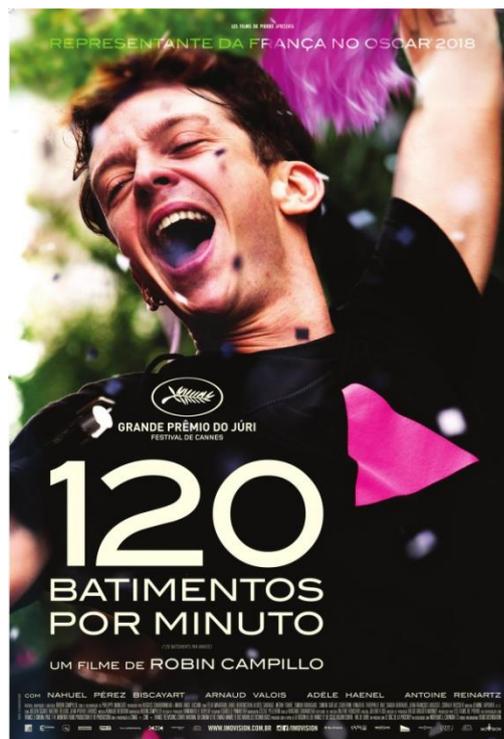
com embates enérgicos, conseguiram acelerar pesquisas de medicações antirretrovirais, pleitear menores preços dos tratamentos, chamar atenção social e midiática sobre o tema, além de conseguirem ampliar a assistência na saúde pública do país e formalizar alianças políticas com o parlamento norte-americano (GONÇALVES, 2022, p. 149).

Além disso, a organização cresceu e se expandiu em diversas filiais pelos Estados Unidos e no exterior. A mais expressiva delas foi a *ACT UP* Paris, que implementou na França a mesma analogia da pandemia de AIDS com o Holocausto, visto que o governo francês, assim como se via nos Estados Unidos, não se mobilizou para combater a pandemia com o rigor que esta situação exigia.

A metáfora da AIDS-como-Holocausto era especialmente comum em grupos franceses de ativistas contra a AIDS. A *ACT UP*-Paris foi ativa em traçar paralelos entre um exemplo bem conhecido de indiferença oficial à morte em massa em uma comunidade específica (o Holocausto) e aplicou isso à aparente indiferença do governo à crise da AIDS, que afetou grupos marginalizados. O fotógrafo francês Hervé Guibert, que morreu de AIDS, ficou conhecido por ter comparado seu corpo ao de prisioneiros do campo de concentração de Auschwitz. Alain Emmanuel Dreuilhe propôs que a AIDS foi um ponto de virada na história LGBT, semelhante ao que o Holocausto foi para os judeus (AIDS-HOLOCAUST METAPHOR, 2022, n.p.).

Assim como ocorreu nos Estados Unidos, a comparação também causou grande comoção na França. Uma importante referência do caso francês é o filme *120 battements par minute* (“120 batimentos por minuto”, em tradução livre), lançado em 2017. A película mostra a abordagem radical e agressiva da qual os ativistas da *ACT UP* Paris se valiam para pressionar por ações mais rápidas e concretas do governo e de seus órgãos de saúde nos esforços para o combate da pandemia. Baseado nas experiências pessoais tanto do diretor quanto do roteirista enquanto militantes da organização à época, a obra foi a grande vencedora do *Gran Prix* no Festival de Cannes em 2017, além de ganhar seis prêmios César (incluindo o de Melhor Filme). Também foi o representante da França no Oscar de 2018 (BPM, 2022).

Imagem 28 – Pôster do filme *120 batimentos por minuto*



Fonte: (120 BATIMENTOS..., s.d.).

Este é mais um caso em que podemos constatar a transnacionalidade de memórias compartilhadas entre ativistas do movimento gay de diferentes países, utilizando um símbolo nascido em um contexto de repressão no passado como meio de luta para as questões do presente:

Foi a partir do processo do trauma cultural da perseguição nazista que os homossexuais tomaram as rédeas da nova catástrofe, a AIDS, que os afetou durante a segunda metade do século XX, assim, definindo e reestruturando novos meios de enfrentamento à homofobia e reelaborações das suas memórias e trajetórias enquanto um coletivo de gente envolto em causas sócio-políticas que há muito precisava fazer oposição à opressão e ao ostracismo [...]. Era preciso que se recuperasse uma história pregressa de criminalização, marginalização social, perseguição política e estatal, para que uma nova geração de homossexuais tivesse os meios e as retóricas traumáticas e memoriais próprias para lidarem com uma outra onda de repressão sexual e identitária (GONÇALVES, 2022, p. 180-181).

Uma coisa é incontestável: o triângulo rosa transcendeu gerações e segue presente até os dias atuais no movimento que hoje conhecemos como LGBTQIAP+. Apesar da bandeira do arco-íris ser atualmente considerada o símbolo máximo de identificação do orgulho gay, o triângulo rosa permanece presente, principalmente em ocasiões de luta contra a opressão e o preconceito. Na quarta temporada de *RuPaul's Drag Race UK*⁹⁷, que foi ao ar entre setembro

⁹⁷Comandado pela lendária *drag queen* estadunidense RuPaul, trata-se de um *reality show* de sucesso em que diversos artistas da arte *drag* competem entre si pela coroa de campeã, além de um prêmio em dinheiro de US\$

e novembro de 2022, a *drag queen*⁹⁸ Cheddar Gorgeous — nome artístico de Michael Atkins — desfilou na passarela trajando uma roupa majoritariamente preta com diversos triângulos rosa, além de faixas com as inscrições “*Silence = death*”.

Imagem 29 – Cheddar Gorgeous lembra a luta da *ACT UP* no combate à AIDS



Fonte: (INDETETÁVEL..., 2022)

O tema do desfile era “*Tickled Pink*” (“Rosa Divertido”, em tradução literal). Uma matéria do portal *Digital Spy* assinada por Sam Moore, faz importantes considerações acerca da escolha de figurino feita pela artista:

Embora isso não seja exatamente novo no palco da *Drag Race* — em todas as temporadas do Canadá e dos EUA, houve pistas incrivelmente poderosas que abordam questões de racismo e o legado da escravidão — é uma raridade ver uma

100 mil dólares (na edição americana). O formato foi adaptado para diversos países, já tendo versões no Reino Unido, no Canadá, nos Países Baixos, na Tailândia, na Itália, entre outros.

⁹⁸Apesar do termo ser considerado contemporâneo, a primeira menção a ele data de 1870. A arte *drag* surgiu no teatro, quando as mulheres ainda não podiam atuar. Então, atores homens vestiam-se como mulheres para representá-las. Atualmente, a arte *drag* é extremamente plural, não se restringindo a gênero ou orientação sexual (DRAG QUEEN, 2018).

declaração como essa feita no desfile do Reino Unido, especialmente quando se trata de um tema como a crise da AIDS, que para muitos é vista como encerrada. Não apenas por meio de suas conversas com outras rainhas, mas também por meio de confissões, Cheddar é capaz de lutar contra esse silêncio histórico — e o estigma que ainda existe, que a própria Drag Race reconheceu no passado. Ela fala sobre a realidade dos "governos da época [que] estavam muito felizes em simplesmente deixar as pessoas morrerem" e que as pessoas com AIDS eram "negadas de cuidados médicos básicos" antes de morrerem sozinhas. Embora haja uma tentação de pensar na crise da AIDS como algo do passado, tanto a passarela de Cheddar quanto a conversa no episódio servem como um lembrete de que — embora não seja mais a sentença de morte que já foi - a doença ainda existe. A passarela de Cheddar é adornada com tantos triângulos rosa; as palavras "silêncio = morte" em rosa deixando as tiras pretas; maquiagem sangrando; e um triângulo rosa sobre a boca, silenciando-a — e ela dedica tudo isso a "qualquer pessoa que luta contra o estigma em torno do HIV" (MOORE, 2022, n.p.).

Segundo Sam Moore, durante o desfile de Cheddar, os jurados não fizeram os costumeiros trocadilhos e piadas que geralmente fazem com as roupas apresentadas pelas *queens*. A reação, de acordo com ele, foi similar à quando a *drag* Symoné, da 13ª temporada da versão estadunidense do show, entrou com um *look* que fazia referências ao movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). No dia 1º de dezembro de 2022, no dia mundial de luta contra a AIDS, Cheddar anunciou em seu perfil no *Instagram* que a roupa usada por ela no desfile seria leiloadada para as organizações *Terrence Higgins Trust* e *George House Trust*, duas instituições de caridade no Reino Unido para questões de HIV e saúde sexual (SIM, 2022). Além de ter vencido o episódio em que fez esse desfile extremamente significativo, trazendo um importante debate histórico e social para um programa de entretenimento que atinge uma larga audiência, a artista acabou sendo a vice-campeã da 4ª temporada do programa.

Por outro lado, na contemporaneidade, o triângulo rosa continuou sendo apropriado e utilizado de diversas maneiras, não apenas no que diz respeito à AIDS. Segundo Erik N. Jensen:

Para aqueles investidos na memória da perseguição, o triângulo rosa serviu a múltiplas funções: uniu uma população diversificada de homens e mulheres gays, mobilizou a ação política e forneceu uma estrutura interpretativa para experiências contemporâneas. O triângulo rosa também serviu para projetar a memória para fora e para dentro, tanto para não-gays quanto para gays (JENSEN, 2002, p. 346).

Ativistas gays na Rússia foram fotografados em manifestações usando camisetas pretas com o triângulo rosa enquanto iam presos; o candidato a deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo PT (Partido dos Trabalhadores), Vinicius Lara, utilizou o triângulo rosa como um dos seus símbolos de campanha nas eleições de 2018; a banda britânica *Bronski Beat*, famosa pelo sucesso de *Smalltown Boy*, utilizou o triângulo rosa como um dos principais destaques de sua identidade visual (o vocalista, Jimmy Somerville, chegou a posar

em uma sessão de fotos com uma camiseta da *ACT UP*). E esses são apenas alguns dos muitos exemplos disponíveis. Uma das apropriações mais comentadas ultimamente ocorreu no ano de 2017, quando agências de notícias do mundo inteiro repercutiram a denúncia da existência de campos de concentração para homossexuais na Chechênia.⁹⁹

Em entrevista à BBC, a jornalista russa Elena Milashina (que teve de fugir da Rússia devido às perseguições e ameaças que sofreu por exercer sua profissão) relatou: "Sabemos de quatro prisões secretas. Duas ficam em Grozny, a capital chechena, e há uma em Argún — que foi a primeira que identificamos — onde pessoas LGBT estavam sendo presas, espancadas, torturadas e assassinadas" (CAMPOS..., 2017). Na própria Rússia em si, a população LGBTQIAP+ já é criminalizada e perseguida desde 2013, quando o que ficou conhecido como “lei da propaganda gay” entrou em vigor no país. Em reportagem, a BBC repercutiu uma nova lei aprovada recentemente, que levou ao fechamento de inúmeros locais de socialização voltados ao público gay e à intensa censura de tudo que esteja relacionado às “relações sexuais não tradicionais” (VERNON, 2023). O *El País* foi outro portal de notícias internacional a dar destaque ao caso (BONET, 2017). Estima-se que a situação dos gays na Chechênia seja ainda pior. Em notícia mais recente (datada de outubro de 2022), dois irmãos foram condenados no país apenas por manterem um grupo no Telegram de apoio às pessoas LGBTQIAP+ (ONGS..., 2022).

Quando as primeiras denúncias sobre a existência de campos de concentração surgiram, o porta-voz da presidência chechena minimizou a questão, e alegou não existir homossexuais em seu país. Em nota, ainda acrescentou: “Se tais pessoas existissem na Chechênia, a lei não teria que se preocupar com elas, já que seus parentes teriam os enviado a um lugar de onde nunca voltariam” (CAMPOS..., 2017). Isso porque os homicídios pela honra são prática comum no país, em que a própria família pode matar um de seus entes como forma de limpar a imagem perante a sociedade, ou forçá-lo a cometer suicídio. A reportagem da BBC descreve inúmeros episódios de violência para com a população LGBTQIAP+ por parte do aparato estatal checheno, como encontros entre pessoas do mesmo sexo em locais onde a polícia os está esperando — ou seja, emboscadas. Em uma dessas ocasiões, mais de 100 homens gays foram presos pelas autoridades. Organizações e ativistas do mundo todo convocaram

⁹⁹A Chechênia é considerada, no momento de escrita desta dissertação, uma república autônoma pertencente à Federação Russa. De maioria muçulmana, o país lutou em duas guerras separatistas visando sua independência total da Rússia após o fim da União Soviética. Após a Segunda Guerra na Chechênia, que foi vencida pelos russos, Vladimir Putin alçou ao poder um de seus aliados, o checheno Akhmad Kadyrov, considerado um “fantoche de Moscou”. Atualmente, quem governa de maneira autoritária e ditatorial é Ramzan Kadyrov, filho de Akhmad, que dá continuidade ao legado de submissão à Rússia, inclusive, participando ativamente da invasão à Ucrânia, com o envio de tropas para a linha de frente.

manifestações e protestos contra a política de perseguições do governo. Em Birmingham, na Inglaterra, manifestantes marcharam com cartazes expondo o triângulo rosa sob a frase *Chechnya100* (em alusão às 100 pessoas presas pela polícia sob acusação de homossexualidade), além de exibirem o símbolo às suas roupas (HUNDREDS..., 2017).

Imagem 30 – Filtro que associa o triângulo rosa às perseguições aos homossexuais na Chechênia



Fonte: (ENTENDA..., 2017).

Nas redes sociais, internautas adicionaram um filtro às suas fotos de perfil associando o triângulo rosa à situação na Chechênia. Tais usos e apropriações também foram observadas pelo historiador Mateus Henrique Siqueira Gonçalves, que pontuou:

Tamanha é força da representação do triângulo rosa na cultura de movimentação sócio-política homossexual dos nossos tempos que em várias partes do mundo, seja em protestos avulsos sobre questões particulares ou em paradas do Orgulho LGBTI+, a imagem do triângulo rosa é notadamente reconhecida. A revista *Time* chama atenção para os protestos que aconteceram na Europa quando foi reportada a notícia que homens homossexuais estavam sendo enviados a campos de concentração na região da Chechênia por conta de suas orientações sexuais: “[...] do lado de fora da embaixada russa em Londres em abril de 2017, os manifestantes espalharam triângulos rosa com mensagens escritas “parem os campos de extermínio”. O triângulo rosa, com a ponta para cima ou para baixo, definitivamente, tornara-se o símbolo inconfundível e irrevogável do ativismo homossexual, seja para combater a homofobia ou a AIDS (GONÇALVES, 2022, p. 146).

Mas se engana quem pensa que foi somente o movimento gay que fez usos e apropriações desse importante símbolo. Até mesmo a Nike, marca multinacional de vestuário esportivo, desde 2012 possui uma linha chamada *BETRUE* (“seja verdadeiro”, em tradução livre). Com o objetivo de ajudar a tornar o esporte um meio mais inclusivo para pessoas LGBTQIAP+, segundo a mesma, a empresa lançou diversos produtos como calçados e roupas com símbolos relacionados ao orgulho gay, como o arco-íris e o triângulo rosa. O anúncio de lançamento da nova coleção mostrando dois tênis esportivos ornamentados com o triângulo rosa causou imensa controvérsia. O portal *The Root* publicou uma matéria para comentar o caso, com o seguinte título: “*Pride for Profit?*” (“Orgulho para lucrar?”, em tradução livre) (KAI, 2018). Esse foi um dos momentos em que ativistas e militantes recusaram a apropriação do símbolo, visto que ele carrega uma carga traumática extremamente densa e significativa (tanto no que diz respeito ao nazismo quanto à AIDS), e que não deveria ser utilizada por uma grande multinacional visando o lucro em cima de uma história de tamanho sofrimento para o movimento LGBTQIAP+. Surpreendendo a todos, a coleção contendo os dois objetos com o triângulo rosa foi anunciada no *Twitter* da Nike em junho de 2018 com a seguinte descrição: “recuperando o passado para capacitar o futuro” (GLASS, 2018, n.p.). Em comunicado oficial, a marca explicava a razão da escolha do triângulo rosa como adorno para os produtos, citando a perseguição nazista aos homossexuais e a luta da *ACT UP* no combate à AIDS. Em nenhum momento a empresa voltou atrás no lançamento dos produtos ou citou, naquele momento, qualquer tipo de repasse dos lucros das vendas para a *ACT UP* ou qualquer outra organização de defesa dos direitos LGBTQIAP+ (KAI, 2018).

Em protesto, diversos ativistas e coletivos da causa acusaram a empresa de *pinkwashing* (“lavagem rosa”, em tradução livre), termo que designa estratégias de marketing utilizadas por marcas ou produtos que adotam uma imagem e um discurso de simpatizante da causa gay visando unicamente o lucro, sem necessariamente incorporar o discurso à prática. Tal situação tem se tornado cada vez mais recorrente no capitalismo contemporâneo, dado à força de compra e consumo de boa parte do público *queer* (fenômeno que se popularizou na expressão *pinkmoney*, ou seja, “dinheiro rosa”).¹⁰⁰ No lançamento da coleção de 2022 (a *BETRUE* é lançada anualmente, sempre em junho, com novos produtos), o triângulo rosa já não figurava entre os calçados e peças de roupa. Na apresentação dela, encontrava-se em destaque o título

¹⁰⁰A editora *The Nib*, especializada em cartuns políticos e quadrinhos de não-ficção, fez um trabalho de crítica satírica acerca dessa iniciativa da Nike em monetizar em cima de um símbolo duplamente traumático para a comunidade LGBTQIAP+. Com o título de “*Brands Love Pride!*” (“Marcas amam o Orgulho!”), as tirinhas podem ser conferidas, em inglês em (LUBCHANSKY, 2018).

“Responsabilidade Social”. No trecho, a Nike ressalta as instituições beneficiadas pela empresa desde 2019 (sendo que a coleção foi lançada pela primeira vez em 2012):

Desde 2019, a NIKE já contribuiu com 2,7 milhões de dólares em doações em prol dos direitos das pessoas LGBTQIA2S+, com foco nos esportes. O objetivo é incluir todos os atletas, abrir portas no esporte e promover igualdade para as pessoas transgênero. Algumas das instituições que receberam essa verba foram *Athlete Ally*, *Out Foundation*, *Gender Cool Project*, *LGBT Sport Safe* e *GLSEN*. Para além dessas doações, a NIKE se promove como uma empresa aliada da causa e da comunidade, que apoia seus funcionários através de iniciativas e políticas internas, e que trabalha ao lado de instituições como *Human Rights Campaign*, *Gender Cool* e *GLAAD* para amplificar as vozes das pessoas LGBTQIA2S+ no esporte (ALVARENGA, 2022, n.p.).

Imagem 31 – Dois tênis da coleção *BETRUE* da Nike com o triângulo rosa



Fonte: (GLASS, 2018)

Não foi minha intenção fazer um extenso mapeamento de absolutamente todos os usos, apropriações e recusas que o movimento LGBTQIAP+, ao longo de toda a sua história e em todos os países, realizou acerca do símbolo do triângulo rosa. Com os exemplos anteriormente citados, respeitando as delimitações desta pesquisa, procurei demonstrar diferentes formas com que um evento de memória traumático do passado — representado por um símbolo específico —, que teve impacto na definição da memória e da pauta política do movimento gay nos anos 1970 e 1980 em países ocidentais (mais “centrais” ou mais “periféricos”, como Canadá e Brasil) é contemporaneamente resgatado e utilizado de diferentes formas, para fins de ativismo em diferentes contextos e até mesmo para fins comerciais. Tal fenômeno tem-se tornado objeto de estudo para os historiadores, em uma prática que atualmente é conhecida

pela nomenclatura de “usos políticos do passado”: “Eles ocorrem, por exemplo, quando personagens ou acontecimentos históricos são usados meramente para justificar ações, escolhas, ideias, sentimentos e agendas políticas do presente. Em geral ocorrem no espaço público” (MARQUES, 2021, n.p.).

O historiador Fernando Nicolazzi, um dos coordenadores do LUPPA-UFRGS (Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado), tem se dedicado ao estudo do tema. Em entrevista ao portal *Café História*, o pesquisador esclarece:

De acordo ainda com o historiador, a relação com o presente é uma das principais características dos usos políticos do passado. Ou seja, o foco desse campo de pesquisa está nas escolhas dos distintos grupos sociais ao rememorar, dialogar e representar elementos pretéritos. O que torna um passado presente? Quais os interesses de um determinado grupo em recorrer a acontecimentos passados? Para Nicolazzi, “a atenção daqueles e daquelas comprometidos com uma sociedade mais justa e democrática deve estar voltada para saber se alguns passados abertos não acabam por fechar possíveis futuros” (MARQUES, 2021, n.p.).

A inquietação levantada por Fernando Nicolazzi é compartilhada pela historiadora Cláudia Wasserman, professora da UFRGS e pesquisadora associada ao LUPPA, que ressalta que a contemporaneidade tem visto a emergência cada vez maior de tais usos, em que espectros políticos mais conservadores podem reivindicar uma memória baseada em mitos, analogias infundadas ou até mesmo distorções manipuladas do passado. Com isso, os historiadores precisam estar atentos ao analisar e discutir criticamente tais apropriações. Mas, no que diz respeito ao objeto de pesquisa aqui estudado, este é utilizado não como forma de celebração, reificação de ocasiões ou personagens históricos ou para culto a uma personalidade específica. É o lado negativo do passado que o movimento gay organizado vem sistematicamente convocando, desde os anos 1970, para atuar em prol dos interesses específicos desse grupo social:

Mas o passado também oprime, seja pela memória amarga a respeito dos massacres perpetrados por Hitler em nome da nacionalidade, ou pela lembrança cruel do autoritarismo nos países sul-americanos ou da atroz violação de direitos humanos nas guerras etc. [...]. Para os oprimidos, a reconstrução histórica e a apropriação de mitos do passado servem, por outra parte, como força identitária e que mantém vivas utopias relativas à libertação da opressão (WASSERMAN, 2007, p. 44-49).

E foi justamente para combater as opressões do presente que o movimento LGBTQIAP+ buscou no passado por contextos de repressão que julgavam ser similares aos que enfrentavam em sua época, em um processo de resgate memorial como aquele descrito pela teórica Aleida Assmann, mencionado na introdução deste estudo. Em outro artigo de sua autoria, “*The Holocaust – A Global Memory? Extensions and Limits of a New Memory Community*” (2010), a pesquisadora alemã identifica no trauma do Holocausto um evento de

memória transnacional (termo cunhado pela própria), valendo-se também de um conceito já anteriormente debatido neste estudo:

“Como o processo de universalização do Holocausto esvaziou o símbolo de seu significado histórico particular, ele pode ser usado para legitimar qualquer coisa, inclusive seu oposto” (Marchart et al. 2003, 332). Como referência universal e ícone global, é compreendida em países de todo o mundo. Através de representações como imagens, filmes, livros, eventos e discursos, o Holocausto se espalhou para se tornar um símbolo universal com ressonância global. Através da trajetória de seu reconhecimento mundial e de seu status de supertrauma de máximo prestígio, o Holocausto tornou-se também o paradigma contra o qual outros traumas históricos são enquadrados. As representações do Holocausto em museus e monumentos tornaram-se modelo e fonte para a representação de outros traumas históricos. As referências ao Holocausto são cada vez mais usadas para chamar a atenção para outros traumas e atrocidades. Nesta extensão metafórica, o Holocausto tornou-se um significante flutuante que está prontamente associado a todos os tipos de manifestações do mal moral, e que hoje pode invariavelmente ser aplicado a qualquer dor, destruição, trauma ou desastre (como em 'bombardeio holocausto', 'holocausto nuclear' e assim por diante). Nesse nível, o Holocausto realmente se tornou global. [...]. Na maioria das vezes, é usado para legitimar as próprias ações e para apoiar as próprias reivindicações de autoridade moral, reconhecimento e restituição (ASSMANN, 2010, p. 114).

Assmann afirma embasa sua posição apoiando-se em outros pesquisadores do tema, como o também já citado Jeffrey C. Alexander: “Os traumas coletivos não têm limitações geográficas ou culturais” (ALEXANDER, 2002 apud ASSMANN, 2010, p.111). Nas palavras da própria autora, “esta declaração de Jeffrey Alexander tem um significado particular quando aplicada ao Holocausto. Na estimativa geral, o Holocausto é um trauma coletivo de alcance universal e extensão global (ASSMANN, 2010, 98).

Outro autor utilizado por Assmann afirma que “O amplo uso de ‘Holocausto como metáfora’ confirma seu status como uma norma moral universal” (BAYER, 2008 apud ASSMANN, 2010, p. 110).

Obviamente, os usos recorrentes que têm sido feitos desse evento de memória traumática não passam incólumes de críticas e tensões, principalmente daqueles que defendem a tese de que o Holocausto seria um evento único e exclusivo de vítimas judias no contexto da Segunda Guerra Mundial, e, portanto, seu horror não deveria ser reproduzido nem banalizado de outras formas. Ainda assim, justamente devido ao fato deste acontecimento ter um caráter de transnacionalidade é que tais usos foram e continuam sendo feitos:

Na era da mídia global, onde a atenção se tornou a moeda de uma nova economia, o prestigioso símbolo do Holocausto é usado como uma alavanca universal para chamar a atenção para outras memórias coletivas marginalizadas. Hoje, é cada vez mais invocado como modelo para articular, analisar e legitimar outras memórias traumáticas em todo o mundo. A referência ao Holocausto não precisa necessariamente ser invocada em um espírito de vitimização competitiva, mas sim com o objetivo de estabelecer uma reivindicação de autoridade moral,

reconhecimento e restituição de traumas históricos que até agora receberam pouca ou nenhuma atenção (ASSMANN, 2010, p. 111).

Aqui, não me propus a analisar criticamente todos os possíveis abusos que possam ter sido cometidos contra a memória desses eventos e símbolos traumáticos que acabaram sendo apropriados e utilizados, nem de grupos que porventura possam ter se sentido ofendidos com tais analogias e associações; mas sim ver a persistência do passado cada vez mais presente em nossa contemporaneidade — só que, infelizmente, não por motivos de celebração e homenagens, mas por repressão e vigilância. O que me faz lembrar de um famoso excerto de Karl Marx, escrito antes do período e contexto aqui pesquisado, mas que pode ser útil à reflexão:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. É justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada (MARX, 2000, p. 6-7).

Observadas as devidas proporções — tenho plena ciência de que, na obra citada, Marx se referia às questões do materialismo histórico, como a teoria da luta de classes e da revolução proletária, a doutrina do Estado e o conceito de ditadura do proletariado, que, apesar de serem muito importantes, não são meu objeto de estudo aqui — entende-se o quanto as pessoas não necessariamente fazem suas escolhas de acordo com seu próprio livre arbítrio, mas são compelidas e influenciadas pelo contexto histórico e social em que vivem. Muitos homossexuais da década de 1980 que, inicialmente, não desejavam assumir-se — devido à imensa carga negativa que isso trazia perante a sociedade como um todo — o fizeram em apoio à intensa repressão, criminalização e marginalização que a comunidade sofreu coletivamente e que foi intensificada com o surgimento da AIDS. Ou seja, foram compelidos pela realidade social vivida naquele momento, o que sem dúvida representou um ato de imensa coragem e que fortaleceu o movimento enquanto grupo, auxiliando em sua sobrevivência e resistência coletiva.¹⁰¹

¹⁰¹Acerca da importância política, social e identitária em assumir-se, principalmente naquela época, deixarei a indicação de duas referências bibliográficas para aprofundamento: (SEDWICK, 2003; SOUTO MAIOR JÚNIOR, 2015, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte* (DIVINO..., 2018).

Esse processo de apropriação do passado que vimos anteriormente visava construir as bases de um movimento social, como também a reivindicar direitos em uma sociedade desigual. Tal fenômeno também foi objeto de estudo da filósofa estadunidense Nancy Fraser. Nas chamadas “políticas de reconhecimento”, a autora cita diversos exemplos que englobam “as minorias étnicas, raciais, sexuais e de gênero”:

O reconhecimento é visto através da lente da identidade. Nesta perspectiva, o que requer reconhecimento é a identidade cultural específica de cada grupo. O não-reconhecimento apropriado consiste na depreciação de tal identidade pela cultura dominante e o consequente dano para o sentido de *self* dos membros do grupo. Para se reparar esse dano, é necessário engajar-se em uma política de reconhecimento. Tal política visa a reparar o auto deslocamento interno através da contestação da imagem depreciadora que a cultura dominante faz do grupo de tal indivíduo (FRASER, 2002, p. 9).

No entendimento da autora, “os indivíduos inapropriadamente reconhecidos são impedidos de participar como iguais na vida social”(FRASER, 2002, p. 10), por isso a importância do movimento gay organizado em se apropriar politicamente de seu passado e ressignificá-lo em seu contexto de lutas no presente, visando não apenas um empoderamento identitário e social aos seus integrantes, como também uma conscientização da comunidade externa (ou seja, das pessoas cisgênero e heterossexuais)¹⁰² acerca dos diversos marcadores que impedem que pessoas *queer* estejam em um patamar de igualdade com o restante dos demais. Pois, segundo Nancy Fraser, é somente com uma mudança de status cultural em toda a sociedade que tais paradigmas de não-reconhecimento poderão ter um fim.

Este texto da filósofa estadunidense — que foi sua fala na aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ — é de 2002, mas infelizmente segue bastante atual e pertinente. O Brasil não vive mais sob uma ditadura civil-militar, entretanto, recentemente enfrentou quatro anos de políticas conservadoras de um governo autoritário de extrema-direita, período em que os direitos da população LGBTQIAP+ ficaram muito comprometidos no país. No último pleito nacional, em 2022, conseguimos eleger, pela primeira vez na história, duas deputadas federais transgênero (VASCONCELOS, 2022), mas ainda somos o país que mais mata travestis e pessoas trans em todo o mundo (LUCCA, 2023). O que esse aparente paradoxo quer dizer?

¹⁰²“O triângulo rosa também serviu para projetar a memória para fora e para dentro, tanto para não-gays quanto para gays. Sua exibição gerou perguntas de fora da comunidade, o que pode ter o efeito positivo de obter apoio e proteção da sociedade em geral” (JENSEN, 2002, p. 346).

Essa situação me faz pensar que, enquanto forças progressistas permitem que alcemos a uma importante esfera de poder duas mulheres pertencentes a um dos grupos mais marginalizados de nossa sociedade, que agora estão ocupando cargos políticos relevantes, por outro lado, naquele mesmo lugar, também se fazem presentes grupos conservadores e extremistas que contribuem para que pessoas justamente como elas continuem estigmatizadas e invisibilizadas no Brasil, colaborando para que suas existências sejam apagadas, reprimidas e ridicularizadas.¹⁰³ Guardadas as devidas proporções — e claro, sem ter a intenção de cometer qualquer tipo de anacronismo —, devemos lembrar que a Alemanha pré-nazismo dos anos 1920 era considerada uma das sociedades mais tolerantes à época em relação aos gays, lésbicas, bissexuais e travestis/transgêneros, para logo em seguida transformar-se num Estado totalitário que criminalizou e exterminou essas mesmas pessoas. Então, o que impede que retrocedamos após termos, com muito custo, conquistado direitos tão importantes? Infelizmente, o fascismo e o nazismo ainda atraem milhares de simpatizantes mundo afora, inclusive no Brasil.¹⁰⁴ Portanto, elegermos candidaturas de pessoas LGBTQIAP+ é essencial e muito importante, mas sequer temos tempo de comemorar tais mandatos, visto que, o Estado de Minas Gerais, que elegeu Duda Salabert, é o mesmo que elegeu Nikolas Ferreira.

Obviamente, houve muitos avanços e hoje temos direitos importantes assegurados, como, por exemplo, o direito ao casamento e a adoção de crianças por pessoas do mesmo gênero. Pessoas trans podem mudar seu nome de registro sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou determinação judicial. As chamadas “terapias de conversão sexual” (popularmente conhecida como “cura gay”) são proibidas por determinação judicial do STF (Superior Tribunal Federal) e ferem o código de ética do CFP (Conselho Federal de Psicologia). Da nossa Suprema Corte, também veio outra importante conquista:

Em 2019, o STF decidiu que a homofobia é um crime imprescritível e inafiançável. Na decisão, se entendeu que se aplicava aos casos de homofobia e transfobia a Lei do Racismo (Lei n 7.716/1989). O artigo 20 da lei em questão prevê pena de um a três anos de reclusão e multa para quem incorrer nessa conduta. Há, ainda, a possibilidade de enquadrar uma ofensa homofóbica como injúria, segundo o artigo 140, §3º do CP (A HOMOFOBIA..., 2022, n.p.).

¹⁰³O parlamentar Nikolas Ferreira, eleito pelo PL-MG (que foi, inclusive, o deputado federal mais votado do Brasil inteiro nas últimas eleições), subiu na tribuna da Câmara dos Deputados no último dia 08 de março de 2023 para fazer um discurso usando uma peruca, pois, segundo ele, “sentia-se mulher” naquele momento, em um claro ataque transfóbico.

¹⁰⁴Infelizmente, o neonazismo vem crescendo vertiginosamente no Brasil. Em pesquisa feita pela antropóloga Adriana Dias, especialista no tema, em janeiro de 2022 existiam 530 núcleos extremistas no país, reunindo mais de 10 mil pessoas ao total. Em fevereiro deste ano, um adolescente usando uma braçadeira com uma suástica no braço, explodiu bombas caseiras em uma escola no interior de São Paulo (GRUPOS..., 2022; BRAUN, 2023).

Porém, outros países nos dão o exemplo de que é possível avançar ainda mais... Um deles foi tema de estudo aqui: o Canadá. No momento de escrita desta dissertação, o atual Primeiro-Ministro, Justin Trudeau — filho de Pierre Trudeau, que era o governante à época dos eventos descritos em capítulos anteriores— é considerado um dos políticos mais simpáticos e aliados à causa LGBTQIAP+ na atualidade. Além de já ter participado de diversas edições da parada do orgulho gay em seu país, inclusive acompanhado pela esposa e por seus filhos pequenos (DREHMER, 2020), foi o primeiro líder mundial a participar de um episódio de *RuPaul's Drag Race*, em sua versão canadense (OLIVEIRA, 2022).

Tais atitudes vindas de um governante refletem diretamente na vivência de uma pessoa *queer* naquele país. Por diversas ocasiões, o Canadá vem sendo considerado um dos melhores países para ser LGBTQIAP+ no mundo, figurando em diversas listas elaboradas por diferentes portais e *sites* (ao digitar no *Google* “melhor país para ser LGBTQ¹⁰⁵ no mundo”, é difícil encontrar uma em que não figure o Canadá). Um deles, o *Viaja Bi*, um blog de viagens voltado para o público LGBTQIAP+, tem excelentes *posts* sobre a História LGBTQ¹⁰⁶ do Canadá e os Direitos LGBTQ no país (LEICK, 2019a, 2019b). Estes exemplos vindos do Canadá nos mostram que, mesmo após um contexto de extrema repressão, é possível avançar em direitos para as pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e todos aqueles que não se enquadrem no espectro heteronormativo.

Na escrita desta dissertação, busquei estruturá-la como uma espécie de “história com início, meio e fim”, seguindo uma cronologia: desde as bases mais antigas de um movimento gay que florescia no Império Alemão do século XIX, até sua quase completa supressão no século XX com a ascensão de um regime totalitário que teve nos homossexuais um dos principais grupos visados ao extermínio. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, algumas décadas depois e fora do Continente Europeu, quis observar como esse episódio de memória traumática foi chegando ao conhecimento dos ativistas homossexuais que estavam (re)construindo as bases de um movimento com intensas lutas contra a criminalização que sofriam em seus países, mas que ainda assim julgaram importante conhecer e informar aos seus pares sobre um evento de intensa repressão ocorrido no passado. A partir daí, principalmente com o advento da pandemia de AIDS, foi possível observar diversas apropriações (e até mesmo rejeições) de usos dessa memória que foram sendo feitas, em um processo que ainda vem acontecendo atualmente.

¹⁰⁵Aqui estou utilizando uma sigla que ainda é majoritariamente comum e utilizada na internet como um todo, visando expandir os resultados das buscas pelo que eu procurava encontrar.

¹⁰⁶Sigla utilizada pelo autor do *blog*, que resolvi preservar na mesma grafia como este a colocou.

Conforme me aprofundei nas fontes e na bibliografia, assim como também no processo de imersão da escrita, pude constatar algo que não me surpreendeu: os ativistas do movimento gay organizado de diferentes gerações foram se amparando uns nos outros em seus contextos de luta e militância. Só foi possível para os sobreviventes homossexuais do nazismo trazer seus relatos à público graças a uma mobilização dos gays das gerações seguintes, que fizeram esse importante elo de ligação entre passado e presente:

Pois, de forma irremediável, são esses homossexuais das gerações seguintes que sustentam uma memória de um passado relativamente distante e que diz muito sobre uma homofobia do presente, sustentando, assim, uma história pregressa de violência contínua da qual ainda não conseguimos nos livrar completamente (GONÇALVES, 2022, p. 124).

O historiador Mateus Henrique Siqueira Gonçalves cita o exemplo que ocorreu na Alemanha, demonstrando o quanto esse fenômeno atingiu diversos países, outro exemplo da transnacionalidade dessas memórias, em que a imprensa alternativa teve papel fundamental:

A organização e os esforços da imprensa homossexual e ativista do período também foram fundamentais para que a memória dos homossexuais perseguidos sob o nazismo fosse tratada publicamente na Alemanha Ocidental. Denunciando práticas abusivas no presente como o contexto de homofobia estatal protagonizado durante a metade da década de 1970 pelo governo Bonn e sua política de natureza fascista, essa imprensa fez associações diretas entre a homofobia exercida na era nazista e no seu presente em caráter de continuidade e permanência. Há uma explícita evocação do passado com o propósito de fazer política identitária (GONÇALVES, 2022, p. 139-140).

E é justamente porque pessoas LGBTQIAP+ continuam sendo perseguidas e criminalizadas em diferentes lugares até os dias de hoje, em pleno século XXI, que essa memória persiste não como um episódio vergonhoso e triste de um passado distante, mas como algo que infelizmente pode voltar a ocorrer (se é que já não vem ocorrendo, conforme denúncias que chegam de países onde há perseguição ativa contra pessoas *queer*). Nenhum dos direitos conquistados que foram elencados anteriormente vieram “de graça”, muitas pessoas pagaram caro por eles, e nem sequer chegaram a usufruir das realidades mais justas por eles construídas, mas sua luta beneficiou as futuras gerações. Apenas o ato de se assumir gay, lésbica, bissexual ou transgênero já era — como ainda o é — revolucionário em uma sociedade que nega sua existência e seus direitos. Para citar somente mais um exemplo, nos Estados Unidos do pós-Segunda Guerra, negava-se asilo às vítimas do conflito que fossem homossexuais em razão de sua “doença” (*sic*). E tal direito era revogado caso a condição sexual desviante fosse constatada após sua concessão (BORRILLO, 2010, p. 86). Se a homossexualidade não consta mais na lista de doenças catalogadas da Organização Mundial da Saúde (OMS) desde a década de 1990, é graças à luta daqueles/as que vieram antes de

mim. Se eu tive o privilégio de nascer em um momento histórico de maiores direitos e abertura, é porque elas/eles lutaram por mim. E agora cabe à minha geração conquistar direitos não apenas para nós mesmos/as, como também para os/as que ainda virão.

Portanto, creio que esta pesquisa não diz respeito apenas a um estudo do passado, como também uma análise de um processo em andamento ainda no presente. Espero que as pessoas que venham a ler esta dissertação encontrem não somente um instrumento de apoio complementar a seus estudos ou objetos de pesquisa, mas também um ponto de reflexão para com a vigilância que ainda precisamos ter nos dias atuais, além de um incentivo para que a luta possa continuar.

FONTES

CANADIAN MUSEUM FOR HUMAN RIGHTS. **Collection:** The Body Politic. Disponível em: <https://archive.org/details/canadianmuseumforhumanrights>. Acesso em: 27 abr. 2023.¹⁰⁷

GRUPO DIGNIDADE. **Lampião da Esquina**. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LAMPIÃO, Rio de Janeiro, Edição Experimental, **n. zero**, abr. 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/01-LAMPIAO-EDICAO-00-ABRIL-1978.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 1, **n. 05**, out. 1978. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 1, **n. 11**, abr. 1979. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/15-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-11-ABRIL-1979.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 1, **n. 12**, maio 1979. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/16-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-12-MAIO-1979.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 1, **n. 13**, set. 1979. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/17-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-13-JUNHO-1979.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 1, **v 16**, jun. 1979. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/20-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-16-SETEMBRO-1979.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 1, **n. 18**, nov. 1979. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/22-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-18-NOVEMBRO-1979.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 2, **n. 20**, jan. 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/24-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-20-JANEIRO-1980.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo

¹⁰⁷A inserção dos sites principais onde se encontram as fontes desta pesquisa é feita para que seja possível, a todos aqueles que se interessarem pelo tema, acessar toda e qualquer edição sem quaisquer restrições. Os endereços eletrônicos específicos de cada edição constam em cada referência individual, também para fins de facilidade no acesso.

Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 2, **n. 23**, abr. 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/27-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-23-ABRIL-1980.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 2, **n. 24**, maio 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/28-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-24-MAIO-1980.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 2, **n. 25**, jun. de 1980. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/29-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-25-JUNHO-1980.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 3, **n. 34**, mar. de 1981. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/38-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-34-MARCO-1981.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, ano 3, **n. 37**, jun. 1981. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/41-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-37-JULHO-1981.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Grupo Dignidade.

PASQUIM DO SUL. Porto Alegre, **n.24**, fev. 1987. Acervo Museu Hipólito José da Costa.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 01**, nov./dez. 1971. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic01toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 09**, 1973. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic09toro/>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 10**, 1974. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic10toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 11**, [jan./fev?], 1974. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic11toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.13**, maio-jun., 1974. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic13toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.22**, fev. 1976. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic22toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.39**, dez. 1977/jan. 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic39toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 43**, maio 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic43toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 44**, jun.-jul. 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic44toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 47**, out. 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic47toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 48**, nov. 1978. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic48toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 49**, dez. 1978/jan. 1979. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic49toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 50**, fev. 1979. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic50toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 52**, maio 1979. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic52toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 53**, jun. 1979. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic53toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 58**, nov. 1979. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic58toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 62**, abr. 1980. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic62toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.65**, ago. 1980. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic65toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.66**, nov. 1980. Disponível em: Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 68**, set. 1980. Disponível em:

<https://archive.org/details/bodypolitic66toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 69**, dez. 1980/jan. 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic69toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 72**, abr. 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic72toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 73**, maio 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic73toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 75**, jul./ago. 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic75toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 78**, nov. 1981. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic78toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.80**, jan.-fev. 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic80toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n.82**, abr. 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic82toro/mode/2up>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 84**, jun. 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic84toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 89**, dez. 1982. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic89toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 110**, jan. 1985. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic110toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 120**, nov. 1985. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic120toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 123**, fev. 1986. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic123toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, **n. 124**, mar. 1986. Disponível em:

<https://archive.org/details/bodypolitic124toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, n. **131**, out. 1986. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic131toro>. Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

THE BODY POLITIC. Toronto, n. **135**, fev. 1987. Disponível em: <https://archive.org/details/bodypolitic135toro> Acesso em: 27 abr. 2023. Acervo Canadian Museum for Human Rights.

REFERÊNCIAS

- 120 BATIMENTOS por Minuto. **AdoroCinema**, s.d. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-245592/> . Acesso em 25 abr. 2023.
- AIDS-HOLOCAUST METAPHOR. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=AIDS%E2%80%93Holocaust_metaphor&oldid=1107038005. Acesso em: 19 mar. 2023.
- A HOMOFOBIA é um crime imprescritível e inafiançável no Brasil desde 2019, ressalta Ligia Fabris, coordenadora Programa Diversidade da FGV Direito Rio. **FGV Direito Rio**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://diretorio.fgv.br/noticia/homofobia-e-um-crime-imprescritivel-e-inafiavel-no-brasil-desde-2019-ressalta-ligia>. Acesso em: 26 de mar. 2023.
- ALVARENGA, Thaiz. Confira a coleção ‘Be True’ e as iniciativas da Nike para o Pride 2022. **Sneakers BR**, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://sneakersbr.co/confira-a-colecao-be-true-e-as-iniciativas-da-nike-para-o-pride-2022/>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- ANDRE, Celso. DziCroquettes. **Cabaré Incoerente**, s.d. Disponível em: <https://cabareincoerente.com/referencias/personalidades/brasil/dzi-croquettes/>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- AROSA, Guido Vieira; PENNA, João Camillo. Homossexualidade, Testemunho e Cárcere: Pensar o Eu, Pensar o Outro. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 30: Crítica à violência e exclusão, jul./dez. 2017, p. 13-26.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação** – Formas e Transformações da Memória Cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Aleida. The Holocaust – A Global Memory? Extensions and Limits of a New Memory Community. *In*: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (eds.). **Memory in a Global Age: discourses, practices and trajectories**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.
- BAUER, Heike. figure 1. **ResearchGate**, 17 maio 2017. Disponível em: <https://goo.gl/n4xLPF>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014a.
- BARROS, José D'Assunção. Histórias Cruzadas – considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 285, dez. 2014b.
- BEACHY, Robert M. **Gay Berlin** - Birthplace for a Modern Identity. New York: Alfred A. Knopf, 2014.
- BENT. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Bent_\(play\)&oldid=1087483186](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Bent_(play)&oldid=1087483186). Acesso em: 12

de set. 2022.

ASSOCIATION CIVILE HOMOSEXUELLE DU DEVOIR DE MÉMOIRE.

BIOGRAPHIE: Pierre Seel. [s.l.], 31 jan.2009. Disponível em:

<http://www.devoiretmemoire.org/temoins-de-lhistoire/2009/01/31/biographie-pierre-seel/>.

Acesso em: 05 nov. 2018.

BLOCH, Marc. **Para uma História Comparada das Sociedades Europeias**. In: BLOCH, Marc. História e Historiadores. Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150.

BONET, Pilar. Campos de concentração para gays na Chechênia: o novo velho pesadelo da Federação Russa. **El País Brasil**, 19 abr. 2017. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/18/internacional/1492511300_510497.html. Acesso

em: 19 de mar. 2023.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BPM (BEATS PER MINUTE). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Bent_\(play\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Bent_(play)).

Acesso em: 19 mar. 2023.

BRADBURN, Jamie. Historicist: I Sing The Body Politic. **Torontoist**, 14 fev. 2015.

Disponível em: <https://torontoist.com/2015/02/historicist-i-sing-the-body-politic/>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 2.083, de 12 de Novembro de 1953**. Regula a Liberdade de Imprensa. Rio de Janeiro: Palácio do Catete, 1953. Disponível em: <https://bit.ly/3Lk31X4>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

BRAUN, Julia. 'Há um renascimento de grupos neonazistas no Brasil', diz diretor de fundação judaica. **BBC News Brasil**, 17 fev. 2023. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9wdd7kx1n8o>. Acesso em: 16 de abr. 2023.

BROOKLYN MUSEUM. **Silence = Death**. New York, 1998. Disponível em:

<https://www.brooklynmuseum.org/opencollection/objects/159258>. Acesso em 25 abr. 2023.

BURGOS, Alexandra. Marsha P. Johnson & Sylvia Rivera. **National Park Service**, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.nps.gov/articles/000/marsha-p-johnson-sylvia-rivera.htm>.

Acesso em: 10 ago. 2023.

BURKE, Peter. **Métodos e modelos: comparação**. In: BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 39-46.

CAMICACE. Los comunistas y judíos se reíanburlaban de los nazis homosexuales.

ForoParalelo, 26 ago. 2017, 03h27min. Disponível em:

<https://www.foroparalelo.com/general/los-comunistas-y-judios-se-reian-burlaban-de-los-nazis-homosexuales-606109/>. Acesso em: 20 out. 2018.

'CAMPOS de concentração para homossexuais': a crescente perseguição a gays na Chechênia.

BBC News Brasil, 14 abr. 2017. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39603792>. Acesso em 25 abr. 2023.

CANADÁ. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Canad%C3%A1&oldid=65145758>. Acesso em: 27 de jan. 2023.

CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARON, David. Tactful Encounters: AIDS, the Holocaust, and the Problematics of Bearing Witness. **Yale French Studies**, n. 118/119, p.155-173, Yale University Press, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41337085>. Acesso em 25 abr. 2023.

CARVALHO, Diana. Qual a importância do jornal Lampião da Esquina para a comunidade LGBTQI+?. **Ecoa UOL**, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/amp-stories/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 02 de abr. 2022.

CASO LUTFALLA. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Acesso em: 06 de mar. 2023.

CHRISTOPHER and his kind. **IMDb**. s.d.. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1651062/>. Acesso em 26 abr. 2023.

COSSMAN, Brenda. Censor, Resist, Repeat: A History of Censorship of Gay and Lesbian Sexual Representation in Canada. **Duke Journal of Gender Law & Policy**, Durham, v. 21, n. 45, p. 45-66, 2013.

DIFERENTE dos outros. Direção de Richard Oswald. Roteirizado por Magnus Hirschfeld. Berlim. 1919 [2020]. 1 vídeo (50min44seg). Disponível em: <https://vimeo.com/423824513>. Acesso em: 18 de jan. 2023.

DISTOPIA. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Distopia>. Acesso em: 13 de jan. 2023.

DIVINO, Maravilhoso. Compositores: Caetano Veloso, Gilberto Gil. Intérprete: Gal Costa. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips. 2018. 1 vídeo (4min20seg). Publicado pelo canal Gal Costa Tema. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FIXCM27epdE>. Acesso em 25 abr. 2023.

DONCEL, Luis. Alemanha irá indenizar condenados até 1994 por homossexualidade. **El País**, 24 mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/22/internacional/1490191718_045566.html. Acesso em: 08 out. 2018.

DORA RICHTER. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dora_Richter&oldid=1132010272. Acesso em: 22 jan. 2023.

DRAG QUEEN. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2018]. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Drag_queen&oldid=877176576. Acesso em: 04 de jan. 2019.

DREHMER, Raquel. Trudeau na Parada do Orgulho LGBT é demais para nossos corações. **Claudia**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/justin-trudeau-parada-orgulho-lgbt-toronto/>. Acesso em 25 abr. 2023.

ENTENDA o triângulo rosa em apoio a população LGBT da Chechênia. **Gay 1**, 14 abr. 2017. Disponível em: <https://gay1.com.br/2017/04/entenda-o-triangulo-rosa-em-apoio-a-populacao-lgbt-da-chechenia.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

EPSTEIN, Steven. Specificities: AIDS activism and the retreat from the ‘genocide’ frame. **Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture**, v. 3, n. 3, p. 415-438, 1997.

ERWIN GOHRBRANDT. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Erwin_Gohrbandt&oldid=1134773573. Acesso em: 22 de jan. 2023.

FÁBIO, André Cabette. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro. **Nexo Jornal**, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil**. Curitiba: Appris. 2017.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FORDHAM UNIVERSITY. **Heinrich Himmler: On Homosexuals**. New York, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/pwh/naziviews.asp>. Acesso em 26 abr. 2023.

FRANCISCO Bittencourt. **Poesia Gay Brasileira**, [2018]. Disponível em: <https://poesiagaybrasileira.com.br/nossos-poetas/francisco-bittencourt/>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

FRASER, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. **Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, jan./jun. 2002.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GERALD HANNON. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Gerald_Hannon. Acesso em: 23 de jul. 2022.

GLASS, Jess. Nike stirs controversy by using a pink triangle on shoes in their Pride collection. **PinkNews**, 01 jun. 2018. Disponível em:

<https://www.thepinknews.com/2018/06/01/nike-stirs-controversy-by-using-a-pink-triangle-on-shoes-in-their-pride-collection/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GONÇALVES, Mateus Henrique Siqueira. **Trauma e memória na escrita da catástrofe das vítimas homossexuais do nazismo: Os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda (1994-2010)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44519>. Acesso em 26 abr. 2023.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, James N. Nem todos os caminhos levam a Stonewall, em Nova York. **Revista Cult**, 31 maio 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/stonewall-america-latina/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUPOS neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. **G1: Fantástico**, 16 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2023.

HAUPT, H.G. O lento surgimento de uma História Comparada. *In*: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998, p. 205-216.

HEGER, Heinz. **Hombres del triángulo rosa** – memorias de um homossexual em los campos de concentración nazis. Madri: Amaranto Editores, 2016.

HOOVER, Tom. Queering 69': The Recriminalization of Homosexuality in Canada. *In*: **The Canadian Historical Review**, Toronto, v. 100, n. 2, jun. 2019.

HUNDREDS march in Birmingham against Chechnya gay murders. **I Am Birmingham**, 22 abr. 2017. Disponível em: <https://www.iambirmingham.co.uk/2017/04/22/hundreds-march-in-birmingham-against-chechnya-gay-murders/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

INDETETÁVEL = Intransmissível: Cheddar Gorgeous elogiada pela conversa sobre VIH em RuPaul's Drag Race UK. **Esqrever**, 29 out. 2022. Disponível em: <https://esqrever.com/2022/10/29/indetetavel-intransmissivel-cheddar-gorgeous-elogiada-pela-conversa-sobre-vih-em-rupauls-drag-race-uk/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

INICIATIVA BRIGGS *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2017]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Iniciativa_Briggs&oldid=49153068. Acesso em: 08 out. 2018.

INSTITUT FÜR SEXUALWISSENSCHAFT. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Institut_f%C3%BCr_Sexualwissenschaft. Acesso em 25 abr. 2023.

ISHERWOOD, Christopher. **Christopher and His Kind**. New York: Farrar Straus & Giroux, 1976.

JACK ACKROYD. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2021]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Jack_Ackroyd. Acesso em: 14 set. 2022.

JACKSON, Ed. Gerald Hannon, a key figure in the gay liberation movement, has died at age 77. **Xtra Magazine**, 09 maio 2022. Disponível em: <https://xtramagazine.com/power/activism/gerald-hannon-tributes-222459>. Acesso em: 23 de jul. 2023.

JACKSON, Ed; PERSKY, Stan. **Flaunting It! A Decade of Gay Journalism from The Body Politic**. Toronto: Pink Triangle Press, 1982.

JENSEN, Erik N. The Pink Triangle and Political Consciousness: Gays, Lesbians, and the memory of Nazi Persecution. **Journal of the History of Sexuality**, Austin, v. 11, n. 1-2, p. 319-349, 2002.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **José Wilson Richetti**. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/jose-wilson-richetti/>. Acesso em: 06 de mar. 2023.

KAI, Maiysha. Pride for Profit? Nike Catches Criticism for Using the Pink Triangle on Its BeTrue Sneakers. **The Root**, 4 jun. 2018. Disponível em: <https://www.theroot.com/pride-for-profit-nike-catches-criticism-for-using-the-1826518266>. Acesso em: 19 de mar. 2023.

KRAMER, Larry. **Reports from the Holocaust: the Making of an AIDS Activist**, New York: St Martins, 1989.

LEICK, Rafael. História LGBT do Canadá. **Viaja Bi!** 14 jan. 2019a. Disponível em: <https://viajabi.com.br/historia-lgbt-do-canada/>. Acesso em: 26 de mar. 2023.

LEICK, Rafael. Direitos LGBT no Canadá e em Toronto. **Viaja Bi!** 17 jan. 2019b. Disponível em: <https://viajabi.com.br/direitos-lgbt-no-canada-toronto-gay/>. Acesso em: 26 de mar. 2023.

LEO CLASEN. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2021]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Leo_Clasen&oldid=1059693626. Acesso em: 04 de set. 2022.

LEVI, Primo. **É Isto Um Homem?** São Paulo: Rocco, 1988.

LILI ELBE. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Lili_Elbe&oldid=1131313750. Acesso em: 22 de jan. 2023.

LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve Histórico da Imprensa Homossexual no Brasil. **Revista Cronos**, Pedro Leopoldo, p. 21-30, 2001.

LUBCHANSKY, Mattie. Brands Love Pride! **The Nib**, 06 jun. 2018. Disponível em: <https://thenib.com/pride-brands-nike-pink-triangle/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LUCCA, Bruno. Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis pelo 14º ano seguido. **Folha de São Paulo**, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-e-travestis-pelo-14o-ano-seguido.shtml#:~:text=Segundo%20o%20projeto%20Trans%20Murder,%2C5%25%20das%20mortes%20mundiais>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LÜZ. Lésbicas - Before & After: The Eldorado nightclub for gays and lesbians in Berlin's Schöneberg area. 1932/1933. **Pinterest**, [s.d.]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/332703491217182463/>. Acesso em: 19 out. 2018.

MAIER, Charles. La historia comparada. **Studiahistorica. Historia contemporánea**, v. 10-11, p. 11-32, 1992-1993. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/10272>. Acesso em 26 abr. 2023.

MANN, Arshy. What was The Body Politic, anyway? **Xtra Magazine**, 9 jun. 2016. Disponível em: <https://xtramagazine.com/power/what-was-the-body-politic-anyway-71206>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARQUES, Thais Pio. O que são “usos políticos do passado”, segundo este historiador. **Café História**, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-sao-usos-politicos-do-passado>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, [s.l.]: eBooksBrasil, 2000.

MAGNUS HIRSCHFELD. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Magnus_Hirschfeld&oldid=1132027567. Acesso em 23 abr. 2023.

MCLEOD, Donald W. **Lesbian and Gay Liberation in Canada: A Selected Annotated Chronology, 1964-1975**. Toronto: ECW Press/Homewood Books, 1996.

MCRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MOORE, Sam. Why Cheddar's Pink Triangle runway was so important on Drag Race UK. **Digital Spy**, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.digitalspy.com/tv/reality-tv/a41819466/drag-race-cheddar-gorgeous-pink-triangle-hiv/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MURDER OF EMANUEL JAQUES. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Murder_of_Emanuel_Jaques&oldid=1095969236. Acesso em: 14 set. 2022.

NASH, Catherine Jean. *Contesting Identity: Politics of Gays and Lesbians in Toronto in the*

1970s. **Gender, Place and Culture**. Abingdon, v. 12, n. 1, p. 113–135, mar. 2005.

NASH, Catherine Jean. Consuming sexual liberation: gay business, politics and Toronto's Barracks Bathhouse raids. **Journal of Canadian studies. Revue d'études canadiennes**, [s.l.], v.48, n. 1, p.82-105, 2014.

NASH, Catherine Jean. Toronto's gay village (1969–1982): plotting the politics of gay identity. **The Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 50, n. 1, p.1-16, 2006.

NEY MATOGROSSO. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ney_Matogrosso. Acesso em: 26 jan. 2023.

NOGY, Gustavo. Senhoras e senhores, trago boas novas. **Gazeta do Povo**, 26 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/gustavo-nogy/senhoras-e-senhores-trago-boas-novas/>. Acesso em 25 abr. 2023.

NYISZLI, Miklos. **Auschwitz** — O testemunho de um médico. São Paulo: Record, 1974.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Revista Musas**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 6-10, 2009. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/musas20120327.pdf>. Acesso em 26 abr. 2023.

OLIVEIRA, Muka. Justin Trudeau participa do Drag Race e se torna o primeiro líder mundial como convidado especial do reality. **Observatório G**, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/justin-trudeau-participa-do-drag-race-e-se-torna-o-primeiro-lider-mundial-como-convidado-especial-do-reality>. Acesso em: 26 de mar. 2023.

ONGS classificam como 'ridícula' e 'injusta' a condenação de ativistas LGBT na Chechênia. **A Referência**, 27 out. 2022. Disponível em: <https://areferencia.com/europa/ongs-classificam-como-ridicula-e-injusta-a-condenacao-de-ativistas-lgbt-na-chechenia/>. Acesso em: 19 de mar. 2023.

ONTARIO ARTS COUNCIL. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Ontario_Arts_Council. Acesso em: 23 jul. 2022.

O PESSOAL É POLÍTICO. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=O_pessoal_%C3%A9_pol%C3%ADtico&oldid=63519465. Acesso em: 27 jan. 2023.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: PubliFolha, 2012.

PARANÁ (Governo do Estado). **HIV/AIDS**, Secretaria da Saúde: s.d. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/HIVAids#:~:text=A%20aids%20%C3%A9%20a%20doe,n%C3%A7a,s%C3%A3o%20os%20linf%C3%B3citos%20T%20CD4%2B>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PARKINSON, Justin. Por que a bandeira do arco-íris se tornou o símbolo do movimento LGBT? **BBC News Brasil**, 20 jun. 2016. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36558396>. Acesso em: 29 set. 2017.

PIERRE TRUDEAU. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2021]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Trudeau. Acesso em: 27 jan. 2023.

PINK TRIANGLE PRESS. **Who we are**. [s.l.]: c2023. Disponível em: <https://www.pinktrianglepress.com/who-we-are/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PLANT, Richard. **The Pink Triangle** - The Nazi War Against Homosexuals. New York: Henry Holt, 1986.

POLLAK, Michael **Os Homossexuais e a Aids**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan.-jun., 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/15543>. Acesso em 25 abr. 2023.

POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El Testimonio. *In*: POLLAK, Michael. **Memoria, olvido, silencio**: la producción social de identidades frente a situaciones límite. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 25 abr. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em 25 abr. 2023.

POLLAK, Michael. A imprensa gay no Brasil. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

POPERT, Ken. Thirty-five years after the bathhouse raids: how ‘The Body Politic’ helped remake our communities. **Xtra Magazine**, 5 fev. 2016. Disponível em: <https://xtramagazine.com/power/thirty-five-years-after-the-bathhouse-raids-ken-popert-70133>. Acesso em: 25 jul. 2022.

QUINALHA, Renan. O mito fundador de Stonewall. **Revista Cult**, 03 jun. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay no Brasil. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SCHLAGDENHAUFFEN, Régis. (ed.). **Queer in Europe during the Second World War**. Strasbourg: Council of Europe, 2018. Disponível em: <https://rm.coe.int/079317-queer-in-europe-during-the-second-world-war-web-web/16808e4a53>. Acesso em 25 abr. 2023.

SCHWAB, Jean Luc; BRAZDA, Rudolf. **Triângulo Rosa** – um homossexual no campo de concentração nazista. São Paulo: Mescla, 2011.

SCHMIDT, Benito. Pode o triângulo rosa falar? O lugar da perseguição aos homossexuais nas exposições de longa duração de dois museus do Holocausto. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 21, p. 63–78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41507/33297>. Acesso em 25 abr. 2023.

SHNAYERSON, Michael. One by One. **Vanity Fair**, 21 ago. 2013. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/culture/1987/03/devastation-of-aids-1980s> . Acesso em: 19 mar. 2023.

SEDWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do Armário**. [s.l.]: Angelus Novus, 2003.

SEEL, Pierre; BITOUX, Jean Le. **Pierre Seel**– Deportado Homossexual. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v.2, n. 1, p. 3-30, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/1532>. Acesso em 26 abr. 2023.

SETTINGTON, Ken. **Marcados Pelo Triângulo Rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

SILENCE = DEATH PROJECT. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Silence%3DDeath_Project. Acesso em: 27 jan. 2023.

SILVA, Karen Pereira da. Triângulos Rosa: a diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais no Holocausto. **Aedos**, Porto Alegres, v. 11, n. 24, p. 80-102, Ago. 2019.

SILVA, Karen Pereira da. **Triângulos rosa**: a diversidade memorial dos prisioneiros homossexuais do Holocausto. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189311>. Acesso em 26 abr. 2023.

SIM, Bernardo. Drag Race UK's Cheddar Gorgeous Is Auctioning Her Iconic ACT UP Look For HIV Charity. **Out**, 01 dez. 2022. Disponível em: <https://www.out.com/television/2022/12/01/drag-race-uks-cheddar-gorgeous-auctioning-act-look-hiv-charity>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2022.

SOUTO MAIOR JR, Paulo Roberto. Assumir? Por quê? O dispositivo de confissão das homossexualidades no Brasil nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 130-150, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1127/pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. **Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da**

Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3234327. Acesso em: 30 jul. 2023.

THE BODY POLITIC. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Body_Politic. Acesso em: 27 abr. 2023.

THE NATIONAL WWII MUSEUM NEW ORLEANS. **Recounting Terror and Sexual Violence**: Josef Kohout's The Men With the Pink Triangle. New Orleans, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/war/articles/the-men-with-the-pink-triangle-heinz-heger>. Acesso em: 24 abr. 2023.

TRAVERSO, Enzo. **O passado**: modos de usar – História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

TREVISAN, João Silvério. Entrevista com João Silvério Trevisan. [Entrevista concedida a] Aristides Oliveira, Demétrios Galvão e Paola Marugán. **Revista Acrobata**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/acrobata/entrevista/entrevista-com-joao-silverio-trevisan/>. Acesso em 13 ago. 2022.

TREVISAN, João Silvério; MATTOSO, Glauco. Lâmpião da Esquina: 'Lula acreditava que não existiam operários gays'. [Entrevista concedida a] Marcio Caparica. **Uol Entretenimento**, 24 ago. 2016. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/videos/videos.htm?id=lampiao-da-esquina-lula-acreditava-que-nao-existiam-operarios-gays-04020C9B3760DCC95326>. Acesso em 24 abr. 2023.

TROPICALIA. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tropic%C3%A1lia>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

TONY KUSHNER. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tony_Kushner. Acesso em: 30 jul. 2023.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Enciclopédia do Holocausto**: Queima de livros. Washington D.C.: s.d. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/gallery/book-burning-photographs>. Acesso em: 22 jan. 2023.

VASCONCELOS, Caê. Erika Hilton e Duda Salabert no Congresso: o que querem as deputadas trans. **Universa UOL**, 06 out. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/10/06/erika-hilton-e-duda-salabert-no-congresso-nossos-projetos-nao-sao-votados.htm>. Acesso em: 25 mar. 2023.

VERNON, Will. A nova ofensiva de Putin contra a comunidade LGBT da Rússia. **BBC News Brasil**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64370806>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WASSERMAN, Claudia. Usos políticos do passado. *In*: COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL. **Fronteiras do Pensamento**. Porto Alegre: Aplauso, [2007?], p. 44-49.

WAUGH, Thomas. The gay cultural front. **Jump cut**, ago. 1978. Disponível em: <https://www.ejumpcut.org/archive/onlinessays/JC18folder/GayCulturalFront.html>. Acesso em: 13 ago. 2023.

WESTERN UNIVERSITY. **History of the body politic**: a timeline. Ontario, s.d. Disponível em: <https://www.uwo.ca/pridelib/bodypolitic/bphistory/timeline.htm> . Acesso em: 23 jul. 2023.

WHEN We Rise: miniseries. Criado e escrito por Dustin Lance Black. Produzido por Dustin Lance Black, Gus Van Sant, Laurence Mark e Bruce Cohen. [s.l.]: American Broadcasting Company, 2017. On-line (341 min).

WHISNANT, Clayton J. **Queer Identities and Politics in Germany**: A History (1880-1945). New York: Harrington Park Press, 2016.

ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. **Textos de História**, v. 11, n. 1-2, p. 90, 2003.

ZINN, Alexander. Biografien: Rudolf Brazda. **rosa winkel**, 2017. Disponível em: <http://www.cultpress.de/rosa-winkel/bio-brazda.htm>. Acesso em: 05 nov. 2018.